

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

MARINA GONÇALVES NAGEL

**A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM A COMUNIDADE ANDINA: UMA
ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA CORRENTE DE COMÉRCIO**

CRICIÚMA

2016

MARINA GONÇALVES NAGEL

**A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM A COMUNIDADE ANDINA: UMA
ANÁLISE DE FATORES QUE INFLUENCIAM NA CORRENTE DE COMÉRCIO**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientadora: Prof^a Dr^a Natália Martins Gonçalves

CRICIÚMA

2016

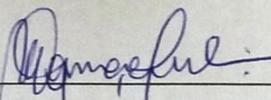
MARINA GONÇALVES NAGEL

**A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM A COMUNIDADE ANDINA: UMA
ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM NA CORRENTE DE COMÉRCIO**

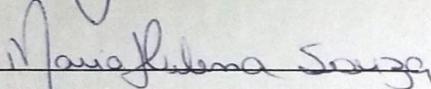
Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Criciúma, 23 de junho de 2016.

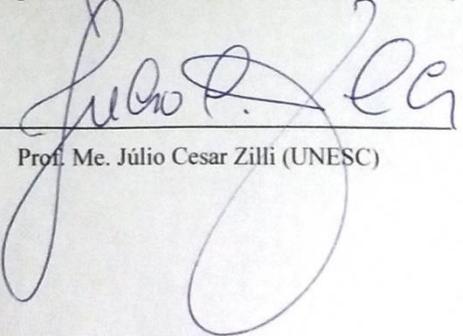
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Natália Martins Gonçalves – Orientadora (UNESC)



Prof.ª Esp. Maria Helena Souza dos Santos (UNESC)



Prof. Me. Júlio Cesar Zilli (UNESC)

DEDICATÓRIA

Aos amigos Jéssica, Tamires e Felipe os quais tive o prazer de conhecer durante esta graduação, pessoas que me inspiram e que fazem a diferença nessa geração.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão primeiramente a Deus, o autor e criador da vida, por derramar sobre nós a sua infinita graça e misericórdia, por nos amar incondicionalmente e nos fortalecer em todo tempo.

Agradeço aos meus pais Maria de Lourdes Gonçalves Nagel e Volnei Nagel que com suas atitudes e preocupações demonstraram o seu apoio em mais um desafio.

Em especial agradeço ao meu melhor amigo e namorado Douglas Bristot Hahn, que com seus incansáveis incentivos me fez acreditar que seria possível finalizar mais este projeto. Quero ter a honra de viver ao seu lado todos os dias que Deus nos conceder sobre essa terra.

E principalmente, agradeço a alguém que tive o prazer de conhecer durante esta graduação, e que nestes dois semestres me ensinou lições que vão muito além de qualquer conteúdo, minha orientadora Natália Martins Gonçalves, ela que mostrou que as desculpas de nada servem e que tudo sempre será possível quando existe esforço, dedicação e fé, me mostrando que todas as coisas têm o seu tempo e o importante é estarmos preparados para escolher e viver as oportunidades que a vida nos oferece.

**“Nós somos aquilo que fazemos repetidamente.
Excelência, então, não é um ato, mas um hábito”.**

Aristóteles

RESUMO

NAGEL, Marina Gonçalves. **A relação comercial do Brasil com a Comunidade Andina: Uma análise dos fatores que influenciam na corrente de comércio.** 2016. 133 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

As mudanças ocorridas no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial impulsionaram a ascensão de novos participantes no mercado influenciando a busca dos países por alianças. Este estudo tem como objetivo analisar os fatores influenciadores na corrente de comércio do Brasil com os países da CAN, especificamente os de ordem política, acordos e barreiras comerciais e fatores logísticos. Para atingir os objetivos propostos a metodologia da pesquisa enquadrou-se quanto aos meios como descritiva, explicativa e exploratória e quanto aos fins como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A população alvo são os países integrantes da CAN e o Brasil. Os dados coletados classificaram-se como primários, procedentes das entrevistas enviadas via formulário *google docs* a membros dos países da CAN que trabalham diretamente com comércio internacional, e secundários oriundos de fontes bibliográficas e documentais. A análise dos dados foi especificamente qualitativa. Como resultado verificou-se a mudança de posicionamento do Brasil caracterizada no novo milênio e a busca do mesmo na estipulação de acordos comerciais com a CAN com o objetivo maior de desenvolvimento regional para sua visualização no cenário global. As considerações levantadas por meio deste estudo foram à importância do comércio inter-regional e como o atraso tecnológico, a interferência política e a dependência do comércio com os países desenvolvidos influenciam nas decisões regionais e consequentemente na corrente comercial do Brasil com os países da CAN. Por fim concluiu-se que o comércio entre os países abordados, além de viável é interessante para o desenvolvimento econômico, social e político das partes.

Palavras-chave: Brasil. Comunidade Andina. Corrente de comércio. Relações Internacionais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa países da CAN.....	36
Figura 2 - Sistema Andino de Integrações (SAI)	46
Figura 3 – Acordos comerciais notificados à OMC no período de 1980 a 2012	58
Figura 4 - Evolução das exportações mundiais de 1950 a 2013.....	65
Figura 5 - Balança comercial brasileira de 1950 a 2013 - US\$ bilhões FOB.....	66
Figura 6 - Participação % do Brasil nas exportações e importações mundiais 1950 a 2013....	66
Figura 7 - Destino das exportações brasileiras de 2000 a 2015 (Part. %).....	69
Figura 8 - Exportações brasileiras para América do Sul (Part. %).....	70
Figura 9 – Exportação brasileira por fator agregado 1964 a 2011 - US\$ Milhões.....	71
Figura 10 - Origem das importações brasileiras de 2000 a 2015 (Part. %).....	72
Figura 11 - Importações brasileiras para América do Sul (part. %).....	73
Figura 12 - Importância relativa dos mercados de destino das exportações da CAN (2014)...	77
Figura 13 - Importância relativa dos mercados de origem das importações da CAN (2014). .	77
Figura 14 – Importações realizadas pela CAN de produtos intermediários em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais	78
Figura 15 – Importações realizadas pela CAN de bens de capital em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais.....	79
Figura 16 - Importações realizadas pela CAN de veículos em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais	79
Figura 17 - Importações realizadas pela CAN de bens de consumo em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais	80
Figura 18 – Intercâmbio comercial brasileiro com a CAN - US\$.....	81
Figura 19 – Exportações Brasil x CAN por fator agregado US\$	82
Figura 20 – Importações Brasil x CAN por fator agregado US\$	82
Figura 21 - Exportações brasileiras por fator agregado com destino ao Mundo e para CAN..	84
Figura 22 - Exportações Brasil para os países das CAN	85
Figura 23 – Importações Brasil dos países das CAN	86
Figura 24 – Balança comercial do Brasil x Bolívia – US\$ FOB.....	87
Figura 25 – Classificação dos principais produtos exportados do Brasil x Bolívia em milhares de US\$	88
Figura 26 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil x Bolívia em milhares de US\$	89

Figura 27 - Balança comercial do Brasil x Colômbia US\$	90
Figura 28- Classificação dos principais produtos exportados do Brasil x Colômbia valores em milhares de US\$	91
Figura 29 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil da Colômbia em milhares de US\$	92
Figura 30 - Balança comercial do Brasil x Equador US\$.....	93
Figura 31 - Classificação dos principais produtos exportados do Brasil x Equador em milhares de US\$	94
Figura 32 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil x Equador milhares de US\$	95
Figura 33 - Balança comercial do Brasil x Peru US\$.....	97
Figura 34 - Classificação dos principais produtos exportados do Brasil e Peru em milhares de US\$	97
Figura 35 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil do Peru em milhares de US\$	98
Figura 36 – Participação dos modais de transportes na exportação dos produtos do Brasil para a CAN - 2000 a 2015.....	99
Figura 37 - Participação dos modais de transportes da importação de produtos do Brasil da CAN - 2000 a 2015.....	100
Figura 38 - Rota Rodovia Interoceânica.....	102
Figura 39 - Ferrovia Transoceânica.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estágios de integração dos blocos econômicos	27
Quadro 2 - Fontes de títulos da pesquisa bibliográfica e documental	36
Quadro 3 - Plano de coleta de dados e documentais	38
Quadro 4 - Síntese dos procedimentos metodológicos.....	39
Quadro 5 – Informações geográficas Brasil e dos países da CAN.....	41
Quadro 6 – Informações políticas do Brasil e países da CAN	43
Quadro 7 – Informações sociais Brasil e países da CAN	44
Quadro 8 – Sistema Geral de Preferências (SGP) oferecido aos países da CAN.....	50
Quadro 9 – Classificação dos Atos Internacionais	51
Quadro 10 - Atos internacionais entre o Brasil e os países da CAN.....	52
Quadro 11 – Acordos entre os países da ALADI	57
Quadro 12 – Barreiras comerciais formuladas pelos países da CAN.....	59
Quadro 13 – Volume exportado e importado pelo Brasil nos anos de 2000 e 2015	73
Quadro 14 – Principais destinos das exportações dos países da CAN	74
Quadro 15 – Principais origens das importações dos países da CAN.....	75
Quadro 16 – Principais aeroportos dos países da CAN.....	104
Quadro 17 – Resumo do questionário de pesquisa aplicado	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balança comercial brasileira x CAN - US\$.....	83
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Acordo de Complementação Econômica
ALADI	Associação Latino Americana de Desenvolvimento
BRICs	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comunidade Andina
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
INEN	Instituto Equatoriano de Normalização
OAE	Organismo de Acreditação Equatoriano
OMC	Organização Mundial do Comércio
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.1.1 Posicionamento político	17
2.2 GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	19
2.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA	33
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO	36
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	37
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS	38
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
4 A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL E A COMUNIDADE ANDINA (CAN)	40
4.1 O BRASIL E A CAN: ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS	40
4.1.1 A Comunidade Andina	45
4.2 AS RELAÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS E AS RELAÇÕES COMERCIAIS: UMA ANÁLISE DO BRASIL E A CAN	47
4.2.1 Descrição dos atos bilaterais e multilaterais do Brasil com a CAN	51
4.2.2 A influências das barreiras comerciais	59
4.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL COM A CAN	64
4.3.1 O comércio internacional do Brasil e dos países da CAN com o mundo	64
4.3.2 A corrente de comércio do Brasil com a CAN	81
4.3.3 A Balança Comercial do Brasil com a Bolívia	86
4.3.4 A Balança Comercial do Brasil com a Colômbia	89
4.3.5 A Balança Comercial do Brasil com o Equador	93
4.3.6 A Balança Comercial do Brasil com o Peru	96
4.4 CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA.....	99

4.5 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA CAN.....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE I – Destino das exportações brasileiras no período de 2000 a 2015	119
APÊNDICE II - Origem das Importações brasileiras no período de 2000 a 2015	120
APÊNDICE III - Modais de transportes utilizados para a importação do Brasil dos países da CAN no período de 2000-2015	121
APÊNDICE IV - Modais de transportes utilizados para a exportação do Brasil aos países da CAN no período de 2000-2015	122
APÊNDICE V– Questionário de entrevista realizada via <i>google docs</i> com integrantes dos países da CAN.....	123
ANEXO I - Exportações brasileiras: principais países e produtos - ordem decrescente Janeiro / Fevereiro – 2015-2016	125
ANEXO II- Exportações brasileiras ao Equador de 2008 a 2014.....	127
ANEXO III – Importações equatorianas de placas cerâmicas de 2008 a 2014.....	128

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, após a Segunda Guerra Mundial, as grandes potências se reuniram a fim de planejar o comércio internacional e tomar medidas para protegê-lo em momentos de crise. Na reunião de Bretton Woods em 1944, ficou acordado a criação de instituições multilaterais com o objetivo de promover e também manter estável as relações internacionais entre os países. Entre essas instituições está a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*) que posteriormente em 1995 proporcionou a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) (BARRAL, 2007). O papel da OMC está relacionado com liberalização comercial, oferecendo suporte aos países como forma de eliminar as barreiras comerciais e estimular as trocas entre os mesmos, diminuindo a influência dos Estados sobre o comércio internacional (RIGHETTI; MICHEL, 2007).

Estas medidas tomadas desenvolveram o comércio internacional em proporções nunca antes presenciadas. A tendência à criação de blocos econômicos e alianças regionais como formas de inserção no cenário internacional estimulou o fluxo do comércio mundial constituindo-se estratégias adotadas pelos países com a finalidade de alcançar uma maior competitividade econômica, enfatizando a globalização da economia, conforme abordado por Gomes (2001).

O processo integracionista e a abertura das fronteiras comerciais iniciaram-se na segunda metade do século XX, sofrendo maior avanço no final da década de 90 com a Queda do Muro de Berlim, a desintegração da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fim da Guerra Fria, estes acontecimentos propiciaram o aumento do intercâmbio comercial entre os países, embalados ainda pelo processo de globalização, caracterizando pela rapidez no processamento de informações em escala mundial (GOMES, 2001).

Os aspectos negativos da globalização, como as crises mundiais, especulações financeiras e problemas cambiais afetam principalmente os países menos desenvolvidos, sendo assim, a integração econômica através de blocos regionais é uma estratégia para os países se protegerem destes aspectos que, por vezes, acaba por trazer maiores benefícios a países específicos (PETRI; WEBER, 2006).

Na América do Sul o processo de integração vem ocorrendo com maior intensidade após o início do novo milênio, influenciado por instituições como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Associação Latino Americana de Desenvolvimento (ALADI), que apresentam medidas para a união política e instrumentos de facilitação ao

comércio regional. Estes agentes internacionais se constituem influenciadores nas relações comerciais do Brasil com os países da Comunidade Andina (CAN).

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os fatores que influenciam na corrente de comércio do Brasil com a CAN.

A Comunidade Andina (CAN), estabelecida primeiramente em 1969 por meio do Pacto Andino, surgiu a partir da necessidade de alguns países da criação de blocos sub-regionais na América do Sul. Dos anos de 1990 a 1997 a CAN evoluiu de um modelo de substituição de importações, para um regionalismo aberto tendo como objetivo principal a promoção e o desenvolvimento dos países membros Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (SILVA, 2006).

Conforme Saraiva (2013), o início do século XXI foi marcado pelo declínio do regionalismo aberto e o surgimento de novas iniciativas de integração e cooperação regional, desta forma este trabalho busca apresentar as novas tendências na América do Sul, com o foco específico nas relações comerciais do Brasil com a CAN.

Analisando a corrente de comércio dos países abordados no período de 2000 a 2015, nota-se o aumento no volume financeiro, porém, a representatividade na balança comercial permaneceu estagnada (BRASIL, 2016a). As análises realizadas apresentam a mudança de posicionamento do Brasil e a busca do mesmo em atrair os países da América do Sul em específico a CAN, como forma de fortalecer o posicionamento da região no mercado internacional frente às potências globais.

O novo milênio representou a diminuição da participação das potências globais, constituídas pelos Estados Unidos e União Europeia e a estabilização de acordos comerciais como forma de manter o domínio dos mercados, que apresentaram quedas devido à ascensão de novos países no comércio internacional. Nesse sentido, busca-se analisar a corrente comercial do Brasil com os países da CAN e verificar a influência que estas mudanças surtiram sobre a corrente comercial, considerando ainda a influência dos posicionamentos e decisões políticas, os acordos comerciais, fatores logísticos e barreiras de comércio sobre o fluxo comercial, apontando os benefícios que podem ser proporcionados pelo crescimento do comércio e união política de forma a desenvolver a economia Sul-Americana e posicionar a mesma no cenário internacional.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Analisando a corrente de comércio do Brasil com a CAN, nota-se que a participação destes países na balança comercial brasileira não apresentou aumento no período de 2000 a 2015, porém o fluxo comercial do volume comercializado entre os países cresceu (BRASIL, 2016a).

O novo posicionamento do Brasil presenciado com o início de 2000, demonstra o interesse na relação com os países da CAN objetivando a integração regional como forma de assumir um novo posicionamento no cenário internacional (SARAIVA, 2013).

No período de 2000 a 2015, foram assinados acordos comerciais bilaterais e multilaterais entre o MERCOSUL e os países da CAN, essas decisões foram fatores estimuladores do comércio regional. Em contrapartida os acordos e benefícios oferecidos por países desenvolvidos como Estados Unidos e os países da União Europeia são determinantes na participação dos mesmos como principais parceiros comerciais do Brasil e dos países da CAN. Vale ressaltar também o efeito da ascensão do mercado asiático com a inserção e crescimento da China no cenário global, visto que o país ocupa as primeiras colocações como origem e destino dos produtos brasileiros e andinos.

De acordo a Secretaria Geral da Comunidade Andina (CAN, 2016), com relação à importância dos mercados, o MERCOSUL apresenta a quarta colocação, ficando atrás de países da América do Norte, Europa e Ásia.

Além das decisões políticas internacionais, fatores internos também influenciam na corrente comercial, conforme o relatório elaborado pela Fundação Centro de Estudo do Comércio Exterior (BRASIL, 2006b), os importadores dos países andinos apontam o elevado custo de transportes e barreiras comerciais como obstáculos ao crescimento do comércio entre os países.

Diante disso, percebe-se que a existência de fatores internos e externos afetam a corrente de comércio entre o Brasil e os países da CAN, com isso pretende-se verificar de que forma esses fatores influenciam e a importância desta relação comercial com vista a desenvolver as economias regionais e modificar o posicionamento da América do Sul no âmbito das relações internacionais. Diante disso, o presente trabalho visa examinar a relação comercial do Brasil com a Comunidade Andina, buscando responder à seguinte pergunta de pesquisa: **Quais os fatores que influenciam na relação comercial do Brasil com a Comunidade Andina afetando a corrente de comércio?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os fatores que influenciam na relação comercial do Brasil com a Comunidade Andina (CAN).

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Verificar como as relações políticas e econômicas internacionais afetam as relações comerciais entre o Brasil e os países da CAN;
- b) Nomear Atos bilaterais e multilaterais existentes;
- c) Examinar a corrente de comércio do Brasil com a Comunidade Andina;
- d) Identificar os principais canais de distribuição disponíveis;
- e) Identificar barreiras tarifárias e não tarifárias que afetam a relação comercial do Brasil com a Comunidade Andina.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo tem como propósito principal analisar os fatores que exercem influência na corrente de comércio do Brasil com a Comunidade Andina (CAN).

A justificativa para o desenvolvimento do trabalho ocorre na busca de verificar os motivos que tornam o fluxo de comércio entre o Brasil e os países da CAN importante para o desenvolvimento dos países e a influência da integração no âmbito político e econômico diante do posicionamento regional no cenário internacional. O interesse pela pesquisa surgiu da intenção de verificar os motivos de apesar da proximidade territorial e coincidências históricas com relação ao desenvolvimento socioeconômico e cultural, os países abordados ainda estarem distantes comercialmente.

A relevância da pesquisa encontra sua fundamentação principal na pretensão de verificar de que forma os fatores logísticos, aspectos políticos e barreiras comerciais existentes interferem direta ou indiretamente sobre o fluxo da corrente comercial afetando as relações internacionais dos países.

Desta forma, o estudo é relevante, pois aponta possíveis causas influentes na corrente comercial e a importância da mesma para o desenvolvimento econômico da região.

Leva-se em consideração que o Brasil é um potencial exportador de produtos com maior valor agregado já que se encontra em um estágio de desenvolvimento mais avançado e os países andinos mercados potenciais como destino dessas exportações, o que geraria um ganho para todas as partes. No sentido macro pode-se considerar que esta relação incentivaria o desenvolvimento econômico da região, fortaleceria a relação inter-regional e o posicionamento da América do Sul no cenário global. No sentido micro esse fluxo comercial constitui-se em oportunidades para a internacionalização de empresas, já que o nível de exigências em comparação com mercados mais desenvolvidos é menor. O ganho também é interessante em vista da potencialidade de exportação de produtos industrializados e o desenvolvimento econômico dos países da CAN.

O estudo é considerado importante, pois abre espaço para uma série de questões com relação aos fatores que exercem influência sobre a corrente comercial do Brasil com a CAN, onde estes podem ser considerados isoladamente para o aprofundamento e a realização de pesquisas acadêmicas na área.

A pesquisa se torna viável, em virtude da pesquisadora possuir acesso às informações necessárias, fornecidas pelos governos e organismos influenciadores e reguladores do comércio mundial, dispondo de dados e informações do Brasil e dos países integrantes da CAN para a realização do levantamento das informações e posteriormente as análises.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A etapa de fundamentar teoricamente a pesquisa é considerada importante já que servirá como base para o desenvolvimento da análise dos resultados obtidos, embasando as argumentações e citações dispostas pelo autor, proporcionando assim um respaldo bibliográfico (VIANNA, 2001).

A fundamentação teórica a seguir apresenta informações teóricas relativas às relações internacionais, posicionamento político, globalização e comércio internacional. Esses temas proporcionam suporte aos resultados da pesquisa, já que apresentam a forma como o comércio internacional se desenvolveu e as teorias formuladas neste processo, as quais foram utilizadas para justificar o relacionamento comercial do Brasil com os países da CAN.

2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde a segunda metade do século XX a comunidade internacional vem se transformando, pois os Estados, com o objetivo de intensificarem o intercâmbio comercial entre eles, estão buscando se integrar em blocos econômicos de maneira a alcançar destaque no posicionamento global, reconhecendo assim a importância das relações no âmbito mundial (GOMES, 2001). Alguns dos blocos econômicos estabelecidos no período mencionado foram a Comunidade Andina (CAN) em 1969, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, a União Europeia (UE) em 1993 e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1994. Conforme apresentado nos objetivos dos acordos realizados, cada um dos blocos citados apresenta certa forma de integração com os seus membros a fim de incentivar o comércio entre as partes (CAN, 2016; MERCOSUL, 2016; UE, 2016; NAFTA, 2016).

As relações internacionais podem ser estudadas do ponto de vista do realismo e do liberalismo. O ponto de vista realista tem como base os pensamentos dos filósofos Tucídides, Maquiavel e Hobbes, sendo os elementos de sobrevivência, poder, medo e anarquia internacional os termos principais do realismo nas Relações Internacionais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Algumas premissas podem ser consideradas comuns a todos os realistas, como a centralidade do Estado, onde o objetivo principal à sua sobrevivência é a utilização do poder e alianças para garanti-la (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

De acordo com Albuquerque (2005), o princípio fundamental da corrente realista diz que o Estado deve reduzir a sua vulnerabilidade externa, de forma a garantir sua própria sobrevivência.

A corrente liberal das Relações Internacionais leva em conta a racionalidade e a capacidade de cooperação, as quais permitem que os indivíduos procurem evitar os riscos inerentes aos conflitos e também aprendam com suas experiências, gerando um aperfeiçoamento contínuo (ALBUQUERQUE, 2005).

Em suma, do ponto de vista realista o objetivo principal do Estado é a busca pela sobrevivência, sendo a guerra o principal instrumento para alcançá-la. Em contrapartida na perspectiva liberal o objetivo do Estado é o bem estar e a prosperidade dos indivíduos, tendo a cooperação como instrumento principal para a superação de conflitos e o alcance da paz (ALBUQUERQUE, 2005).

2.1.1 Posicionamento político

Ao final do século XX, com os acontecimentos históricos, as inovações no setor tecnológico e no âmbito político-econômico mundial, visualizava-se uma nova época para o homem, onde a comunidade internacional poderia ir além das suas diferenças e viver harmoniosamente. Esta afirmação baseava-se em acontecimentos como a queda do Muro de Berlim, que representou o fim do socialismo real, e também em novos desígnios globalistas, os quais defendiam a liberdade e o desenvolvimento econômico mundial. Porém conforme defendido pelo autor Ramonet (1999), a ideia dessa nova ordem acabou por gerar novas formas de censura e intimidação, tendo em vista que a mercantilização generalizada de palavras, coisas, corpos e culturas acabaram posicionando a violência como a parte essencial de um novo dispositivo ideológico, sendo a base deste, o poder por meio dos meios de comunicação em massa que estavam em plena expansão com o incremento das novas tecnologias no período.

Observa-se hoje na dinâmica das relações internacionais, o interesse dos participantes que possuem excedentes de poder em se manifestar, diferentemente do passado, onde a manifestação do poder era feita por meio da força bélica, conforme cita Carvalho (2002, p. 32) “Antes, a manutenção do poder se dava exclusivamente pela força bélica, hoje a sutileza e a genialidade da rede de dependências são tão extensas, vastas e complexas que já não permitem identificar polos singularizados de ganhos de poder”.

Para o entendimento da relação e influência do poder nas relações internacionais é importante à definição da etimologia da palavra, esta é originada do latim clássico *posse*, que é a contração de *potis*, que significa “ser capaz”, “autoridade”, na prática o uso da palavra poder remete à expressão de força, persuasão e controle (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Já na esfera social o termo é definido como “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado” (BLACKBURN, 1997, p. 301).

Na visão de Foucault (1999) o autor demonstra por meio de um triângulo o poder como direito, pela forma como a sociedade se coloca e se movimenta e o poder como verdade instituída por meio dos discursos e movimentos. Desta forma, nota-se que pela definição do filósofo que o poder é uma ação sobre ações determinadas através da disciplina, sendo que é por meio da disciplina que as relações de poder ficam evidentes, exprimindo o comando e os comandados (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

A manifestação do poder pode ser expressa através das hegemonias. No que se referem à necessidade da existência de uma hegemonia global, no início da década de 1970 os autores Charles Kindleberger e Robert Gilpin (1973, *apud* FIORI, 2005, p.61) formularam a teoria da estabilidade hegemônica, que determina que para o bom funcionamento “uma economia liberal mundial necessita de um estabilizador e de um só país estabilizador” provedor de um sistema mundial de alguns “bens públicos”, como uma moeda internacional, o livre comércio e a coordenação de políticas econômicas nacionais. Essa teoria do conceito de uma liderança mundial apresentado pelos autores passou a ser conhecida como “hegemonia mundial” e transmitia a conotação simples de um poder acima de todos os demais e outras vezes com uma conotação de um poder global legitimado pelos demais Estados (FIORI, 2005).

Durante a década de 1980 a “Teoria da Estabilidade Hegemônica” foi fortemente contestada, onde vários autores apresentaram historicamente que o comportamento dos países hegemônicos na maioria das situações se preocupou basicamente com seus próprios interesses nacionais, gerando ao invés de uma estabilidade econômica mundial, obstáculos para o desenvolvimento da mesma (FIORI, 2005).

Nas últimas décadas do século XX, o mundo esteve sob a liderança de uma só potência. Durante este período os Estados Unidos determinaram isoladamente o sistema monetário internacional, promoveram o livre comércio, incentivaram as políticas macroeconômicas e apesar de todas as ações, o mundo viveu neste período uma instabilidade sistêmica no campo financeiro e nas relações políticos militares (FIORI, 2005).

Em contrapartida um grupo de autores marxistas ou neomarxistas Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi partiram do conceito “*Modern World System*” defendendo que nos últimos quinhentos anos a competição entre os Estados nacionais europeus somente não se degenerou devido à existência de três grandes potências hegemônicas capazes de controlar o funcionamento hierárquico do sistema mundial criado na Europa no século XVI, sendo elas os Países Baixos no século XVII, a Grã-Bretanha no século XIX e os Estados Unidos no século XX (FIORI, 2005).

O resultado das relações de poder dão origem a um território, e o poder político é essencial para manter o controle deste território conforme abordado por Fernandes (2013, p. 197):

Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escolaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania.

A definição do termo território vincula-se a uma variedade de dimensões, compostas pela dimensão física, relativa às características naturais, dimensão econômica, referente à forma de organização dos processos de produção, consumo e comercialização, dimensão simbólica, que faz menção às características culturais e por fim a dimensão sociopolítica, por meio de relações de domínio e poder existentes em um território (CHRISTIANO BRAGA, 2004).

2.2 GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

A economia mundial está vivenciando nas últimas décadas, um crescente processo de globalização dos mercados, impulsionado principalmente pelo avanço tecnológico nas áreas de comunicação e transporte que proporcionou a redução dos custos das operações, propiciando a abertura econômica dos países por meio de políticas governamentais com este foco (LANZANA, 2006).

Percebe-se que os mercados estão se tornando cada vez mais integrados, e com uma dependência de compras e vendas externas para produção e movimentação da economia interna de cada país, a transnacionalização das empresas fez com que grande parte dos insumos da produção dependa de componentes oriundos de outros países (LANZANA, 2006).

No início dos anos 70, ocorreu o crescimento do processo de integração do comércio e das finanças internacionais, interligando os mercados nacionais em um novo

sistema internacional. A esse processo convencionou-se chamar de globalização (SANCHEZ, 1999).

Entre o período das duas grandes Guerras Mundiais, contemplou-se a adoção de políticas protecionistas principalmente nos mercados europeus e em outras regiões em virtude da retração econômica o que ocasionou um crescimento muito baixo do comércio internacional conforme abordado por Angus Maddison (2006, p.16) *“between 1913 and 1950, the world economy grew much more slowly than in 1870-1913, world trade grew much less than world income, and the degree of inequality between regions increased substantially”*¹.

Entretanto, com o final da Segunda Guerra Mundial começou a ocorrer o processo de integração comercial dos países. Com o intuito de alcançar a paz e fomentar um espaço de maior cooperação na economia internacional, realizou-se em 1944 a Conferência de Bretton Woods, onde líderes de 44 países convocados pelo então presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt se reuniram com o intuito de discutirem medidas econômicas que auxiliassem na reconstrução dos países devastados pela guerra (MAIA, 1997). Conforme citado por Valls (1997, p.2) *“Ao final da II Grande Guerra, considerava-se nos meios políticos norte-americano a concepção que a paz mundial requeria uma cooperação econômica e financeira internacional.”* Na Conferência de Bretton Woods, foi concluído um acordo a fim de proporcionar um ambiente de maior cooperação na economia internacional, desta forma foi estabelecida a criação de três organizações internacionais, sendo elas o Banco Mundial ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Nacional (FMI) e a Organização Internacional do Comércio (OIC) (THORSTENSEN, 2003).

O BIRD, também conhecido como Banco Mundial, tinha como objetivo principal dar condições aos países devastados pela guerra para que pudessem voltar a se desenvolver. Outro objetivo do BIRD era estimular o crescimento do comércio internacional, por meio de empréstimos a médio e longo prazo. Como esses empréstimos tinham fins produtivos, o BIRD acabava por incentivar o desenvolvimento da nação e melhorava as condições dos trabalhadores (MAIA, 1997).

O Fundo Monetário Nacional (FMI) foi criado com o objetivo de manter a estabilidade econômica e financeira do mundo, já que existia na época o receio que a desorganização econômica oriunda da Segunda Guerra Mundial levasse as nações a novos conflitos, o FMI teria então a reponsabilidade de estabelecer paridades econômicas rígidas,

¹ Em português: entre 1913 e 1950, a economia mundial cresceu muito mais devagar do que entre 1870-1913, o comércio mundial cresceu menos do que a renda e o grau de desigualdade entre as regiões decresceu substancialmente.

eliminar os controles cambiais, proporcionar assistência aos países com problemas nas balanças de pagamentos e quando necessário, fornecer recursos monetários aos países membros. Conforme citado por Maia (1997, p.65) “Alcançando esses objetivos, o comércio internacional cresceria e a paz seria preservada”.

A terceira instituição estipulada na Conferência de Bretton Woods foi a Organização Internacional do Comércio (OIC), tendo como função coordenar e supervisionar a execução de um comércio internacional baseados em princípios multilaterais e liberais. Apesar da criação da OIC ser de interesse dos países membros da conferência, a mesma não foi fundada devido a Carta de Havana, documento que delimitava seus objetivos e funções, nunca ter sido ratificada pelos Estados Unidos, já que o mesmo temia que com a criação da instituição sua soberania no comércio internacional fosse restringida (THORSTENSEN, 2003). Conforme cita Deiro e Mallmann (2002, p.2) havia uma divergência de interesses entre os países:

Quanto ao estabelecimento do GATT, cabe salientar que a criação de uma instituição verdadeiramente multilateral de comércio não interessava naquele momento aos Estados Unidos, por se constituir em uma barreira à sua supremacia econômica e comercial frente aos países europeus. Isto explica a própria criação de um acordo entre partes contratantes, em lugar de uma organização da qual os países se tornam membros.

Desta forma, foi estabelecido então em 1947 um Acordo Provisório entre 23 países, adotando apenas um segmento da Carta de Havana relativo às negociações de tarifa e regras sobre o comércio, o acordo ficou conhecido como *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) (THORSTENSEN, 2003).

Com relação à criação do GATT, Valls (1997, p.3) define da seguinte maneira: “O GATT emergiu de negociações que visavam remover barreiras ao comércio e não de negociações que tivessem por objetivo o estabelecimento de regras gerais de comportamento das relações comerciais entre os países”.

O GATT transformou-se, na prática, em um órgão internacional, servindo como base para diversas rodadas de negociações internacionais, supervisionando e coordenando as regras para execução do comércio internacional (THORSTENSEN, 2003). Em contrapartida, devido ao GATT ser um acordo estabelecido entre as partes contratantes, o mesmo não possuía poder disciplinatório sobre os países signatários (VALLS, 2003). A estrutura do GATT era dividida em três partes, conforme apresentado por Valls (2003, p.4):

Originalmente o GATT dividia-se em três partes. A primeira parte do acordo contém os principais fundamentos que estabelecem a base do processo de liberalização. Estes são: a cláusula de nação mais favorecida e o conceito de reciprocidade. O primeiro garante a concessão automática dos benefícios negociados entre dois

membros signatários para todos os outros. E, o segundo, pressupõe reciprocidade entre os membros quanto às concessões obtidas. [...] A cláusula de nação mais favorecida garante a multilateralização do processo e a cláusula de reciprocidade é entendida como o estímulo para as negociações, no pressuposto que os países não perseguem processos liberalizantes unilaterais, uma vez que a concepção mercantilista de comércio é um fator relevante para a condução das negociações políticas. A segunda parte contém a base normativa do acordo. Os artigos desta parte refletem, em grande medida, as medidas de exceções domésticas em relação ao processo de liberalização [...].

A terceira parte contém regras relativas ao acesso ao GATT, a negociações tarifárias e aos acordos regionais. E, finalmente, em 1965, foi incorporada uma nova parte que trata exclusivamente da questão dos países em desenvolvimento.

As regras estabelecidas pelo GATT visavam à execução de um comércio aberto, liberalizando a troca entre os países participantes.

O sistema de regras do comércio internacional existente hoje teve seu aperfeiçoamento através de oito rodadas de negociações multilaterais regidas pelo GATT, conforme citado por Thorstensen (2003, p.32):

O comércio internacional vem se desenvolvendo ao longo dos anos dentro de um sistema de regras, que foram sendo concretizadas inicialmente através de tratados bilaterais e, a partir do estabelecimento do GATT, em 1947, vem sendo aprofundadas através de negociações multilaterais.

Em relação às oito rodadas de negociação do GATT, Nasser (2003) considerou que o objetivo de todas foi aumentar o fluxo comercial entre os países tendo como base as concessões tarifárias entre eles.

As seis primeiras rodadas promovidas pelo GATT visaram basicamente à diminuição dos direitos aduaneiros, por meio de concessões tarifárias entre os países (THORSTENSEN, 2003). Inicialmente as concessões tarifárias eram realizadas primeiramente por meio da análise dos produtos que cada país era o principal fornecedor, após isso era realizada uma lista de pedidos e ofertas com as reduções de tarifas desejadas e oferecidas. Ao final desse relatório o processo negociador buscava encontrar um parâmetro de reciprocidade nas tarifas ofertadas e recebidas para ambas as partes (VALLS, 2003).

Conforme Nasser (2003), as rodadas realizadas em Genebra (1947), Annecy (1949), Torquay (1950/51) e Genebra (1950/1956) se concentraram principalmente na diminuição das tarifas alfandegárias aplicadas a uma parcela considerável do comércio internacional e também na definição de procedimentos a serem utilizados nas rodadas de negociações para a ascensão de novos Estados ao Sistema Multilateral de Comércio.

A rodada de Dillon (1960/61) foi realizada durante o período em que começou a fazer sentido à necessidade de um tratamento específico aos países em desenvolvimento, a publicação de Haberler Report, apontou desequilíbrios do sistema em razão das desvantagens

dos países menos desenvolvidos (NASSER, 2003). Também durante essa rodada, surgiram questões com relação à compatibilidade de regras dispostas pela Comunidade Econômica Europeia com relação a disposições do GATT 1947. A rodada de Dillon não foi concluída com resultados satisfatórios às questões relativas às disparidades de desenvolvimento dos membros do sistema e integração regional e o multilateralismo comercial. Ao final dessa rodada alcançou-se a redução de em média 6% das tarifas alfandegárias (NASSER, 2003).

A partir da Rodada Kennedy (1964/1967) iniciou-se uma segunda fase do Sistema Multilateral de Comércio, caracterizado por negociações mais ambiciosas e resultados mais amplos (NASSER, 2003).

Como resultado desta rodada houve a redução tarifária na média de 35% sobre produtos industrializados, que representavam 75% do comércio internacional no período. Os 25% restantes eram representados por produtos agrícolas e alguns tipos de produtos industriais. A razão da exclusão destes itens restantes está relacionada ao fato que os países desenvolvidos sempre foram menos competitivos na produção destes bens, o que levou à diminuição dos esforços para a liberalização dos mesmos. Os países menos desenvolvidos possuíam pouca influência, o que impedia a capacidade de forçarem a inclusão da liberalização desses setores. O GATT durante muito tempo ficou conhecido como “clube dos ricos”, devido às negociações serem concentradas nos países ricos e desta forma os mesmos efetuavam a liberalização dos setores que mais lhes interessava (NASSER, 2003).

Outros pontos importantes acordados nesta rodada foram a inclusão de barreiras não tarifárias nas negociações e a aprovação de um código *Antidumping*, a aprovação desse novo código, no entanto, não proporcionou inovações em relação aos parâmetros já estabelecidos no artigo VI do GATT 1947, destinado a estabelecer as regras que combatessem distorções no comércio internacional realizada por meio da venda de um produto ao mercado externo, com preço menor do que praticado no país de destino, este novo código proporcionou basicamente um maior esclarecimento as normas originais já estabelecidas pelo GATT (NASSER, 2003).

A Rodada de Tóquio (1976/1979) ocorreu durante um cenário econômico internacional agitado em função do choque do petróleo de 1973 e da crise econômica em escala global que lhe seguiu (NASSER, 2003). A década de setenta foi marcada por importantes mudanças globais, o Japão e a Comunidade Europeia enfim consolidaram suas posições como concorrentes dos Estados Unidos no comércio mundial e os novos países industrializados tornam-se detentores das vantagens comparativas de produtos manufaturados. Cresceu a concorrência dos países desenvolvidos devido ao avanço das tecnologias,

acelerando o processo de reconstrução de suas estruturas produtivas. O sistema fixo de taxas cambiais acordado no pós-guerra foi alterado para um sistema de taxas cambiais flutuantes. Todo esse processo de aceleração acabou esbarrando na crise do petróleo ocorrida em 1973 onde os países passaram então a enfrentar o desemprego desenfreado e o aumento inflacionário. Em virtude dessas mudanças drásticas no cenário econômico mundial, os países desenvolvidos acabaram por aumentar as restrições comerciais (VALLS, 1997).

Em meio a este cenário é realizada a sétima rodada de negociações do GATT em Tóquio (1973-79). Era evidente a necessidade de inclusão de um maior número de itens para as reduções tarifárias, tendo em vista que o instrumento tarifário havia perdido em grande parte sua importância mediante os mecanismos de proteção dos países desenvolvidos. Era necessário também tratar o tema a respeito das barreiras não tarifárias que vinham sendo aplicado pelos países, o que estava impedindo a liberalização do comércio (VALLS, 1997).

Na Rodada de Tóquio ficou-se estabelecido à redução em 30% da tarifa média sobre produtos industrializados (VALLS, 1997).

Como resultado desta rodada, obteve-se também a reforma na estrutura do GATT, esta foi feita mediante a adoção de uma cláusula de habilitação “*enabling clause*” conforme explicado por Valls (1997, p.7):

Através da qual os países desenvolvidos estão habilitados a conceder tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento (PEDs) e, simultaneamente, não esperam por reciprocidade dos PEDs nos compromissos assumidos ao longo das negociações pelos países desenvolvidos. Por outro lado, espera-se que os países em desenvolvimento assumam seus direitos e obrigações no GATT, à medida que desenvolvam seus direitos e obrigações no GATT, à medida que desenvolvam suas economias. Em adição, foram facilitados o uso de restrições por motivos de balanço de pagamento nos países em desenvolvimento; o uso de medidas de salvaguarda para fins de desenvolvimento; e fortalecimento dos mecanismos de solução de controvérsias.

A forma que os países encontraram para proteger os seus mercados e conseqüentemente a produção nacional, foi por meio da adoção de barreiras não tarifárias, tais como sanitárias, fitossanitárias, técnicas e burocráticas, utilizadas principalmente como forma de barrar as importações. De acordo Nasser (2003, p.42) “o uso das barreiras não tarifárias foi historicamente inversamente proporcional ao nível de proteção tarifária. Quanto menor este, maior aquele”. Desta forma, as liberalizações pretendidas ao longo dos anos por meio das rodadas do GATT acabaram por não significar exatamente a liberdade dos países no comércio internacional (NASSER, 2003).

Na busca por solucionar este impasse, foram elaborados códigos para regular as barreiras não tarifárias, porém esses códigos só eram válidos aos países que se subscrevessem,

e com a adoção desta medida acabou-se infringindo a cláusula de incondicionalidade no tratamento da nação mais favorecida (VALLS, 1997).

A Rodada de Tóquio não conseguiu obter negociações no setor agrícola conforme havia sido previsto, o que acabou gerando insatisfação nos países menos desenvolvidos. Em contrapartida, os países desenvolvidos contestavam a dispensa dos demais países com relação à reciprocidade nos compromissos de liberalização. Essa insatisfação, juntamente com a intenção de alcançar novos objetivos levaram os países para a realização de mais uma rodada de negociações (NASSER, 2003).

A Rodada do Uruguai foi o resultado de uma série dos fatores acima citados, havia o interesse os países mais desenvolvidos em buscar maior liberalização ao setor de serviços e dos países menos desenvolvidos na obtenção de uma maior abertura para os mercados agrícolas. Após um longo processo que se estendeu durante toda a primeira metade da década de 80, tomou-se a decisão em outubro de 1985, de iniciar uma nova rodada de negociação. Desta forma em novembro de 1985 formou-se um comitê responsável por discutir os temas a serem abordados na rodada. Foi definido que a localidade para a realização da Conferência Ministerial seria em Punta Del Este no Uruguai (NASSER, 2003).

De acordo Nasser (2003, p.44), catorze temas foram inclusos na agenda de negociação, sendo eles:

Tarifas, barreiras não tarifárias, produtos tropicais, produtos decorrentes de recursos naturais, têxteis e vestuário, revisão do GATT 1947, salvaguardas, subsídios e medidas compensatórias, resolução de disputas, direitos de propriedade intelectual relacionado ao comércio, medidas de investimento relacionadas ao comércio, funcionamento do sistema Multilateral de Comércio e a revisão dos códigos negociados na Rodada Tokyo. Além desses temas, incluiu-se uma declaração separada sobre comércio de serviços.

A Rodada do Uruguai teve início em 1986 e foi finalizada em Abril de 1994. Por todas as ambições pretendidas, esta rodada foi a mais longa da história do GATT (THORSTENSEN, 2003).

A conclusão da Rodada do Uruguai marcou o início de uma nova fase do Sistema Multilateral de Comércio, sendo que de todas as rodadas realizadas desde 1947, essa foi a que proporcionou as alterações mais importantes, sendo elas “o reforço da estrutura institucional do Sistema Multilateral de Comércio, ampliação do âmbito de incidência material de suas normas e aumento do controle multilateral sobre as políticas comerciais nacionais” (NASSER, 2003, p.48).

No que se refere ao reforço da estrutura institucional do Sistema Multilateral de Comércio, está á adaptação do GATT para Organização Mundial do Comércio (OMC) (NASSER, 2003).

Quanto à ampliação do âmbito de incidência material das normas do Sistema Multilateral de Comércio, se observa a conclusão do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectuais Relacionados ao Comércio (TRIPS) e do Acordo de Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS) (NASSER, 2003).

O terceiro grande resultado da fase pós Rodada do Uruguai, foi o aumento do controle multilateral sobre as políticas comerciais dos Países-Membros do Sistema Multilateral do Comércio, sendo executado por meio da OMC (NASSAR, 2003).

De acordo Thorstensen (2003, p.39):

Os resultados da Rodada do Uruguai determinam as regras do comércio internacional, não só dos grandes parceiros internacionais, para dirimir os conflitos entre eles, mas também dos pequenos e médios parceiros, que passam a ter na OMC a organização de supervisão e apoio para assegurar o acesso aos mercados protegidos dos próprios países mais desenvolvidos, bem como dos grandes acordos regionais do comércio.

Desta forma, pode-se dizer que a OMC é a organização que coordena e supervisiona as regras do Comércio Internacional. O termo GATT é utilizado atualmente para representar o conjunto de todas as regras sobre comércio estabelecidas desde 1947 até a Rodada do Uruguai (THORSTENSEN, 2003).

Com relação à constituição da OMC para Thorstensen (2003, p. 41):

A organização se constitui como um foro para a continuação do processo de negociações na área de comércio, visando sempre uma maior liberalização do comércio de bens e serviços, além de um foro para a discussão de temas relacionados ao comércio, como meio ambiente, investimentos, concorrência, facilitação de comércio, comércio eletrônico e cláusulas sociais.

Todas as medidas abordadas tomadas a partir da Conferência de Bretton Woods tinham como objetivo a recuperação do comércio internacional, tendo em vista que o mesmo havia sofrido drasticamente as consequências do pós-guerra. De acordo Sarquis (2011, p.16) “Desde a criação das instituições de Bretton Woods [...], se testemunhou uma progressiva liberalização comercial. O comércio e o crescimento engendraram oportunidades recíprocas, um alimentando o outro, em escala cada vez mais global”.

Uma das características atuais é o agrupamento dos países em blocos econômicos, essa estratégia tem sido adotada pelas grandes potências e empresas multinacionais a fim de prosseguirem com o expansionismo internacional. A globalização da economia tem sido

direcionada pelo crescente domínio de organizações, levando ao surgimento de uma nova ordem mundial que tem como características o incremento de uma guerra comercial entre empresas e países estimulando a formação de blocos econômicos (SIMÕES; MORINI, 2002).

Na busca da criação de um cenário econômico mais previsível, os empresários europeus e norte-americanos têm procurado criar regiões protegidas por meio da união de alguns países com interesses comuns, criando desta forma os blocos econômicos regionais, conforme citado por Simões e Morini (2002, p.142) “Pode-se encarar a formação de blocos econômicos regionais de comércio como uma tentativa de aumentar a segurança dos empresários que atuam no bloco contra a concorrência de empresas mais eficientes de outros países ou blocos”.

A finalidade da criação de blocos econômicos é o desenvolvimento do comércio de uma região. Esse objetivo é alcançado, por meio da eliminação de barreiras alfandegárias o que conseqüentemente diminui o custo dos produtos, aumentando desta forma o poder de compra e desenvolvendo os mercados. Os blocos econômicos podem ser considerados como uma etapa para um mundo sem fronteiras (SIMÕES; MORINI, 2002).

Atualmente grandes partes das economias mundiais encontram-se envolvidas em um processo de integração econômica, conforme pode ser observado nos exemplos citados pelos autores Simões e Morini (2002, p.142) “Estados Unidos (NAFTA), Europa (União Europeia e EFTA), América Latina (Pacto Andino e MERCOSUL), Ásia (APEC) e África (SADC)”.

O Quadro 1 esquematiza os estágios da integração econômica conforme estipulado pelas teorias do comércio internacional: (SIMÕES; MORINI, 2002, p.142).

Quadro 1 – Estágios de integração dos blocos econômicos

(continua)

ESTÁGIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	
ZONA DE PREFERÊNCIA TARIFÁRIA	É o estágio inaugural de integração econômica, consiste na adoção mútua entre dois ou mais países de níveis tarifários preferenciais, ou seja, as tarifas de importação cobradas aos países membros são inferiores as praticadas aos outros países. Exemplos de preferências tarifárias são os acordos celebrados no marco da Associação Latino-Americana de Integração
ZONA DE LIVRE COMÉRCIO	Consiste na eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias incidentes sobre o comércio entre o grupo de países, “um acordo é considerado zona de livre comércio quando abarca ao menos 80% dos bens comercializados entre os membros do grupo”. Um exemplo o em funcionamento deste nível é o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Quadro 1 - Estágios de integração dos blocos econômicos

(conclusão)

ESTÁGIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	
UNIÃO ADUANEIRA	Corresponde à integração econômica onde os países membros de uma zona de livre comércio aplicam uma mesma tarifa às importações oriundas de mercados externos, a Tarifa Externa Comum (TEC). Na América Latina, o bloco regional MERCOSUL tornou-se a partir de 1º janeiro de 1995, um exemplo de união aduaneira latino-americana
MERCADO COMUM	Consiste na livre circulação de pessoas, bens, mercadorias, serviços, capitais e fatores produtivos entre os países participantes
UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA	Esta é a etapa mais avançada e complexa do processo de integração, consiste na adoção de uma moeda única e na existência de uma política macroeconômica comum. O único exemplo de união econômica e monetária em processo de construção é a União Europeia

Fonte: Elaborado com base em Simões; Morini (2002). Sousa (2009).

Na América do Sul a integração regional recebeu um novo impulso a partir dos anos 90 com o renascimento da Comunidade Andina das Nações (CAN) e a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), esse processo ficou conhecido como regionalismo aberto, devido ao fato do objetivo principal destas integrações serem a melhor inserção das economias no mercado internacional (SARAIVA, 2013).

Porém os acontecimentos registrados no novo milênio efetuarão mudanças nas características do comércio internacional passando a fomentar o comércio regional conforme Saraiva (2013, p.2):

No decorrer dos anos 2000 as iniciativas tradicionais de orientação comercialista, como o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em seu formato tal como definido do Tratado de Assunção e a Comunidade Andina (CAN), perderam centralidade frente a novas experiências de governança e cooperação, de caráter prioritariamente cooperativo. O modelo de economia aberta, que deu base aos processos de base comercial, foi substituído em diversos países sul-americanos por políticas próximas ao desenvolvimentismo.

A crise financeira de 2008 que atingiu principalmente os Estados Unidos e os países da União Europeia abriu espaços para a ascensão de novos atores no cenário mundial e incentivou o regionalismo (SARAIVA, 2013). Organizações internacionais como a UNASUL foram criadas com o objetivo de construir um espaço de integração cultural, econômico, social e político dos países Sul americanos (UNASUL, 2016).

Na América do Sul a ascensão dos governos de esquerda com a implantação de um regime político próprio reduziu o alinhamento dos países do sul com os Estados Unidos, contribuindo para o avanço da regionalização e a interdependência dos agentes econômicos e políticos do sul, abrindo espaço para um novo cenário de cooperação regional. O Brasil assumiu o papel de liderança na América do Sul, aproximando-se dos outros países com vista a modificar o posicionamento do sul frente aos países desenvolvidos (SARAIVA, 2013).

2.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

A relação comercial entre os países vem se intensificando e ultrapassando as fronteiras, criando o comércio no âmbito internacional. Conforme Maia (1997) o comércio internacional constitui-se em uma via de mão dupla, composta por vendas, as quais se caracterizam como as exportações do país e compras correspondendo às importações.

Essas trocas comerciais são importantes para a competitividade dos países, tendo em vista que nenhum país é autossuficiente na produção de todos os bens necessários para sua sobrevivência, conforme citado por Silva (2001, p.15):

A principal razão para a existência do comércio internacional é a constatação simples de que nenhum país é autossuficiente o bastante para produzir todos os bens e serviços de que sua população necessita. E, em muitos casos, mesmo quando o país consegue produzir esta ou aquela mercadoria, não o consegue de forma eficiente e vantajosa em relação a outros países. Isto se deve ao simples fato de que os países são dotados, de forma diferente, de recursos naturais, de clima, de nível de tecnologia e assim por diante.

Participando do mercado internacional cada país pode utilizar dos seus recursos de forma mais eficiente, possibilitando um aumento na renda real de cada participante, gerando desta forma melhorias à população. Além disso, o comércio internacional proporcionou que as inovações tecnológicas fossem compartilhadas por meio das importações, fazendo que os países tenham acessos a novas tecnologias, e de igual forma possam também desenvolver os seus produtos. Outro fator importante é a participação dos países nos mercados financeiros internacionais já que este é uma fonte para obtenção de recursos fornecedores de um maior nível de investimentos internos (SILVA, 2001). De acordo Silva (2001, p.13) “A percepção de todos esses fatores positivos fez com que o comércio internacional se tornasse, com o passar dos anos, peça essencial para o bom desempenho econômico das nações”.

Desde o século XVI, teorias têm sido desenvolvidas para dar base e comprovar os benefícios e conveniências geradas pelo comércio entre nações (SILVA, 2001). Abaixo serão citadas as principais teorias e conceitos que formulam o comércio internacional:

O Ponto de Vista Mercantilista (Séc. XVI a XVIII): Para os mercantilistas a riqueza de uma nação era medida pela quantidade de metais preciosos que a mesma possuía, sendo o ouro o principal deles. Por meio do ouro era possível fortalecer o comércio, a marinha de guerra e os exércitos, proporcionando uma maior circulação das mercadorias. Devido a isso os países deveriam buscar uma maior acumulação de ouro. Considerando que a oferta de ouro é relativamente fixa, os mercantilistas defendiam que para alcançar este objetivo principal de obtenção de ouro, os países deveriam exportar mais do que importar, já que os

pagamentos da época eram efetuados por meio de metais preciosos. Na visão mercantilista os governos deveriam adotar uma política protecionista e ao mesmo tempo estimular as exportações através de subsídios. O raciocínio mercantilista funcionava da seguinte forma, quanto mais ouro a nação possuísse, maior seria o seu desenvolvimento interno. Considerando que muitos dos mercantilistas eram os próprios mercadores, entende-se que os mesmos defendiam seus próprios interesses por meio de políticas que os protegessem da concorrência externa (SILVA, 2001).

A visão mercantilista estimulava a atividade econômica interna, já que impunha restrições às importações e buscava o crescimento da produção e o aumento do índice de empregos, porém vale ressaltar que se todos os países adotassem esta medida, não haveria comércio internacional, tendo em vista que as importações de um país nada mais são do que as exportações de outro. A partir deste pensamento, economistas clássicos surgiram após a metade do século XVIII argumentando e indo na direção contrária à visão mercantilista (SILVA, 2001). Até este período todo conhecimento sobre o comércio internacional era oriundo da escola mercantilista, a qual era baseada no superávit da balança comercial que era o objetivo principal a ser atingido (COUTINHO et al., 2005).

O economista clássico Adam Smith defendia que a melhor política para o mundo é o livre comércio entre as nações, com essa base, o mesmo desenvolveu a teoria clássica das vantagens absolutas (SMITH, 1985).

A **Teoria clássica das vantagens absolutas** defende que cada país deve especializar sua produção, de acordo Coutinho et al. (2005, p.102) “A vantagem absoluta de um país na produção de um bem resulta de uma maior produtividade, ou seja, da utilização de uma quantidade menor de insumo para produzir esse bem enfrentando menores custos”. Dessa forma, de acordo com a teoria de Smith (1985), os países devem se concentrar na produção dos bens que possuem vantagens absolutas, sendo que a parte que exceder o consumo interno deveria ser exportada e com a receita gerada desta venda, os países poderiam adquirir os produtos que não possuíssem vantagens absolutas. Devido ao resultado do aumento das trocas comerciais entre os países, Smith (1985) concluiu que o comércio exterior elevava o bem estar da sociedade.

De acordo Maia (1997, p.256), algumas críticas foram abordadas a respeito da teoria das vantagens absolutas:

Adam Smith considerou que os preços eram determinados principalmente pela quantidade de horas utilizadas (mão de obra) durante a produção. Na verdade o custo das mercadorias é consequência de três fatores: natureza (matéria prima), trabalho (mão de obra) e capital (investimentos, inclusive *know-how*).

Adam Smith também considerou que todos os países teriam vantagens absolutas em algum produto, porém esta afirmação é questionável, já que a mesma não pode ser considerada como regra a todos os países (MAIA, 1997).

A Teoria das vantagens comparativas, formulada por David Ricardo, aprimora a teoria formulada por Adam Smith, estendendo aos países que não possuem vantagens absolutas, a oportunidade de ganhos no Comércio Internacional, partindo do ponto que são as vantagens comparativas que possibilitam aos países se beneficiar no comércio internacional (COUTINHO et al., 2005). David Ricardo demonstrou que o comércio internacional é vantajoso para ambos os países quando existe uma vantagem comparativa e não necessariamente vantagens absolutas (SILVA, 2001).

Para a teoria ricardiana, o comércio internacional não deveria ser baseado em vantagens absolutas, já que poderia ser mais vantajoso a um país se especializar na produção de um bem que é produzido com menor esforço em outro local, da mesma forma que poderia não ser vantajoso se especializar na produção de um bem que possui vantagem absoluta, se existir outro com uma vantagem de produção ainda maior (COUTINHO et al., 2005).

Apesar das teorias propostas pelos economistas clássicos terem sido de grande relevância para fundamentar o comércio internacional, na realidade as mesmas não expressam a real situação do comércio internacional, já que os países procuram sempre se protegerem da concorrência externa, sobretudo nos setores nos quais são menos produtivos. Devido a essa crítica, os economistas Elie Heckscher e Bertil Ohlin formularam a Moderna Teoria do Comércio Internacional que parte do princípio que o comércio Internacional decorre das diferenças de custos existente entre os países (SILVA, 2001).

O Teorema de Heckscher e Ohlin baseia-se na seguinte assertiva, conforme citado por Silva (2001, p.35) “Um país tem uma vantagem comparativa na mercadoria que utiliza de forma intensiva seu fator abundante”, a partir desta afirmação, conclui-se que “os países devem se especializar na produção daqueles bens produzidos por fatores comparativamente abundantes nas suas economias”.

A conclusão para o Teorema de Heckscher e Ohlin é que os países devem se especializar na produção de bens cujos fatores de produção possuem uma abundância relativa e após isso exportar aos países que estão em desvantagens nestes produtos e importar os produtos os quais os fatores de produção em relação a outros países podem ser considerados escassos (COUTINHO et al., 2005).

Com o desenvolvimento do comércio internacional, surgiu a necessidade de elaborações de novas teorias. De acordo com Porter (1989), as teorias das vantagens absolutas

e comparativas acabaram ficando inadequadas tendo em vista as mudanças nas competições internacionais. A ideia de Porter (1989) contesta as teorias clássicas e propõe uma nova abordagem que vai além do conceito de vantagem comparativa e se concentra nas vantagens competitivas dos países levando em consideração mercados segmentados, produtos diferenciados, avanços tecnológicos e economias de escala. Conforme abordado por Coutinho et al. (2005, p.106) Porter se concentra em responder a seguinte questão “Por que empresas baseadas em determinadas nações alcançam sucesso internacional em segmentos e indústrias distintos?”.

Conforme cita Coutinho et al. (2005, p.107), Porter tem uma visão diferenciada com relação aos fatores que tornam a nação competitiva:

Ao contrário do pensamento predominante, que atribui a vantagem competitiva aos custos da mão-de-obra, às taxas de juros, às taxas de câmbio e às economias de escala, para Porter (1989) as empresas atingem a vantagem competitiva através do aumento da produtividade, que se dão por meio de inovações, decorrentes de novas tecnologias, novos métodos de treinamento, novas abordagens de marketing ou aprimoramento dos processos produtivos e gerenciais.

Pela visão de Porter, o nível de competitividade de um país, está diretamente relacionado com o nível de produtividade do mesmo, conforme citado por Coutinho et al. (2005, p.107) “Então, competitividade em nível nacional deve ser entendida como produtividade nacional”.

Levando em consideração que nenhuma nação pode ser competitiva em tudo, a abordagem de Porter (1989) indica que os recursos devem ser aplicados nas atividades mais produtivas. A integração comercial entre os países é de grande importância, na visão de Porter, já que permite que os países tenham um aumento no seu grau de produtividade, pois os mesmos podem especializar suas empresas nos seguimentos que são mais produtivos e importar de outras nações os produtos que o país possui um menor nível de produtividade Para Porter (1989) “As importações, portanto, bem como as exportações são parte integrante do crescimento da produtividade”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia pode ser definida como um conjunto de procedimentos que são baseados em técnicas e no conhecimento científico (BARROS; LEHFELD, 1986).

A pesquisa científica proporciona o acesso a novas informações e a resolução de problemas, para Andrade (2005) a pesquisa é definida como um conjunto de procedimentos definidos sistematicamente e que adota métodos científicos, de forma a encontrar a resolução de um problema.

Os detalhes metodológicos utilizados para a elaboração desta monografia estão apresentados na sequência.

3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

O delineamento de pesquisa se faz necessário para a verificação dos processos científicos que serão utilizados para a solução de um problema. Conforme abordado por Gil (2003, p.43) “o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados”, o autor ainda defende que o delineamento determina como será realizado o desenvolvimento da pesquisa, enfatizando os procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados, permitindo desta forma a classificação das pesquisas de acordo com seu delineamento (GIL, 2003).

Entende-se, portanto que por meio da análise dos objetivos da pesquisa é possível classificá-la e determinar o delineamento dos procedimentos que serão utilizados.

Com relação aos fins de investigação, a pesquisa abordada se enquadra como método descritivo, explicativo e exploratório.

a) Pesquisa Descritiva: Os principais objetivos da pesquisa descritiva é a descrição das características de uma população, de um fenômeno ou a relação entre variáveis (GIL, 2007).

Para os autores Sampieri et al. (2013, p.102) “a meta dos pesquisador é descrever fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhar como são e se manifestam”. Seguindo a mesma linha, os autores apresentam que a pesquisa descritiva busca “especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno

que se submeta a uma análise”. Desta forma conclui-se que os estudos descritivos são importantes para demonstrar as dimensões de um contexto.

A pesquisa classifica-se como descritiva, pois apresentou os acordos bilaterais e multilaterais existentes entre os países da população alvo e também apontou os canais logísticos de distribuição existentes para o comércio entre eles, especificando e caracterizando cada um deles, permitindo que posteriormente fosse realizada a análise das informações.

b) Pesquisa Explicativa: A principal preocupação deste tipo de pesquisa é a identificação dos fatores que criam os fenômenos. Para os autores Sampieri et al. (2013), os estudos explicativos são os que criam as causas dos eventos e fenômenos sociais, tendo como objetivo explicar o motivo da ocorrência de um fenômeno, a maneira como ele se manifesta e a causa de duas ou mais variáveis estarem relacionadas.

O método explicativo foi aplicado nas análises realizadas nos gráficos que apresentam a evolução do comércio internacional e a corrente de comércio do Brasil com a CAN. Os acontecimentos históricos e as teorias do comércio internacional foram argumentos utilizados para explicar os gráficos elaborados com base nos dados de fontes governamentais, realizando um paralelo da atualidade com as séries históricas.

c) Pesquisa Exploratória: A pesquisa exploratória é realizada com o objetivo de examinar um tema ou problema pouco estudado. Tem como característica constituir tendências e não um fim específico Sampieri et al. (2006).

A pesquisa enquadra-se também dentro do método exploratório já que se verificou de que forma as decisões políticas interferem nas relações comerciais do Brasil com a CAN e identificou algumas barreiras tarifárias e não tarifárias existentes no comércio destes países. Esses temas não apresentavam respostas já anteriormente sistematizadas, portanto, foi necessária a exploração destes tópicos.

Com relação aos meios de investigação presentes neste estudo, o mesmo tem caráter bibliográfico, documental e pesquisa de campo.

a) Pesquisa Bibliográfica: As pesquisas bibliográficas tem como base um material já realizado, sendo composto por livros e artigos científicos (GIL, 2007). De acordo Gil (2007, p. 45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O enquadramento do meio de investigação bibliográfico foi utilizado para a realização de todos os objetivos específicos do trabalho, já que na pesquisa de cada um deles

fez-se o uso de referências bibliográficas como livros e artigos científicos, possibilitando uma visão ampla dos temas, bem como essas teorias serviram como suporte para a análise dos dados documentais.

b) **Pesquisa Documental:** A pesquisa documental tem como base materiais que ainda não receberam um tratamento crítico e que podem ser reelaborados conforme o objeto de pesquisa. A pesquisa documental apresenta vantagens, como uma fonte estável de dados, baixo custo e o fato de não ser necessário o contato com os sujeitos da pesquisa (GIL, 2007).

Para a coleta das informações dos acordos comerciais e dados do comércio internacional para posterior elaboração dos gráficos, utilizou-se o meio de investigação documental, onde a pesquisadora recorreu à base de dados governamentais que dispõe destas informações. Posteriormente utilizou-se o material para a análise dos gráficos e verificação se os acordos estabelecidos surtiram efeitos sobre as balanças comerciais.

c) **Pesquisa de campo:** A pesquisa de campo baseia-se em dados primários, com foco no público alvo. Desta forma as informações são colocadas de forma empírica (VERGARA, 2010). Para esse tipo de pesquisa é utilizado formulários, questionários, entrevistas e um pré-teste antes da realização (GIL, 2007).

Para a realização da pesquisa de campo foram enviados por meio do instrumento *google docs* os formulários de entrevistas, sendo o público alvo pessoas dos países integrantes da CAN que trabalham no governo e tem acesso a informações relativas às decisões políticas voltadas para o comércio internacional e também membros dos países dos blocos que trabalham em empresas na parte do comércio exterior com exportação e importação de cargas e serviços.

Foram enviados 15 formulários de entrevistas para participantes da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, obtendo-se um retorno de 03 participantes. Como forma de manter o sigilo, o nome dos participantes bem como as empresas ou órgãos em que os mesmos atuam não foram divulgados. Considerou-se que o baixo retorno das entrevistas não desclassificou a relevância das informações coletadas, pois o objetivo das mesmas foi somente aferir pontos específicos da pesquisa documental através de experiências concretas de *stakeholders* envolvidos nessas relações.

A pesquisa, portanto foi realizada com base em fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, tendo como base dados primários e secundários proporcionando a análise de maneira mais ampla.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

Para a aplicação de uma pesquisa é necessário à delimitação de uma área ou público alvo. Conforme Lakatos e Marconi (2001), a população alvo é definida como base na delimitação de pessoas, organizações e fenômenos dos quais serão estudadas suas características.

A população alvo do estudo em questão são os países sul americanos abordados, sendo eles: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A Figura 1 apresenta a localização dos países da CAN.

Figura 1 – Mapa países da CAN



Fonte: CAN (2016, p.1)

Os principais assuntos, tópicos e autores abordados no trabalho estão apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Fontes de títulos da pesquisa bibliográfica e documental

(continua)

ASSUNTO	TÓPICOS ABORDADOS	AUTORES
Relações Internacionais	Realismo/ Liberalismo	NOGUEIRA, MESSARI (2005) ALBUQUERQUE (2005)
	Posicionamento Político - Poder/Território	FERREIRINHA, RAITZ (2010) FOCAULT (1999) FIORI (2005)

Quadro 3 - Plano de coleta de dados e documentais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DOCUMENTOS	LOCALIZAÇÃO
Verificar como as relações políticas e econômicas internacionais afetam as relações comerciais entre o Brasil e os países da CAN.	Fontes bibliográficas, documentos oficiais e pesquisa de campo	Biblioteca e <i>Sites</i> oficiais
Nomear Atos bilaterais e multilaterais existentes	Fontes bibliográficas e documentos oficiais	<i>Sites</i> oficiais
Explicar a corrente de comércio do Brasil com a CAN	Fontes bibliográficas e documentos oficiais	<i>Sites</i> oficiais
Identificar os canais de distribuição disponíveis.	Fontes bibliográficas e documentos oficiais	Biblioteca e <i>Sites</i> oficiais
Identificar barreiras tarifárias e não tarifárias que afetam a relação comercial do Brasil com a Comunidade Andina	Fontes bibliográficas, documentos oficiais e pesquisa de campo	Biblioteca e <i>Sites</i> oficiais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2016).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa abordada é caracterizada como um estudo qualitativo e tem como fonte principal os dados secundários. Para os autores Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.5) “o enfoque qualitativo utiliza coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”.

A pesquisa qualitativa tem como base o ambiente natural para fonte de dados e o pesquisador é peça principal, ela estuda os fenômenos relativos às ciências sociais e humanas, fazendo com que o pesquisador entre em contato direto com o ambiente no qual o fenômeno está ocorrendo (MARTINS; THEÓPHILO; 2009).

O aspecto descritivo é uma das principais características da pesquisa qualitativa, conforme apontado pelos autores Martins e Theóphilo (2009, p.141) “descrição de pessoas, de situações, de acontecimentos, de reações, inclusive transcrições de relatos. Um pequeno detalhe pode ser essencial para o entendimento da realidade”.

A análise da pesquisa será feita com base nos dados documentais, bibliográficos e pesquisa de campo e os mesmos serão apresentados por meio de gráficos, tabelas e figuras.

Para tratamento das informações, utilizaram-se recursos tecnológicos disponíveis (computadores e *notebooks*), fazendo parte destes os softwares Microsoft Office Excel 2010 (para tratamento das informações) e Microsoft Office Word 2000 (para compilação das respectivas informações).

3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Abaixo está apresentado o Quadro 4 com o resumo dos procedimentos metodológicos abordados no trabalho:

Quadro 4 - Síntese dos procedimentos metodológicos

Objetivos específicos	Tipo de pesquisa quanto aos fins	Meios de investigação	Classificação dos dados da pesquisa	Técnica de coleta de dados	Procedimentos de coleta de dados	Técnica de análise dos dados
Verificar como as relações políticas e econômicas internacionais afetam as relações comerciais entre o Brasil e os países da CAN	Exploratória	Bibliográfica/ pesquisa de campo	Primários/ Secundários	Levantamento bibliográfico, análise de dados oficiais e conteúdo, entrevistas	Leitura de estatísticas/ Artigos científicos/ Entrevistas enviadas com a ferramenta <i>google docs</i>	Qualitativa
Nomear Atos bilaterais e multilaterais existentes	Descritiva	Bibliográfica/ Documental	Secundário	Levantamento bibliográfico e documental	Leitura de textos e documentos oficiais governamentais	Qualitativa
Explicar a corrente de comércio do Brasil com a CAN	Explicativa	Bibliográfica/ Documental	Secundário	Levantamento bibliográfico e documental	Leitura de estatísticas e análise de dados	Qualitativa
Identificar os canais de distribuição disponíveis.	Descritiva	Bibliográfica	Secundário	Levantamento bibliográfico e documental	Leitura de artigos científicos, livros e estatísticas e análise de dados	Qualitativa
Identificar barreiras tarifárias e não tarifárias que afetam a relação comercial do Brasil com a CAN.	Exploratória	Bibliográfica/ Pesquisa de campo	Primário/ Secundário	Levantamento bibliográfico, documental e entrevistas	Leitura e análise de artigos científicos, dados oficiais governamentais, entrevistas com especialistas do comércio exterior	Qualitativa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2016).

4 A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL E A COMUNIDADE ANDINA (CAN)

Conforme citado por Bohoslavsky (2010) para uma boa análise e entendimento dos fatos atuais é interessante que se verifique o passado histórico, cultural, político e econômico de um país. Análises comparativas feitas por intelectuais das instituições europeias e norte-americanas com um enfoque conjunto sobre o histórico das nações sustentam que todos os países da América Latina têm características em comum que permitem respostas gerais e de qualidade universal. Neste sentido o presente capítulo tem como objetivo apresentar as informações obtidas com a pesquisa, indicando os fatores que influenciam na relação comercial do Brasil com a CAN, apresentando questões culturais, econômicas, logísticas e políticas que exercem papel influenciador na relação comercial dos países abordados neste trabalho.

4.1 O BRASIL E A CAN: ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

No processo de construção do Brasil nota-se que o país foi projetado como uma empresa necessária para o suprimento de *commodities* ao desenvolvimento comercial do continente Europeu, sendo organizado em um conjunto de capitanias hereditárias independentes ao longo da sua costa. Analisando o mapa brasileiro é possível perceber que os Estados localizados na costa foram por muito tempo os grandes responsáveis pela sustentação da economia, já as regiões do oeste do país por vez apresentavam menor índice de habitação (DUARTE, 2012).

Ainda nos dias atuais nota-se o reflexo do direcionamento dado inicialmente para a economia brasileira caracterizada como primária exportadora, conforme apresentado no Quadro 5, a agricultura é ainda responsável por grande parte da utilização do terreno, sendo que a produção de bens primários como o café, açúcar e algodão também foram influenciados pela disposição de um clima favorável e recursos naturais condizentes.

Com relação aos países da CAN, estes foram colonizados pelos espanhóis que trouxeram na bagagem seus costumes e crenças, porém da mesma forma como ocorreu no Brasil, quando os colonizadores chegaram aos países andinos encontraram povos indígenas que já habitavam a região, o que acabou por proporcionar uma multiculturalidade (SILVA, 2006).

A economia interna dos países da CAN teve seu processo de industrialização iniciado após a Segunda Guerra Mundial, que desencadeou uma série de obstáculos às

importações, influenciando conseqüentemente os países a se industrializarem. O processo de industrialização no Brasil ocorreu com base nos mesmos fatores e ambos os países foram incentivados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

A economia dos países andinos também é caracterizada pela produção de atividades primárias, como agricultura, mineração e a pesca, sendo estas fomentadas pelas características geográficas.

Conforme apresentado no Quadro 5, a agricultura tem uma parcela relevante da utilização do terreno e os recursos naturais são os principais compositores das exportações andinas. Nos próximos capítulos serão apresentadas as balanças comerciais que demonstram a participação das atividades primárias.

Quadro 5 – Informações geográficas Brasil e dos países da CAN

(continua)

PAÍSES	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	BRASIL
Área	Total: 1,098,5 m ² km/Água: 15,280 m ² km/Terra: 1,083,301 m ² km	Total: 1,138,910 m ² km/Terra: 1,038,700 m ² km/Água: 100,210 m ² km	Total: 283,561 m ² km/Terra: 276,841 m ² km/Água: 6,720 m ² km	Total: 1,285,216 m ² km/Terra: 1,279,996 m ² km/Água: 5,220 m ² km	Total: 8,515,770 m ² km/Terra: 8,358,140 m ² km/Água: 157,630 m ² km
Fronteiras	Argentina 942 km, Brasil 3,403 km, Chile 942 km, Paraguai 753 km, Peru 1,212 km.	Brasil 1,790 km, Equador 708 km, Panamá 339 km, Peru 1,494 km, Venezuela 2,341 km.	Colômbia 708 km, Peru 1,529 km	Bolívia 1,212 km, Brasil 2,659 km, Chile 168 km, Colômbia 1,494 km, Equador 1,529 km.	Argentina 1,263 km, Bolívia 3,403 km, Colômbia 1,790 km, Guiana Francesa 649 km, Guiana 1,308 km, Paraguai 1,371 km, Peru 2,659 km, Suriname 515 km, Uruguai 1,050 km, Venezuela 2,137km
Clima	Úmido e Tropical, frio e semiárido.	Tropical nas costas e planícies. Frio nas localidades com maior altitude.	Tropical nas costas e planícies. Frio nas localidades com maior altitude.	Tropical ou temperado de acordo com a região	Tropical e temperado ao Sul.
Recursos naturais	Estanho, gás natural, petróleo, zinco, tungstênio, antimônio, prata, ferro, chumbo, ouro, madeira, energia hidrel.	Petróleo, gás natural, carvão, minério de ferro, níquel, ouro, cobre, esmeraldas, hidráulica.	Petróleo, peixe, madeira, energia hidrelétrica.	Cobre, prata, ouro, petróleo, madeira, peixe, minério de ferro, carvão, fosfato, potássio, hídrica, gás natural.	Bauxita, ouro, minério de ferro, manganês, níquel, fosfato, platina, estanho, elementos de terras raras, urânio, petróleo, hidráulica, de madeira.

Quadro 5 – Informações geográficas Brasil e dos países da CAN

(conclusão)

PAÍSES	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	BRASIL
Utilização do terreno	Agricultura: 34,3% Floresta: 52,5% Outros: 13,2%	Agricultura: 37,5%/Floresta: 54,4% Outros: 8,1%	Agricultura: 29,7% Floresta: 38,9% Outros: 31,4%	Agricultura: 18,8% Floresta: 53% Outros: 28,2%	Agricultura: 32,9% Floresta: 61,9% Outros: 5,2%
Riscos naturais	Inundações e vulcanismo	Terremotos e vulcanismo	Terremotos frequentes; deslizamentos de terra; atividade vulcânica; inundações; secas periódicas.	Terremotos, tsunamis, inundações, deslizamentos de terra, a atividade vulcânica leve.	Secas no nordeste recorrentes; inundações e geadas ocasionais no sul.

Fonte: Elaborado com base em informações disponibilizadas pela CIA (2016).

Os países da América do Sul têm características políticas semelhantes, começando pelo sistema de governo adotado por eles caracterizado como república, composto pela presença da figura de um presidente com forte influência não somente no âmbito da política, mas também no âmbito econômico e administrativo. O modelo presidencialista latino-americano caracteriza-se por designar um Poder Executivo influente onde à atribuição do presidente norteia a vida política e econômica nacional (PÉREZ, 2008).

Como pode ser visualizado no Quadro 6, os países da CAN e o Brasil são membros da UNASUL, organização que teve na essência de sua criação a intenção em integrar os processos regionais desenvolvidos pelo MERCOSUL e pela Comunidade Andina. A UNASUL tem como um de seus objetivos específicos “*El fortalecimiento del diálogo político entre los Estados Miembros que asegure un espacio de concertación para reforzar la integración suramericana y la participación de UNASUR en el escenario internacional*” (UNASUR², 2016).

A proximidade das características de governo dos países em questão, atrelados à participação em organizações internacionais que incentivam o comércio inter-regional são fatores considerados relevantes como forma de incentivo das trocas comerciais entre o Brasil com os países da CAN.

² O fortalecimento do diálogo político entre os Estados membros que assegure um espaço de consulta para reforçar a integração Sul-Americana e a participação da UNASUL no cenário internacional.

Quadro 6 – Informações políticas do Brasil e países da CAN

PAÍS	BOLÍVIA	COLÔMBIA	EQUADOR	PERU	BRASIL
Sistema de Governo	República	República	República	República Constitucional	República Federativa
Capital	La Paz	Bogotá	Quito	Lima	Brasília
Divisão Adm.	09 depart.	32 departamentos	24 províncias	25 regiões	26 estados
Independência	06 Agosto 1825	20 Julho 1810	24 maio 1822	28 Julho 1821	07 Set. 1822
Constituição em vigor	2006	1991	2008	1993	1988
Poder Executivo	Chefe de Estado e de Governo – Presidente Juan Evo Morales Ayma (2015)	Chefe de Estado presidente Juan Manuel Santos Calderon	Presidente Rafael Correa Delgado	Presidente Ollanta Humala Tasso	Presidente Dilma Roussef
Poder Legislativo	Bicameral	Bicameral	Unicameral	Unicameral	Bicameral
Poder Judiciário	Tribunal Supremo de Justiça	Corte Suprema de justiça	Corte Nacional de Justiça	Corte Suprema	Supremo Tribunal Federal
Participação em Organizações internacionais	CAN, CD, CELAC, FAO, G-77, IADB, IAEA, IBRD, ICAO, ICC (national committees), ICt, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRCs, ILO, IMF, IMO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO (correspondent), ITSO, ITU, LAES, LAIA, Mercosur (associate), MIGA, MINUSTAH, MONUSCO, NAM, OAS, OPANAL, OPCW, PCA, UN, UNAMID, UNASUR, UNCTAD, UNESCO, UNIDO, Union Latina, UNMIL, UNMISS, UNOCI, UNWTO, UPU, WCO, WFTU (NGOs), WHO, WIPO, WTO	BCIE, BIS, CAN, Caricom (observe), CD, CDB, CELAC, EITI (candidate country), FAO, G-3, G-24, G-77, IADB, IAEA, IBRD, ICAO, ICC (national committees), ICt, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRCs, IHO, ILO, IMF, IMO, Interpol, IO, IOM, IPU, IFRCs, IHO, ILO, IMF, IMO, IMSO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO, ITSO, ITU, ITUC (NGOs), LAES, LAIA, Mercosur (associate), MIGA, MINUSTAH, NAM, OAS, OPANAL, OPCW, OPEC, Pacific Alliance (observer), PCA, SICA (observer), UN, UNAMID, UNASUR, UNCTAD, UNESCO, UNHCR, UNIDO, Union Latina, UNWTO, UPU, WCO, WFTU (NGOs), WHO, WIPO, WTO	CAN, CD, CELAC, FAO, G-11, G-77, IADB, IAEA, IBRD, ICAO, ICC (national committees), ICt, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRCs, IHO, ILO, IMF, IMO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO, ITSO, ITU, ITUC (NGOs), LAES, LAIA, Mercosur (associate), MIGA, MINUSTAH, NAM, OAS, OPANAL, OPCW, OPEC, Pacific Alliance (observer), PCA, SICA (observer), UN, UNAMID, UNASUR, UNCTAD, UNESCO, UNHCR, UNIDO, Union Latina, UNISFA, UNMIL, UNMISS, UNOCI, UNWTO, UPU, WCO, WFTU (NGOs), WHO, WIPO, WTO	APEC, BIS, CAN, CD, CELAC, EITI (compliant country), FAO, G-24, G-77, IADB, IAEA, IBRD, ICAO, ICC (NGOs), ICt, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRCs, IHO, IMO, Interpol, ILO, IMF, IMO, IMSO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO, ITSO, ITU, ITUC (NGOs), LAES, LAIA, Mercosur (associate), MIGA, MINUSTAH, NAM, OAS, OPANAL, OPCW, Pacific Alliance, PCA, SICA (observer), UN, UNAMID, UNASUR, UNCTAD, UNESCO, UNHCR, Union Latina, UNISFA, UNMISS, UNOCI, UNWTO, UPU, WCO, WFTU (NGOs), WHO, WIPO, WTO	AfDB (nonregional member), BIS, BRICS, CAN (associate), CD, CELAC, CPLP, FAO, FATF, G-15, G-20, G-24, G-5, G-77, IADB, IAEA, IBRD, ICAO, ICC (national committees), ICt, ICRM, IDA, IFAD, IFC, IFRCs, IHO, ILO, IMF, IMO, IMSO, Interpol, IOC, IOM, IPU, ISO, ITSO, ITU, ITUC (NGOs), LAES, LAIA, LAS (observer), Mercosur, MIGA, MINURSO, MINUSTAH, MONUSCO, NAM (observer), NSG, OAS, OECD (Enhanced Engagement, Paris Club (associate), PCA, SICA (observer), UN, UNASUR, UNCTAD, UNESCO, UNFICYP, UNHCR, UNIDO, UNIFIL, Union Latina, UNISFA, UNITAR, UNMIL, UNMISS, UNOCI, UNRWA, UNWTO, UPU, WCO, WFTU (NGOs), WHO, WIPO, WTO, WTO

Fonte: Elaborado com base em informações disponibilizadas pela CIA (2016).

Com relação às informações sociais do Brasil e dos países da CAN, observando o Quadro 7 abaixo, percebe-se que existe uma proximidade cultural entre os países, principalmente pelo idioma, que pode ser considerado um facilitador das relações entre estes países, levando em consideração a semelhança em muitos termos do português com o espanhol latino.

Quadro 7 – Informações sociais Brasil e países da CAN

Países	Bolívia	Colômbia	Equador	Peru	Brasil
Nacionalidade	Boliviano	Colombiano	Equatoriano	Peruano	Brasileiro
Grupos Étnicos	Mestiços (68%), Indígena (20%), Branco (5%), Cholo/Chola (2%), negros (1%), não especificados (3%).	Mestiços e brancos (84,2%), Afro colombianos (10,4%), Ameridian (3,4%), não especificados (2,1%).	Mestiço (71,9%), montubio (7,4%), amerindian (7%), branco (6,1%), afroequatoriano (4,3%), mulato (1,9%), negros (1%), outros (0,4%).	Ameridian (45%), mestiços (37%), brancos (15%), outros (3%).	Brancos (47,7%), mulatos (43,1%), negros (7,6%), asiáticos (1,1%), Indígenas (0,40%).
Idioma oficial	Espanhol	Espanhol	Espanhol	Espanhol	Português
População	10,800,882	46,736,728	15,868,396	30,444,999	204,259,812
População Urbana	68,5%	76,4%	63,7%	78,6%	85,7%
PIB (2014) Milhões US\$	24.475,4	349.221,3	85.915,8	180.573,4	2.403.366,4
Renda per capita US\$ por Habitante	2.315,3	7.306,9	5.402,3	5.828,1	11.669,1
Gastos públicos com educação como % do PIB	6,4% (2012)	4,9% (2013)	4,2 % (2012)	3,3% (2013)	6,3% (2012)
Índice de GINI	0,49 (2013)	0,54 (2014)	0,45 (2014)	0,44 (2014)	0,55 (2014)
Investimentos em P&D % PIB	0,25% (2002)	0,16% (2001)	0,07% (2003)	0,17% (2004)	0,90 % (2014)
Exportações de bens e serviços % no PIB	43,3 % (2014)	16% (2014)	28,6% (2014)	22,5% (2014)	11,5 % (2014)
Importações de bens e serviços % no PIB	-42% (2014)	-21,5% (2014)	-30,1% (2014)	-24,1% (2014)	-14,3% (2014)

Fonte: Elaborado com base em informações disponibilizadas por CIA (2016), CEPAL (2016).

Entre os países analisados, o Brasil é o que possui a economia mais desenvolvida, apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) que chega a ser 98 vezes maior em comparação com a Bolívia, país com menor PIB analisado.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no Brasil e nos países da CAN ainda são baixos, o que acaba por influenciar no posicionamento comercial caracterizado como exportadores de produtos com menor valor agregado e importadores de

produtos com maior valor agregado, em razão da carência de tecnologia nos seus processos internos. Em comparação com outros mercados, nota-se que os países que atuam com um índice de P&D elevado apresentam resultados que refletem no PIB nacional, como a exemplo do mercado asiático, onde o investimento em P&D na China cresceu aproximadamente 12% desde 1990 influenciando na evolução da economia do país (EM DISCUSSÃO, 2012).

Portanto, verifica-se que os investimentos realizados pelos governos na área de P&D surtem efeitos diretos sobre a economia do país, determinando a classificação dos produtos exportados e importados e, conseqüentemente, os valores na balança comercial.

Atualmente o Brasil apresenta o índice de investimento em P&D mais elevado na participação do PIB em relação aos países da CAN e o maior PIB dos países da América do Sul (CEPAL, 2016). Levando em consideração que o mesmo possui uma economia mais desenvolvida, pode-se considerá-lo um potencial exportador de produtos com maior valor agregado para os países da CAN.

4.1.1 A Comunidade Andina

Com o propósito de aperfeiçoar o nível de vida de seus habitantes por meio da integração e cooperação econômica e social, cinco países sul-americanos localizados na região dos Andes, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Equador assinaram em 26 de Maio de 1969 o Acordo de Cartagena que originou o Pacto Andino ou Grupo Andino. Atualmente a Comunidade Andina é formada atualmente pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Desde sua criação o Grupo Andino passou por uma série de mudanças caracterizadas por avanços e retrocessos. (CAN, 2016).

Em 1973 a Venezuela aderiu ao acordo e em 1976 o Chile retirou-se do grupo devido ao seu interesse de isolamento e o foco na política interna (ARAVENA, 1997). O Pacto Andino, conhecido atualmente como Comunidade Andina, enfrentou uma série de mudanças, substituindo o modelo de Substituição de Importações predominante na década de setenta, que visava à proteção da indústria nacional por meio da imposição de altas tarifas, para um modelo aberto ao final da década de oitenta. Em 1989 na reunião de Galápagos, os líderes andinos aprovaram o Desenho Estratégico e o Plano de Trabalho que propunha um novo modelo, de acordo com essas mudanças os países andinos eliminaram suas tarifas internas criando em 1993 uma Zona de Livre Comércio. Por meio dessas medidas o comércio entre os países cresceu e milhares de empregos foram gerados proporcionando o desenvolvimento interno (CAN, 2016).

Em 1997 os presidentes decidiram adaptar o Acordo de Cartagena ao cenário internacional. Essas reformas permitiram que as conduções dos processos passassem para as mãos dos presidentes e que tanto o Conselho Presidencial Andino quanto o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores formassem parte da estrutura institucional. Com estas adaptações criou-se a Comunidade Andina, em substituição ao Pacto Andino (CAN, 2016).

Atualmente as ações dos países integrantes do grupo são guiadas pela agenda estratégica que define 15 princípios orientadores, entre os quais está o fortalecimento da política exterior comum (CAN, 2016).

A Comunidade Andina (CAN) se define como uma comunidade de países que se une voluntariamente com o objetivo de alcançar o desenvolvimento por meio da integração andina, Sul-americana e Latino Americana (CAN, 2016).

O funcionamento da CAN acontece por meio do Sistema Andino de Integrações (SAI) formado por órgãos e instituições que cumprem funções específicas. A Figura 2 abaixo apresenta como está disposto o SAI:

Figura 2 - Sistema Andino de Integrações (SAI)



Fonte: CAN (2016, p. 1).

O Sistema Andino de Integrações faz com que a CAN funcione como um Estado. O Conselho Presidencial Andino é formado pelos presidentes dos quatro países, tendo o papel de responsabilidade pela direção política do grupo. O Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores é responsável por formular as políticas exteriores. A Comissão é formada

por delegados plenipotenciários que formulam, executam e avaliam as políticas de integração do comércio gerando as normas obrigatórias para os quatro países. A Secretaria Geral administra o processo de integração e o Tribunal Andino de Justiça controla a legalidade de todos os órgãos e instituições. O Parlamento Andino é formado por cinco representantes de cada país, totalizando 20 parlamentares que representam os cidadãos em geral (CAN, 2016).

As outras partes que compõe a CAN são as instâncias consultivas da comunidade civil formada pelos povos indígenas, trabalhadores e empresários. Integram ainda a CAN a Universidade Andina Simón Bolívar e os organismos financeiros Corporação Andina de Promoção e o Fundo Latino Americano de Reservas (CAN, 2016).

Além dos países membros, a CAN conta também com os países associados Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e a Espanha como país observador (CAN, 2016).

4.2 AS RELAÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS E AS RELAÇÕES COMERCIAIS: UMA ANÁLISE DO BRASIL E A CAN

As influências das relações políticas internacionais interferem de maneira direta e/ou indireta sobre a corrente de comércio dos países, por meio de acordos e políticas que visam à facilitação ou a restrição da entrada de mercadorias nos territórios.

O novo milênio apontou características diferentes aos anos anteriores, o cenário fragmentado e a multipolarização agravada pela crise de 2008 que afetou diretamente os Estados Unidos e a Zona do Euro, potências globais constituídas, abriu espaço para a inserção de economias emergentes. Na América do Sul o avanço de regimes de esquerda iniciado nos anos 2000 reduziu o alinhamento desses países com os Estados Unidos. O cenário de integração regional da América do Sul também sofreu reformulações, modelos tradicionais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a CAN perderam a centralidade diante das novas possibilidades de cooperação (SARAIVA, 2013).

Organismos criados nos blocos regionais têm como um dos objetivos fomentar o comércio inter-regional, como é o caso da UNASUL, fundada em 2008 com o propósito de “construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos”. A organização é composta pelos países integrantes do MERCOSUL e da CAN juntamente com o Chile, Guiana e Suriname.

A UNASUL não proporcionou a reformulação da integração regional a ponto de direcionar o comércio para a dimensão interna, mas contribuiu para o avanço da

regionalização compreendida como interdependência de agentes políticos e econômicos da área “além de dar lugar às novas experiências no campo da governança e da cooperação regional e ampliou também as margens de autonomia do comportamento brasileiro na região com vistas à construção da sua liderança” (SARAIVA, 2013, p.4).

A integração dos países Sul-americanos é considerada interessante tendo em vista a criação de uma Zona de Livre Comércio que fomentaria as trocas comerciais entre os países membros e conseqüentemente contribuiria para o desenvolvimento interno dos países e o fortalecimento regional, dando maior visibilidade e poder no cenário internacional.

No âmbito da América Latina, outro fomentador da economia é a Associação Latino Americana de integração (ALADI), sendo esta o maior grupo latino americano de integração, sendo formado pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Assinado em 1980 o Tratado de Montevideu estabeleceu os seguintes princípios gerais aos membros da ALADI

Pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dignos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais (ALADI, 2016, p.1).

A ALADI tem como objetivo promover a criação de uma área de preferências econômicas entre os países membros, atuando através de três mecanismos, sendo eles a Preferência Tarifária Regional, Acordos de Alcance Regional (AAR) a todos os países membros e Acordos de Alcance Parcial (AAP) com dois ou mais países da área (ALADI, 2016).

Apesar dos estímulos e do incentivo ao comércio inter-regional, a presença do investimento e vantagens oferecidas pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento são consideráveis e acabam por influenciar o fluxo de comércio com estes países.

Conforme informações da CAN (2016) notam-se a presença de investimento estrangeiro em forma de cooperação bilateral no território andino oriundos de países da União Europeia e dos Estados Unidos.

A Espanha está presente no território dos países andinos por meio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que proporciona incentivos para o desenvolvimento dos países e também com o Ministério do Meio Ambiente, Meio Rural e Marítimo (CAN, 2016).

A Alemanha executa o Projeto de Fomento Coordenado da Infraestrutura de Qualidade na Região Andina, fornecendo investimentos para a execução do mesmo (CAN, 2016).

A França colabora com o processo de integração sub-regional andino com programas e projetos em áreas como governo e democracia, meio ambiente, cultura e estatísticas (CAN, 2016).

Como forma de retorno aos investimentos realizados, observa-se que a União Europeia ocupa a segunda colocação dos países parceiros comercialmente da CAN, desta forma entende-se que os incentivos e fomentos econômicos na região apresentam retornos na área comercial aos países europeus (CAN, 2016).

Os Estados Unidos, principal sócio da CAN, desenvolve com o apoio da Agência dos Estados Unidos para desenvolvimento Internacional, ações para contribuir com o incremento da capacidade comercial do setor têxtil e de confecções na Colômbia, Equador e Peru (CAN, 2016).

Conforme apresentado na entrevista realizada via *google docs* os acordos de livre comércio firmados com a União Europeia e os Estados Unidos acabam por gerar certa tensão às transações comerciais com o Brasil (APÊNDICE V).

Além dos incentivos concedidos pelos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos como benefícios para fomento da economia, estes países também oferecem reduções tarifárias nas importações de produtos, como forma de incentivar e proporcionar o acesso a bens de maior valor agregado aos países em desenvolvimento.

Os países desenvolvidos oferecem aos países em desenvolvimento, membros da OMC, tarifas preferenciais de importação, onde as empresas importadoras dos países desenvolvidos possuem reduções tarifárias nas importações efetuadas dos países em desenvolvimento, desta forma há um incentivo às importações dos países desenvolvidos oriundas dos mercados beneficiários. Este programa é chamado de Sistema Geral de Preferências (SGP) (WTO, 2016).

O SGP foi idealizado no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), tendo como fundamentos a base cepalina, idealizada para que os países em desenvolvimento tivessem acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, como forma de facilitar as etapas de desenvolvimento destes países (BRASIL, 2016a).

O funcionamento dos acordos são notificados pelos países à UNCTAD, o quadro abaixo apresenta os benefícios que cada país outorgante oferece aos países em desenvolvimento.

Quadro 8 – Sistema Geral de Preferências (SGP) oferecido aos países da CAN

SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS														
SGP Beneficiários	Austrália	Belarus	Canadá	União Europeia		Japão	Cazaquistão	Nova Zelândia	Noruega		Rússia	Suíça	Turquia	EUA
				SGP	SGP +				SGP	SGP +				
Bolívia	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Colômbia	x	x	x	X		x	x	x	x		x		x	
Equador	x	x	x	X	x	x	x	x	x		x	x	x	x
Peru	x	x	x	X	x	x	x	x			x		x	

Fonte: Elaborado com base nos dados de UNCTAD (2015, p. 3-7).

Alguns países oferecem ainda o “SGP +” que são incentivos especiais para um desenvolvimento sustentável e a boa governança no âmbito do regime da União Europeia.

As relações comerciais podem ser defendidas por duas constantes, a primeira defendida por um grupo de economistas adeptos à ideia de liberalização de Adam Smith considera que o efeito de desvio das correntes de comércio promovido pelas uniões aduaneiras é na verdade substitutos das fontes de abastecimento até que seja oferecido preços mais baixos ou preços mais altos e a segunda defendida pelos estadistas, considera os acordos bilaterais, regionais e extra regionais como instrumentos para o alcance da paz e da estabilidade das regiões e indução a outras esferas do comércio. O GATT apresentou intenção em proteger esses objetivos políticos de planos preferenciais já existentes e permitir novas negociações aprovando exceções em favor dos programas que outorgavam benefícios dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento (VANGRASSTEK, 2013).

Alguns economistas consideram que os acordos regionais constituem-se “obstáculos” para o comércio multilateral, já outros grupos de economistas com uma visão mais otimista sobre o tema, os consideram como elementos de construções de acordos multilaterais precedendo e estabelecendo um nível adequado para novas liberalizações (VANGRASSTEK, 2013).

Analisando os acordos comerciais estabelecidos entre os países da CAN e o Brasil, nota-se que as Zonas de Preferências Tarifárias estipuladas geraram um aumento na balança comercial dos países no período de 2000 a 2015, porém a participação das economias desenvolvidas nestes mercados é consideravelmente maior, verifica-se, portanto nesta relação

a ideia defendida por Adam Smith, onde as preferências tarifárias entre países em desenvolvimento são válidas como uma forma de desvio das correntes de comércio, já que a partir do momento em que se evidencia a oportunidade de comercialização com mercados desenvolvidos a preços e/ou volumes maiores, os mercados menores deixam de ser prioritários.

Em contrapartida conforme defendido pelos economistas estadistas, o incentivo às zonas de preferências tarifárias proporcionam ganhos à região principalmente na esfera política com relação ao posicionamento regional no cenário global. Verifica-se a partir do ano 2000, onde houve um crescimento no número de acordos comerciais, que também houve uma mudança da influência da América do Sul nas relações internacionais e um aumento na autonomia e no interesse de outros países em efetuarem acordos de nível multilateral.

4.2.1 Descrição dos atos bilaterais e multilaterais do Brasil com a CAN

Os atos internacionais são acordos firmados entre países, dirigidos pelo direito internacional. São como contratos entre Estados e organismos internacionais com a finalidade de regulamentar os temas de interesses comuns (BRASIL, 2012a).

Estes acordos são classificados de diferentes formas conforme suas especificações, o Quadro 9 descreve os títulos dos atos internacionais e a competência de cada um deles.

Quadro 9 – Classificação dos Atos Internacionais

(continua)

TÍTULO	TEMA
Tratado	Acordos internacionais bilaterais ou multilaterais que pretendem atribuir importância política.
Convenção	Atos multilaterais assinados em conferências internacionais e que versam sobre assuntos de interesse geral. É uma espécie de convênio entre dois ou mais países sobre os mais variados temas.
Acordo	Estabelecem a base institucional que orienta a cooperação entre dois ou mais países. Os acordos costumam ter número reduzido de participantes.
Ajuste ou acordo complementar	Estabelece os termos de execução de outro ato internacional. Também pode detalhar áreas específicas de um ato.
Protocolo	Estipula acordos bilaterais ou multilaterais menos formais do que os tratados ou acordos complementares. Podem ainda ser documentos que interpretam tratados ou convenções anteriores ou ser utilizado para designar a ata final de uma conferência internacional. Na prática diplomática brasileira, o termo também é usado sob a forma “protocolo de intenções”.
Memorando de entendimento	Atos redigidos de forma simplificada. Têm a finalidade de registrar princípios gerais que orientam as relações entre as partes em planos políticos, econômico, cultural ou em outros.

Quadro 9 – Classificação dos Atos Internacionais

(conclusão)

TÍTULO	TEMA
Convênio	É usado em matérias sobre cooperação multilateral ou bilateral de natureza econômica, comercial, cultural, jurídica, científica e técnica. Os países se comprometem em sincronizar sua ação afim do bem comum.
Acordo por troca de notas	Adotado para assuntos de natureza administrativa, bem como para alterar ou interpretar cláusulas de atos já concluídos. Seu conteúdo está sujeito à aprovação do Congresso.

Fonte: Elaborado com base nas informações de Brasil (2012a).

Existem atualmente Atos Internacionais assinados entre o Brasil e os países da CAN referente a diversos assuntos. O quadro abaixo apresenta o levantamento com relação aos assuntos que influenciam diretamente na corrente de comércio entre estes países. Esses dados foram coletados na base de dados oficiais do Brasil elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Quadro 10 - Atos internacionais entre o Brasil e os países da CAN

(continua)

ASSUNTO	PAÍS	TÍTULO	CELEBRAÇÃO	ENTADA EM VIGOR
Aduanas, Impostos e Tarifas.	Bolívia	Acordo para Isenção de Impostos Relativos a Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia.	05/08/1996	01/03/1997
	Colômbia	Acordo, por troca de notas, para Evitar a Bitributação sobre Empresas de Navegação Marítima e Aérea	28/06/1971	28/06/1971
	Equador	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	26/05/1983	28/12/1987
	Peru	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda	17/02/2006	14/08/2009
		Acordo, por troca de Notas, para a Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos Referentes ao Porto de Manaus.	18/08/1983	18/08/1983
Agricultura	Bolívia	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento Técnico e Institucional do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia``	17/12/2007	17/12/2007
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto ``Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina e Reforma Agrária``	14/02/2007	14/02/2007

Quadro 10 - Atos Internacionais entre o Brasil e os países da CAN

(continuação)

ASSUNTO	PAÍS	TÍTULO	CELEBRAÇÃO	ENTADA EM VIGOR
Agricultura	Bolívia	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto ``Apoio à Criação de Instituição de Pesquisa Agropecuária na Bolívia ``	14/02/2007	14/02/2007
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para a Implementação do Projeto Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização de Área Livre da Praga.	18/11/2003	18/11/2003
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica no Campo Agropecuária e Agroindustrial, de 10/07/73.	08/02/1984	08/02/1984
	Colômbia	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio Técnico para o Fortalecimento dos Processos de Beneficiamento e Transformação de Borracha Natural na Colômbia”	01/09/2010	01/09/2010
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape”	01/09/2010	01/09/2010
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Capacitação Técnica em sistemas de Produção de Ovinos e Caprinos ``	21/08/2007	21/08/2007
		Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre Cooperação Técnica no Campo da Engenharia Agrícola de Alimentos.	02/09/1981	02/09/1981
		Convênio Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, sobre Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica em Assuntos Agropecuários.	02/09/1981	02/09/1981
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Capacitação Técnica e, Produção Integrada, com Ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas ``	04/04/2007	04/04/2007
	Equador	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto ``Capacitação Técnica e, Produção Integrada, com Ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas ``	04/04/2007	04/04/2007
	Peru	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República do Peru no Campo Sanitário e Fitossanitário.	16/06/2010	16/06/2010

Quadro 10 – Atos Internacionais entre o Brasil e os países da CAN

(continuação)

ASSUNTO	PAÍS	TÍTULO	CELEBRAÇÃO	ENTADA EM VIGOR
Agricultura	Peru	Memorando de Entendimento para Cooperação no Consórcio Internacional para o Sequenciamento do Genoma da Batata	09/11/2006	05/04/2011
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do projeto “Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio ao Plano Meriss Inka”	31/05/2006	16/01/2007
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Transferências de Métodos e Instrumentos de Gestão de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário”.	17/02/2006	17/01/2007
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica na Área de Agricultura.	21/07/1999	21/07/1999
Comércio	Bolívia	Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento.	18/11/2003	18/11/2003
		Acordo, por troca de Notas, para a Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para Mercadorias destinadas à Bolívia, ou procedentes desse País, em Trânsito pelo Território Brasileiro.	19/08/1985	19/08/1985
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica no Campo da Produção, Processamento e Comercialização da Borracha, de 10/07/73.	08/02/1984	08/02/1984
		Acordo, por troca de Notas Reversais, Adicionais Relativos à Zona Franca de Manaus. (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958
		Acordo, por troca de Notas Reversais, Adicionais Relativos a Facilidades para Instalação de Entrepósitos de Depósito Franco. (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958
		Acordo, por troca de Notas Reversais, Relativo à Denúncia do Convênio sobre o Regime Cambial para o Comércio Fronteiriço, de 28 de junho de 1943. (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958
		Acordo, por troca de Notas Reversais, Relativo à Denúncia do Convênio de Intercâmbio Brasileiro-Boliviano de Gado, de 10/10/53 (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958
		Acordo, por troca de Notas Reversais, Relativo à Denúncia do Acordo de Comércio e do Ajuste de Pagamentos entre o Banco do Brasil e o Banco Central da Bolívia - ambos de 24 de dezembro de 1953. (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958

Quadro 10 – Atos Internacionais entre o Brasil e os países da CAN

(continuação)

ASSUNTO	PAÍS	TÍTULO	CELEBRAÇÃO	ENTADA EM VIGOR
Comércio	Bolívia	Ajuste, por troca de Notas Reversais Adicional, sobre Operações em Cruzeiros e Pesos Bolivianos (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958
		Acordo, por Notas Reversais Adicional, Relativo a Comissões Mistas do Convênio Comercial, de 29/03/58. (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/03/1958
		Convênio para o Estabelecimento no Porto de Santos, de um Entrepósito de Depósito Franco para Mercadorias Importadas e Exportadas pela Bolívia. (Ata de Roboré).	29/03/1958	18/10/1969
		Convênio para o Estabelecimento no Porto de Corumbá de um Entrepósito de Depósito Franco para Mercadorias Importadas e Exportadas pela Bolívia (Ata de Roboré).	29/03/1958	18/10/1969
		Convênio para o Estabelecimento, na Cidade de Porto Velho de um Entrepósito de Depósito Franco para Mercadorias Importadas pela Bolívia.	29/03/1958	18/10/1969
		Convênio para o Estabelecimento no Porto de Belém de um Entrepósito de Depósito Franco para Mercadorias Importadas e Exportadas pela Bolívia. (Ata de Roboré).	29/03/1958	18/10/1969
		Convênio de Livre Trânsito (Ata de Roboré).	29/03/1958	19/08/1969
		Convênio de Tráfego Fronteiriço (Ata de Roboré).	29/03/1958	29/04/1958
		Convênio de Comércio Interregional. (Ata de Roboré).	29/03/1958	19/08/1969
		Convênio Comercial (Ata de Roboré).	29/03/1958	19/08/1969
		Tratado de Comércio e Navegação Fluvial.	12/08/1910	29/07/1911
	Colômbia	Memorando de Entendimento para Promoção do Comércio e Investimento.	27/06/2005	
		Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Promoção Comercial.	09/02/1988	09/02/1988
	Equador	Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	10/09/2006	10/09/2006
		Protocolo de Intenções sobre Cooperação Comercial.	26/10/1989	26/10/1989
	Peru	Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento	17/02/2006	17/02/2006
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica na Área de Promoção Comercial.	21/07/1999	21/07/1999
		Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio de 05 de novembro de 1976.	11/11/1986	11/11/1976

Quadro 10 – Atos Internacionais entre o Brasil e os países da CAN

(conclusão)

ASSUNTO	PAÍS	TÍTULO	CELEBRAÇÃO	ENTADA EM VIGOR
Comércio	Peru	Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (sobre a Venda de Búfalos).	10/09/1981	10/09/1981
		Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (Projeto da Hidrelétrica de Yuncán).	26/06/1981	26/06/1981
		Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (FINEP-ELECTROPERU).	26/06/1981	26/06/1981
		Ajuste Complementar ao Convênio Comercial (Hidroservice-Electroperu), de 05 de novembro de 1976.	26/06/1981	26/06/1981
		Acordo sobre as Possibilidades de uma Ação Conjunta de uma Empresa Mineira Especial, Destinada a Realizar Atividades no Setor do Cobre.	05/11/1976	05/11/1976
		Acordo para o Início das Negociações sobre o Estabelecimento de um Depósito Franco para o Peru em Território Brasileiro.	05/11/1976	05/11/1976
		Convênio Comercial.	05/11/1976	15/07/1977
		Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites	23/10/1851	18/10/1852
Cooperação Econômica	Bolívia	Ata de Cooperação e Complementação Econômica.	02/08/1988	02/08/1988
		Memorando de Entendimento.	08/02/1984	08/02/1984
		Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Econômica e Técnica (Financiamento CACEX).	08/02/1984	08/02/1984
	Colômbia	Protocolo sobre Cooperação Econômica e Comercial entre Brasil e Colômbia	19/07/2008	19/07/2008
		Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica.	28/05/1958	28/05/1958
	Equador	Ajuste de Implementação do Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica, de 05 de março de 1958.	19/05/1965	19/05/1965
		Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica.	05/03/1958	05/03/1958
	Peru	Memorando de Entendimento sobre Integração Física e Econômica	25/08/2003	
		Declaração de Complementação Econômica entre o Brasil e o Peru	20/12/2002	
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica na Área de Formação Profissional.	24/10/1997	24/10/1997
		Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica na Área de Pequena e Micro Empresa.	24/10/1997	24/10/1997
Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica.		29/11/1957	29/11/1957	

Fonte: Elaborado com base nas informações BRASIL (2016b, p.1).

Recentemente, dia 29 Abril 2016, o Brasil firmou com o Peru o Acordo de Ampliação Econômico Comercial estabelecendo a liberalização de serviços, abertura de mercados de compras públicas e a inclusão de um capítulo referente a investimentos nos moldes dos Acordos de Cooperação. A partir deste acordo licitações de empresas peruanas de bens e serviços passam a estar automaticamente abertas para empresas brasileiras (BRASIL, 2016a).

Os países integrantes da ALADI, dos quais estão presentes o Brasil e os países da CAN, realizam entre si acordos visando à redução e a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Estes acordos são classificados como Acordos de Alcance Regional (AAR), onde há a participação de todos os países integrantes da ALADI e Acordos de Alcance Parcial (AAP) que são firmados entre alguns países membros da ALADI (ALADI, 2016).

O Quadro 11 mostra os acordos firmados pelos países da ALADI onde os signatários do acordo são formados pelo Brasil e algum ou todos os países da CAN.

Quadro 11 – Acordos entre os países da ALADI

(continua)

DATA DA ASSINATURA	SIGLA DO ACORDO	NOM.	DESCRIÇÃO	SIGNATÁRIOS DO ACORDO
ACORDO DE ALCANCE PARCIAL (AAP) - Art. 12 de TM80 – AGROPECUÁRIOS (AG)				
22/11/1991	AAP. AG N° 2	1996	Acordo de alcance parcial para a liberalização e expansão do comércio inter-regional de sementes.	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.
ACORDO DE ALCANCE PARCIAL (AAP) – COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA				
17/12/1996	AAP. CE N° 36	1996	Complementação Econômica	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai.
18/10/2004	AAP. CE N° 59	1996	Complementação Econômica	Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela.
30/11/2005	AAP. CE N° 58	1996	Complementação Econômica	Argentina, Brasil, Paraguai, Peru, Uruguai.
ACORDO DE ALCANCE REGIONAL (AAR) DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO NAS ÁREAS CULTURAL, EDUCACIONAL E CIENTÍFICA				
27/10/1988	AAR. CEYC N° 7	1996	Acordo de cooperação e intercâmbio nas áreas culturais, educacional e científica.	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.
ACORDO DE ALCANCE REGIONAL (AAR) - PREFERÊNCIA TARIFÁRIA REGIONAL				
27/04/1984	AR. PAR N° 4	1983	Acordo regional - preferências tarifárias	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.

Quadro11 – Acordos entre os países da ALADI

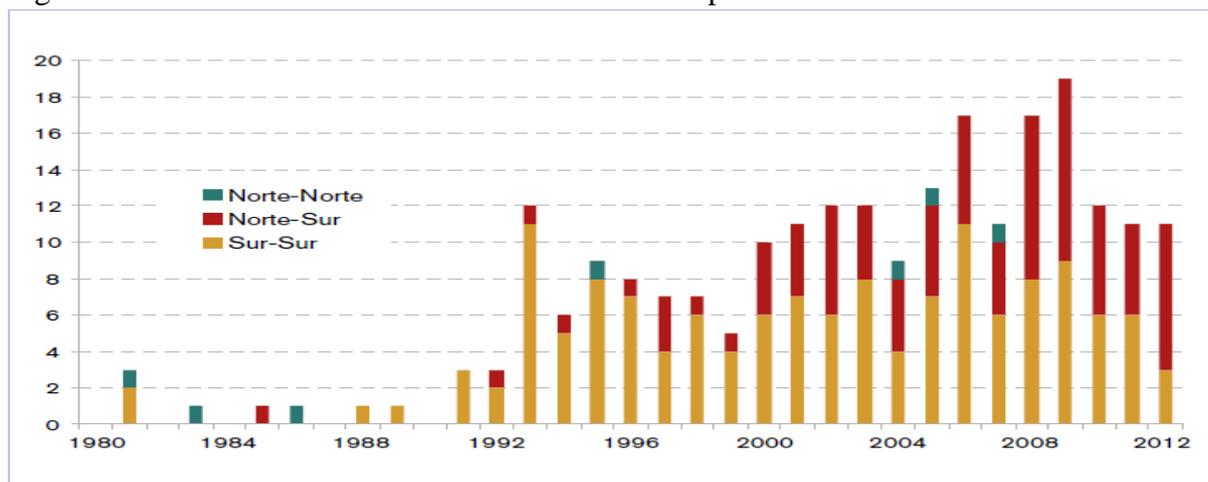
(conclusão)

ACORDO DE ALCANCE REGIONAL (AAR) - ABERTURA DE MERCADOS				
30/04/1983	AR. AM N° 1	1996 2007	Abertura de mercado em favor da Bolívia	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai, Venezuela
30/04/1983	AR. AM N° 2	1996 1993 2007	Abertura de mercado em favor do Equador	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai, Venezuela

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela ALADI (2016).

Existem também os Acordos Comerciais Regionais (ACR) que são realizados com países de regiões distintas. O gráfico da Figura 3 apresenta o crescimento entre o aumento de acordos firmados entre países de regiões desenvolvidas com países em desenvolvimento ou em transição. Percebe-se que, a partir do novo milênio houve uma movimentação no crescimento de acordos entre os países desenvolvidos com países em desenvolvimento ou em transição. Após a crise de 2008 as firmações destes acordos tiveram uma tendência ainda maior, este processo pode ser considerado como uma forma de proteção aos mercados e a formação de alianças, tendo em vista a multilateralização e inserção de novos mercados no comércio internacional (BRASIL, 2016b).

Figura 3 – Acordos comerciais notificados à OMC no período de 1980 a 2012



Legenda: Norte-Norte: Todas as partes são países desenvolvidos; Norte-Sul: Ao menos uma parte é um país desenvolvido e a outra parte é um país em desenvolvimento ou em transição; Sul-Sul: Todas as partes são países em desenvolvimento ou em transição.

Fonte: Vangrasstek (2013, p. 469).

4.2.2 A influências das barreiras comerciais

As barreiras comerciais podem ser entendidas como medidas impostas pelo governo de um determinado país como forma de proteção ao mercado interno ou de concessões privilegiadas a determinados parceiros comerciais, sendo classificadas como barreiras tarifárias e barreiras não tarifárias. São chamadas de barreiras tarifárias àquelas relativas a tarifas de importação e taxas diversas, constituindo-se no aumento das tarifas aduaneiras sobre os produtos importados, com a finalidade de dificultar a entrada do produto no mercado, favorecendo desta forma o produtor interno e promovendo as exportações (BERTO, 2004).

Com relação às barreiras não tarifárias, essas tratam de limitações quantitativas, licenças de importação, procedimentos aduaneiros, valoração aduaneira arbitrária ou com valores fictícios, medidas *antidumping*, medidas compensatórias, subsídios, medidas de salvaguarda, medidas sanitárias e fitossanitárias, sendo essas duas últimas classificadas como barreiras técnicas, formando um subgrupo das barreiras não tarifárias (BRASIL, 2016a). São consideradas barreiras não tarifárias as medidas e instrumentos estipulados pela política econômica de um governo que afetam o comércio entre os países sem fazer o uso de mecanismos tarifários (BERTO, 2004).

As barreiras técnicas são procedimentos de avaliação de conformidade não transparentes ou que dependem de muitas exigências, como inspeções excessivamente rigorosas, estas medidas são diferentes das normas de segurança adotadas pelos países como forma de proteção e preservação da qualidade dos produtos, sendo assim os procedimentos somente se constituem em caráter de barreiras técnicas quando as exigências vão além do aceitável (BRASIL, 2016f).

O Quadro 12 foi elaborado de acordo com os dados fornecidos pela OMC, elencando as barreiras comerciais vigentes e em preparação formuladas pelos países da CAN a nível bilateral e multilateral.

Quadro 12 – Barreiras comerciais formuladas pelos países da CAN

(continua)

MEMBRO	SOCIO AFETADO	REQUISITOS	FASE	SA	MEDIDAS
Bolívia	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Em preparação	18	18
Bolívia	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Em preparação	9	25
Colômbia	Todos os membros	Tarifa-Taxa	Vigente	58	58
Colômbia	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Em preparação	211	236

Quadro 12 – Barreiras comerciais formuladas pelos países da CAN

(conclusão)

MEMBRO	SOCIO AFETADO	REQUISITOS	FASE	SA	MEDIDAS
Colômbia	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Vigente	7	8
Colômbia	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Em preparação	62	224
Colômbia	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Vigente	13	33
Colômbia	Todos os membros	Salvaguardas	Em preparação	6	6
Colômbia	Todos os membros	Salvaguardas	Vigente	1	1
Colômbia	Todos os membros	Subsídios para a exportação	Vigente	18	18
Equador	Todos os membros	Tarifa-Taxa	Vigente	13	14
Equador	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Em preparação	68	81
Equador	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Vigente	24	25
Equador	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Em preparação	142	159
Equador	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Vigente	144	162
Equador	Todos os membros	Salvaguardas	Em preparação	4	4
Equador	Todos os membros	Salvaguardas	Vigente	5	5
Equador	Brasil	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Vigente	11	11
Peru	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Em preparação	246	251
Peru	Todos os membros	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Vigente	214	219
Peru	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Em preparação	71	84
Peru	Todos os membros	Obstáculos Técnicos ao Comercio	Vigente	1	1
Peru	Todos os membros	Restrições quantitativas	Vigente	6	6
Peru	Todos os membros	Salvaguardas	Em preparação	2	2
Peru	Brasil	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Em preparação	2	2
Peru	Brasil	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Vigente	10	13

Legenda: O termo SA refere-se à quantidade de produtos classificados dentro do requisito.

Fonte: Elaborado com base nos dados de WTO (2016, p. 1).

O uso de barreiras comerciais influencia na corrente de comércio dos países, porém para saber a influência de cada medida nas trocas comerciais de cada produto é necessário analisá-lo isoladamente.

Conforme abordado, estas barreiras são utilizadas pelos países como forma de proteção ao mercado interno, um exemplo a ser considerado é o caso do Equador que possui

sua economia dolarizada o que a torna mais suscetível a acontecimentos externos como a valorização do dólar. Devido à crise econômica ocorrida em 2008 o governo equatoriano aderiu a um maior número de barreiras comerciais com o objetivo de proteger a economia interna, minimizando os impactos negativos da crise sobre os setores mais vulneráveis por meio de incrementos tarifários a diversos produtos acabados. Uma das medidas tomadas foi à eliminação de preferências tarifárias de vários produtos ofertados ao MERCOSUL, bem como a adoção de uma medida de salvaguarda geral (ACOSTA, 2009).

Nesse sentido o planejamento governamental do Equador visa fortalecer a economia doméstica, substituindo gradualmente as importações de produtos com baixo valor agregado, os quais a indústria interna apresenta potencialidade para produzir, como roupas, alimentos processados, calçados e produtos cerâmicos (BRASIL, 2015c). Com relação aos produtos cerâmicos, de acordo com as informações da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER, 2014), as exportações brasileiras para o Equador vêm enfrentando dificuldades em forma de barreiras comerciais constituídas por barreiras tarifárias compostas pelos altos impostos de importação e barreiras técnicas formuladas pelo *Instituto Ecuatoriano de Normalización*³ (INEN). Publicado inicialmente em 2008 a regulamentação INEN 33, assumia caráter voluntário, tornando-se compulsório a partir de 2013 e sendo revisado em 2014, para a inserção de novas exigências que obrigam ao exportador a efetuar análises de conformidade, sendo exigida inspeção por lote de importação a cada 01 m² de placas cerâmicas de piso, o que significa que a cada importação o exportador terá que realizar 14 ensaios, sendo que os escritórios acreditados pelo *Organismo de Acreditación Ecuatoriano*⁴ (OAE) estão localizados somente na Espanha e no Equador. Além das análises de conformidade, o governo exige ainda informações detalhadas na embalagem e marcações no produto, sendo que seria necessária a montagem de linhas específicas de produção para a realização deste tipo de procedimento. Desta forma a ANFACER (2014) entende que a revisão no regulamento INEN 33, apresentam exigências com o objetivo de tornarem-se barreiras técnicas ao comércio das placas cerâmicas.

Como resultado destas medidas, o comércio de placas cerâmicas do Brasil para o Equador foi paralisado, conforme demonstrado no ANEXO II e as importações equatorianas de placas cerâmicas do mundo caiu de 14.278,10 m² em 2013 para 3.384,80 m² em 2014 conforme ANEXO III (ANFACER, 2014).

³ Em português: Instituto Equatoriano de Normalização (INEN).

⁴ Em português: Organismo de Acreditação Equatoriano (OAE).

Dos obstáculos técnicos ao comércio apresentados no Quadro 12 impostos pelo Equador, dois deles são formados pelas medidas de conformidades exigidas na importação de placas cerâmicas para as mercadorias classificadas no SA como 69.07.10, 69.07.90, 69.08.10 e 69.08.90. Existe também uma medida de salvaguarda para as mercadorias 69.07.90 e 69.08.90 (WTO, 2016).

Constata-se, portanto que fatores econômicos e decisões políticas internas afetaram no comércio exterior do Equador, sendo necessária a adoção de barreiras comerciais como forma de proteção ao mercado, o que conseqüentemente prejudicou o fluxo de comércio com outros países.

Com relação à Colômbia, os direitos aduaneiros constituem-se o principal meio de proteção alfandegária. Considerando o período de 1996 a 2006 a média aritmética de tarifas aplicadas apresentou um pequeno aumento de 11,5% (1996) para 12% (2006), atingindo 12,5% (2010), sendo que os produtos agrícolas possuem uma tarifa média maior de 17,2% em relação aos demais produtos que representam 11,8%. As importações oriundas dos membros da CAN são isentas de impostos em virtude das preferências tarifárias. No geral os produtos não agrícolas têm suas tarifas consolidadas em 35%, já os veículos, têxteis, vestuários, couro e calçados têm suas tarifas consolidadas a 40%. Com relação aos produtos químicos, plásticos e borracha, vinte e dois subtítulos têm suas tarifas consolidadas a 30%. As tarifas aplicadas na Colômbia têm como base a estrutura tarifária andina onde foram estabelecidos quatro níveis, de 5%, 10%, 15% e 20%, sendo que a partir do grau de processamento da mercadoria existe um aumento da alíquota. Estas medidas demonstram a intenção do governo em estimular a economia interna de produtos com maior valor agregado, aumentando as taxas de importação de acordo com o valor da mercadoria.

As barreiras não tarifárias impostas pela Colômbia são na grande maioria com o objetivo de proteção a saúde humana, ao meio ambiente e às questões de segurança. Para o controle da entrada de drogas e munições no país é utilizado o regime de licenciamento prévio (licenciamento não automático). A Colômbia possui também regulamentos técnicos com relação às embalagens dos produtos, onde os rótulos dos produtos classificados como alimentos, farmacêuticos e têxteis devem conter informações específicas conforme solicitado pela aduana (BRASIL, 2012b).

Atualmente existe uma medida de salvaguarda imposta ao Brasil ao produto classificado como 39.20.43.00.00 relativo a filmes de PVC flexíveis que contenham um conteúdo plastificante de 6% em seu peso. A quota de importação vigente para esta mercadoria é de 645 toneladas por ano. Importações acima da quota sofrem a aplicação de

uma tarifa de 17,6%, já àquelas que não excedem o limite recebem a tarifa especial concedida no Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 59 (BRASIL, 2012b).

Analisando as barreiras comerciais impostas pela Colômbia, nota-se a preocupação maior do governo na proteção da sociedade contra a entrada de possíveis produtos que apresentem algum tipo de risco, desta forma é estipulado regulamentos obrigatórios àqueles que exportam ao país.

Referente à relação comercial do Brasil com o Peru, 79,2% dos produtos no mercado peruano possuem preferências ao acesso de produtos brasileiros. Já nas exportações peruanas ao Brasil todos os produtos classificados como oportunidades comerciais possuem pleno acesso tarifário ao mercado brasileiro (MARKWALD; RIBEIRO, 2013).

Os produtos agropecuários, porém, são classificados pela CAN dentro do *Sistema Andino de Franjas de Precios*⁵ (SAFP), que é um mecanismo adotado com o objetivo de estabilizar o custo de importação de um grupo especial de produtos agropecuários caracterizados pela instabilidade nos preços no mercado internacional, sendo que quando os preços no mercado internacional estão baixos, as tarifas de importação sofrem aumento e quando os preços no mercado internacional estão altos, as tarifas são rebaixadas, desta forma pode-se dizer que as franjas de preços convertem a tarifa em um fator variável que se ajusta às flutuações do preço no mercado internacional, sendo os seguintes itens enquadrados neste regime: Arroz, cevada, milho, soja, trigo, azeite de soja, azeite de palma, açúcar, leite, partes do frango e carne de porco (CAN, 2016). Existe portando uma proteção do mercado andino com relação aos produtos agrícolas, este ponto foi indicado na resposta de um dos participantes na entrevista realizada via *google docs*. O mesmo informou que esta medida gera ineficiência, prejudicando por fim o consumidor final que acaba por pagar um valor maior do que o real, impedindo também a diversificação produtiva que, de acordo com a informação do participante e conforme também defendido nesta pesquisa, deveria ser priorizada pelos Estados, com o objetivo de gerar o crescimento para a região e proporcionar vantagens comparativas (APÊNDICE V).

Um estudo realizado pela Fundação Centro de Estudos Comércio Exterior (BRASIL, 2006b), realizado com participantes dos países da CAN, apontou que as barreiras sanitárias e fitossanitárias exigidas pelo Brasil demandam tempo e custos para a emissão de certificações para as exportações dos países andinos de produtos de origem animal e vegetal no Brasil. Foram listadas também as dificuldades com relação às barreiras técnicas exigidas

⁵ Em português: Sistema Andino de Faixa de Preços (SAFP).

pela aduana brasileira. Comparando essas informações com as recebidas por meio do questionário de pesquisa aplicado, onde se questionou quais os principais fatores que influenciam na corrente de comércio do Brasil com a CAN A resposta de um importador e distribuidor peruano indicou que as taxas administrativas, incluindo tempo e custo dos registros sanitários e de marca solicitadas pelo Brasil são empecilhos que dificultam o comércio bilateral (APÊNDICE V).

No geral as barreiras comerciais existentes entre os países da CAN classificam-se como não tarifárias, já que apesar de alguns países estipularem barreiras tarifárias aos países membros da OMC, os acordos preferenciais existentes com o MERCOSUL e ALADI, na maioria dos casos acabam por não tornar as barreiras tarifárias como um empecilho predominante. Já com relação às barreiras não tarifárias, as mesmas são utilizadas com frequência pelos países da CAN e pelo Brasil para a proteção do mercado interno. Analisando o caso do Equador, constata-se também a influência clara das decisões políticas e econômicas na estipulação de barreiras comerciais, as quais acabam por influenciar diretamente na corrente de comércio com o exterior.

4.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL COM A CAN

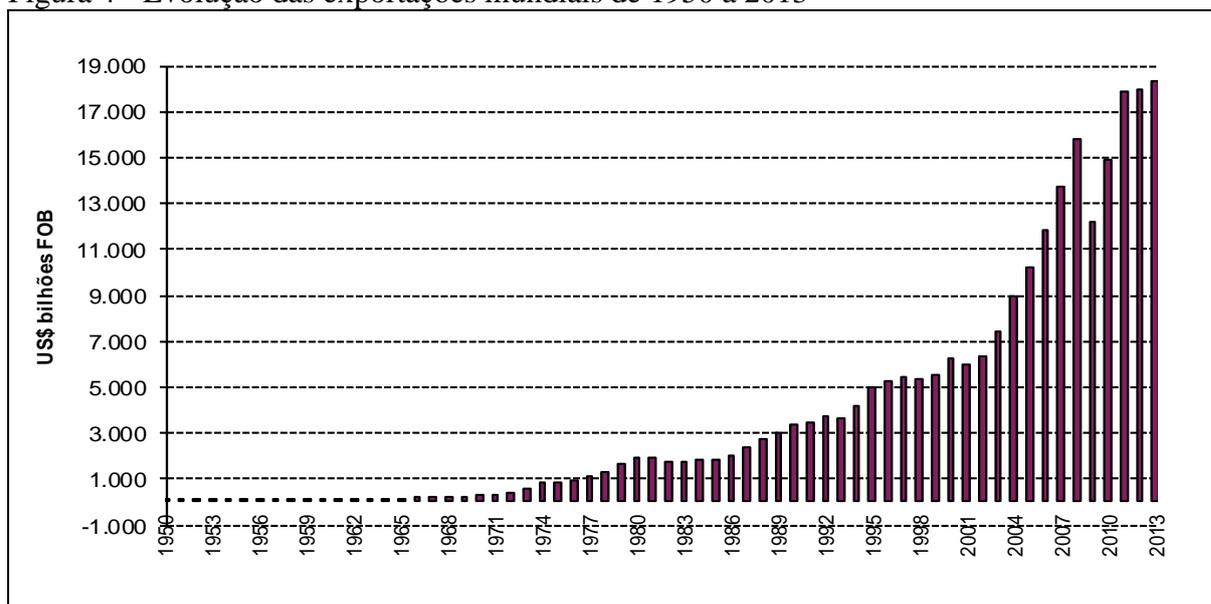
No cenário da América do Sul, a integração por meio de organizações e acordos comerciais tem fortalecido o comércio regional e em específico no caso do Brasil com os países da CAN, ocasionando um crescimento no valor negociado.

O presente tópico irá apresentar o desenvolvimento do comércio internacional, as balanças comerciais do Brasil com a CAN e a influência indireta ocasionada das trocas comerciais realizadas com países desenvolvidos, apresentando os fatores limitadores, incentivadores e oportunidades existentes.

4.3.1 O comércio internacional do Brasil e dos países da CAN com o mundo

O comércio internacional ganhou o mundo desde as grandes navegações europeias que, sobretudo visavam às descobertas e domínios de novos territórios. Neste período, este era controlado inicialmente pelos países europeus, que detinham os recursos necessários para o financiamento destas transações. Com o avanço do desenvolvimento econômico e tecnológico, novos países passaram a integrar e influenciar nos valores e volumes do comércio internacional.

Figura 4 - Evolução das exportações mundiais de 1950 a 2013



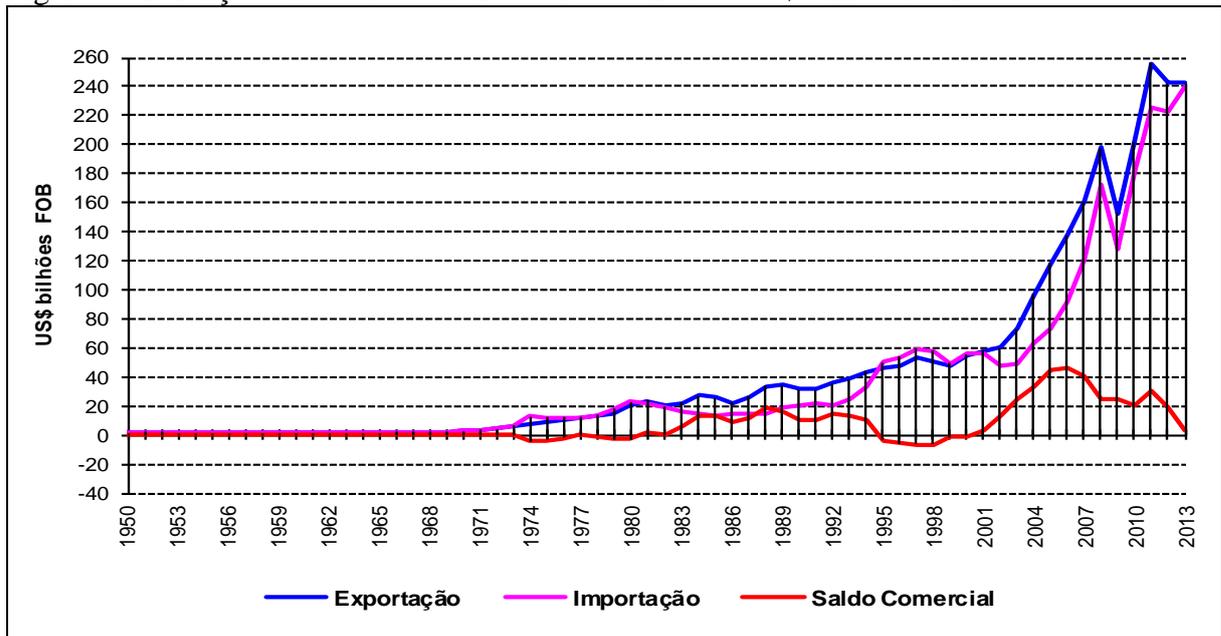
Fonte: BRASIL (2016a, p.1).

Conforme demonstra o gráfico da Figura 4 a partir da década de 1970 o cenário mundial iniciou um crescimento que ultrapassou cerca de US\$ 01 bilhão no ano de 1974 para aproximadamente 19 bilhões de dólares em 2013, um avanço considerável em 40 anos.

Esta evolução deve-se à maior participação dos países no mercado internacional, influenciada pela Grande Depressão, causada pela crise financeira nos Estados Unidos em 1929. Apesar de esta crise ter afetado diretamente muitos países, a mesma proporcionou uma brecha para que outros se desenvolvessem e se inserissem no mercado internacional, como é o caso do mercado asiático que com a industrialização passou a ocupar as primeiras posições no mercado internacional. Como apresentado no gráfico da Figura 4 a grande explosão no cenário global ocorreu a partir dos anos 2000, causada pela influência da China e outros países nos valores comercializados. Este processo teve como ferramenta incentivadora o desenvolvimento tecnológico dos canais de distribuição e comunicação, que fomentou a troca de informação e capital entre diferentes territórios.

A participação do Brasil no cenário internacional acompanha a evolução apresentada no gráfico da Figura 4, conforme ilustra o gráfico da Figura 5. Esta tendência foi incentivada pela adoção do sistema de substituição das importações, que transformou a capacidade produtiva do Brasil no pós Segunda Guerra e a abertura comercial nos anos de 1990.

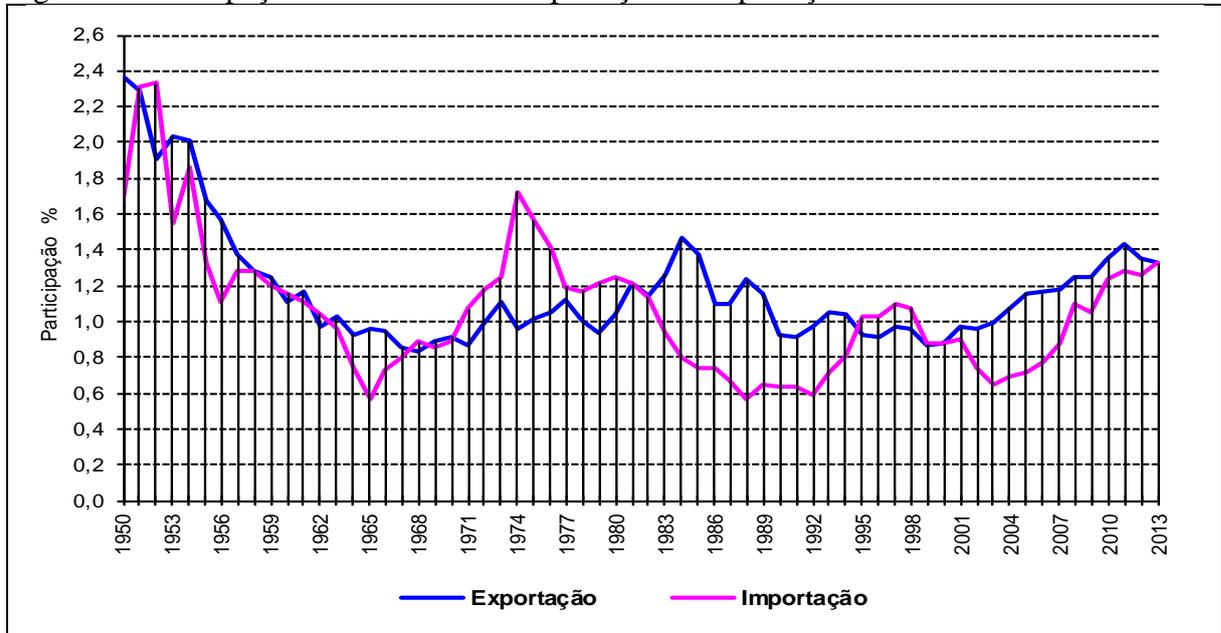
Figura 5 - Balança comercial brasileira de 1950 a 2013 - US\$ bilhões FOB



Fonte: Brasil (2016a, p.1).

A participação do Brasil nas exportações e importações mundiais foi fortemente influenciada pelo processo de substituição das importações, que permitiu uma mudança no cenário dos produtos negociados e um novo posicionamento do país.

Figura 6 - Participação % do Brasil nas exportações e importações mundiais 1950 a 2013



Fonte: Brasil (2016a, p.1).

A partir da metade do século XX o Brasil começou a apresentar queda na participação do comércio mundial. Analisando historicamente percebe-se que até o final do

século XIX a economia brasileira era primário-exportadora, sendo os países desenvolvidos seu principal destino. O domínio de Portugal sobre as terras brasileiras permitia uma posição privilegiada do Brasil como principal exportador de algodão, para a Inglaterra, em virtude da aliança de Portugal com o governo inglês. No final do século XIX as exportações dos produtos primários representavam aproximadamente 95% da pauta de produtos exportados pelo Brasil (BRASIL, 2016a). No início do século XX a borracha produzida pelo Brasil representava 97% das exportações mundiais, grande parte era exportada para os Estados Unidos devido ao incremento na indústria automobilística da época (BRASIL, 2016a). Por meio destas informações entende-se que o Brasil teve, portanto uma econômica inicial orientada apenas para o mercado externo, já que sua economia colonial não focava no desenvolvimento interno do país. O país exportava produtos básicos e com a receita vindoura destas negociações importava produtos de maior valor agregado, o resultado destas trocas era que as riquezas obtidas das exportações acabavam por retornar às economias centrais.

O contexto enfrentado pelo país pode ser entendido sob a visão da Teoria das Vantagens Comparativas formulada por David Ricardo, considerando-se que o Brasil possuía recursos de matéria prima e mão de obra com menor custo em comparação aos demais países, o que proporcionava vantagens de produção com relação a determinados produtos. Conforme Ferdinando Filho (2010, p.13) “O teorema básico de Ricardo afirma que a relação de comércio entre dois países é definida pela vantagem comparativa da produtividade do trabalho. O que importa não é o custo absoluto de produção, mas a razão de produtividade que cada país possui”.

O processo de industrialização da economia brasileira iniciou-se após a crise de 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova York, os Estados Unidos, um dos principais destinos das exportações brasileiras, paralisaram as importações de café brasileiro, o que favoreceu a estimulação de produção de outros produtos (SILVA, 2008).

Os fatores que influenciaram a queda das importações até o período de 1965, conforme demonstra o gráfico da Figura 6, foram a Segunda Guerra Mundial, que ocasionou a redução de exportações aos principais países e a crise da superprodução cafeeira, que implicou na redução das remessas monetárias vindouras do exterior. Este processo resultou como um estimulador da indústria nacional com a finalidade de substituir as importações não mais realizadas (SILVA, 2008).

Inicialmente o processo de substituição de importações se caracterizou como desordenado em consequência da falta de planejamento da estrutura apresentada durante o governo Dutra (1946-1950). Foi a partir do segundo governo de Vargas (1951-1954) que

surgiu a proposta para a internacionalização da indústria de bens de produção, porém para que isto acontecesse era necessário que o Estado criasse um ambiente propício para o investimento, investisse e também desempenhasse um papel regulador, caracterizando-se como motor principal da economia (SILVA, 2008). O governo de Juscelino Kubitschek deu continuidade à substituição das importações estimulando a industrialização por vias de investimento do capital externo a exemplo da indústria automobilística, uma das portas de entrada destes recursos, com o incentivo industrial a participação de produtos manufaturados passou de 7% em 1965 para 30% em 1974 (BRASIL, 2016a), o que influenciou na parcela participativa do Brasil nas exportações mundiais em virtude do maior valor agregado negociado.

O principal objetivo do governo JK foi o crescimento econômico do Brasil, priorizando o processo de industrialização o que influenciou nos resultados das exportações brasileiras, os quais começaram a ser visualizados a partir da década de 1970, quando a curva dos produtos industrializados ultrapassou aquela dos produtos básicos (ver Figura 9).

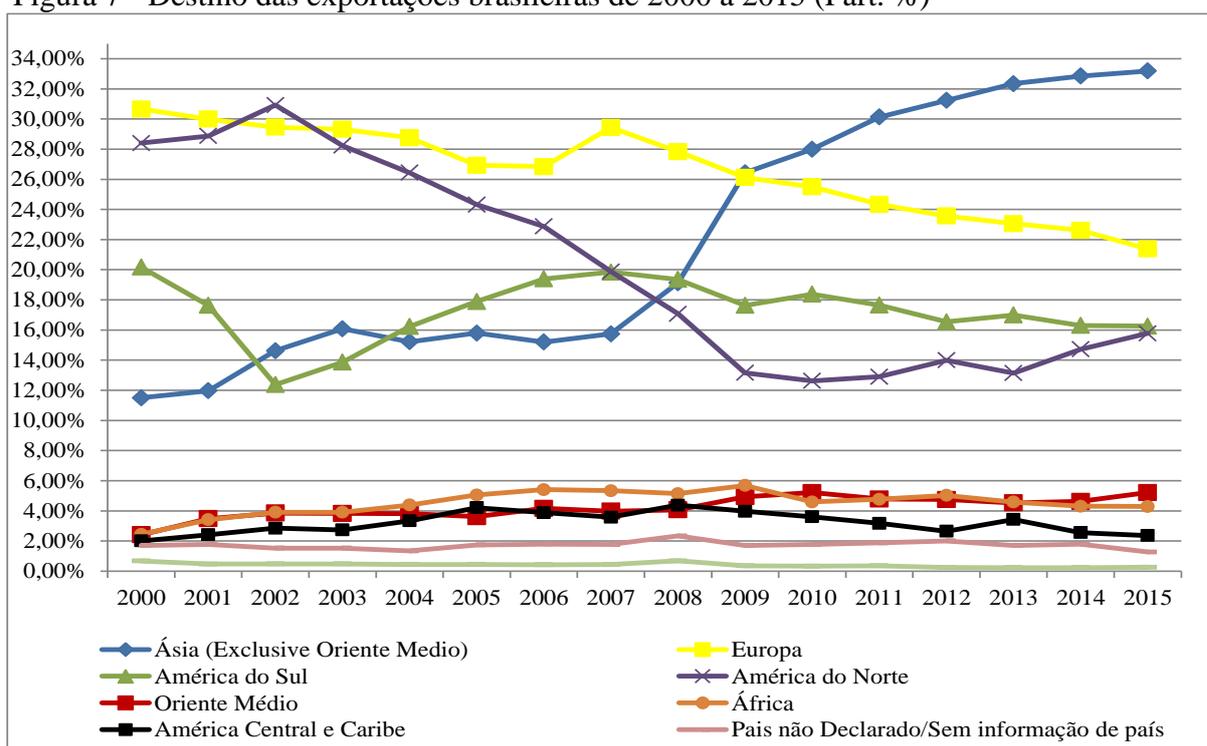
O Plano de Metas, estabelecido no governo JK, baseava-se na concepção econômica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que o mercado externo proporcionaria viabilidade ao mercado interno (SILVA, 2008). A CEPAL foi incentivadora da adoção do modelo de substituição de importações, considerando-o uma alternativa para o desenvolvimento da industrialização dos países latino americanos, tendo como base as seguintes justificativas:

Las tres principales justificaciones para la industrialización sustitutiva se plantearon en la primera formulación de la CEPAL a fines del decenio de 1940 y durante el de 1950. Primero, la restricción externa al crecimiento se atribuía a la caída de la relación de precios del intercambio para los productos primarios y a las barreras de acceso al mercado para las manufacturas, que necesitaban una fuente interna de crecimiento. Segundo, se advirtió la necesidad social de aumentar rápidamente el empleo para absorber la fuerza de trabajo creciente y ofrecer mejores oportunidades a la fuerza de trabajo subempleada de la agricultura campesina, lo que los sectores primarios de exportación no podían lograr. Tercero, la industrialización bajo la dirección del Estado fue vista como la única forma de generar rápidamente progreso tecnológico, porque los beneficios de un aumento de la productividad en el sector primario de exportación serían percibidos por los importadores y no por los exportadores. En términos analíticos, este modelo era la consecuencia lógica de modificar tres supuestos básicos del modelo neoclásico de comercio típico: que un país enfrenta una demanda infinitamente elástica de sus exportaciones a un nivel de precios mundiales dado; que hay pleno empleo y movilidad del capital y del trabajo; y que no hay externalidades significativas provenientes de la inversión (FITZGERALD, [199?], p.1).⁶

⁶ Em português: As três principais justificativas para a industrialização substitutiva se levantaram na primeira formulação da CEPAL ao final da década de 1940 e durante a década de 1950. Em primeiro lugar, a restrição externa ao crescimento de atribuía a queda da relação de preços do intercâmbio dos produtos primários e as barreiras de acesso ao mercado para as manufaturas, que necessitavam uma fonte interna de crescimento. Em segundo lugar, se advertiu a necessidade social para aumentar rapidamente o emprego para absorver a crescente

Analisando o gráfico da Figura 5 é possível visualizar o incremento nas negociações internacionais do país, influenciadas pela abertura comercial iniciada na década de 1990 e intensificada pelo governo a partir de 2000. O gráfico da Figura 7 apresenta a mudança dos parceiros comerciais brasileiros, resultado da política adotada pelo governo e também pela evolução e ganho do espaço do mercado asiático como destino das exportações brasileiras. A política externa brasileira presenciada no cenário a partir dos anos 2000 demonstra o papel de um *global player* assumido pelo Brasil, realizando coalizões e alianças com parceiros globais emergentes, como é o caso dos BRICs (grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e modificando o posicionamento da diplomacia exercida até 1990 nos regimes internacionais para uma atuação em favor dos países do Sul, atraindo para si países emergentes ou de menos recursos com o objetivo de contrabalançar as potências ocidentais (SARAIVA, 2013).

Figura 7 - Destino das exportações brasileiras de 2000 a 2015 (Part. %)



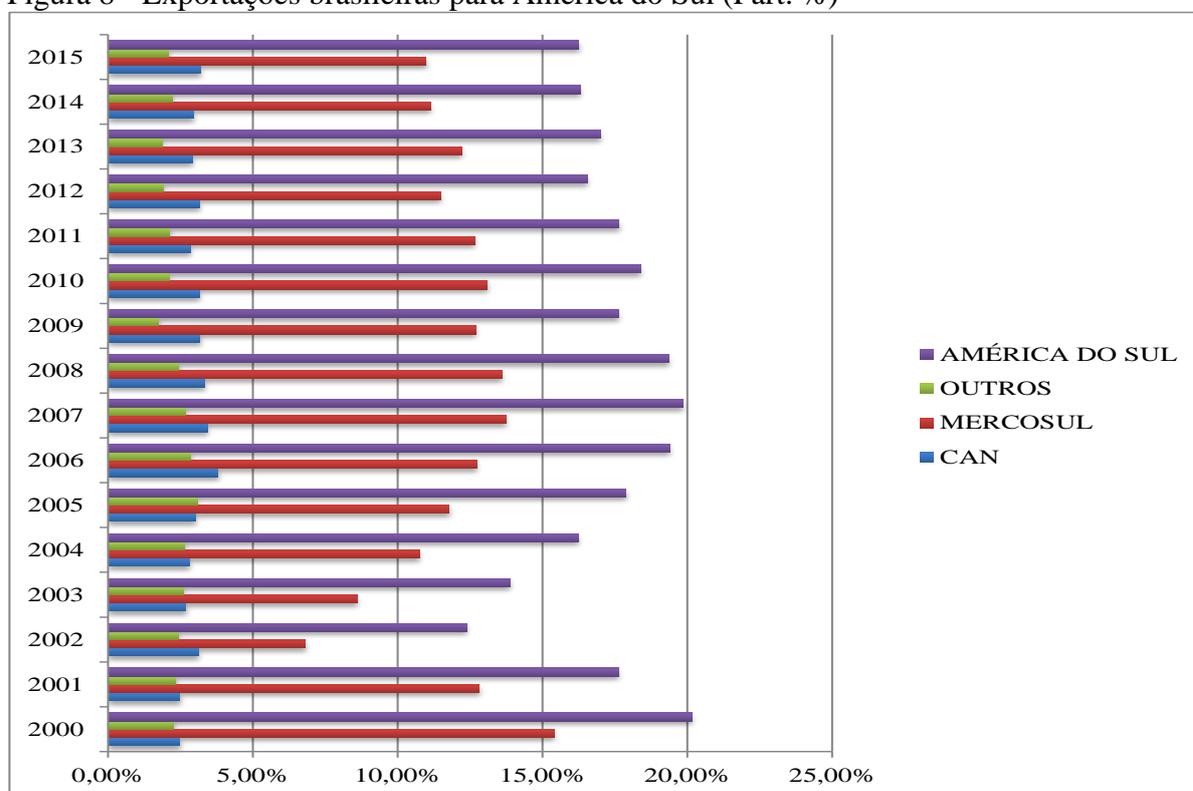
Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a, p.1).

força de trabalho e proporcionar melhores oportunidades para as forças de trabalho subempregadas da agricultura camponesa avisado, o que os setores de exportação primários não poderiam alcançar. Em terceiro lugar, a industrialização, sob a direção do Estado foi visto como a única forma de gerar rapidamente o progresso tecnológico, porque os benefícios de aumento da produtividade nas exportações do setor primário seriam percebidos pelos importadores, e não exportadores. Em termos analíticos, este modelo foi à consequência lógica da mudança de três pressupostos básicos do modelo neoclássico de comércio típico: um país enfrenta uma demanda infinitamente elástica para as suas exportações a um nível de preços mundiais dados; há pleno emprego e mobilidade do capital e do trabalho; e não há externalidades de investimentos significativos.

Conforme dados do MDIC (BRASIL, 2016a), percebe-se que os anos 2000 marcam um rearranjo dos destinos das exportações brasileiras. Esses números se colocam como um indicador do posicionamento político do Brasil no comércio internacional, saindo de uma posição de forte alinhamento aos países centrais industrializados ao Norte, onde prevaleciam as relações bilaterais, para um posicionamento multilateral, buscando parceiros comerciais em todos os continentes, como um chamado *global player*. A Figura 7 aponta que em 2000 a América do Norte era destino de 28% das exportações brasileiras, sendo os Estados Unidos responsáveis por 24% desta participação. Contudo, a partir do ano de 2002, os valores de exportação para este destino começaram a apresentar queda, passando de 31% em 2002 para 16% em 2015. O mesmo ocorre com os países europeus, que caíram de 31% em 2000 para 21% em 2015. Já as exportações com destino à Ásia cresceram de 11% em 2000 para 33% em 2015 (APÊNDICE I).

Devida à ampliação dos mercados globais e o crescimento da participação brasileira nesses mercados que se abriram para o mundo, o *market share* dos destinos das exportações brasileiras para a América do Sul apresentaram quedas conforme indicado no gráfico da Figura 8:

Figura 8 - Exportações brasileiras para América do Sul (Part. %)



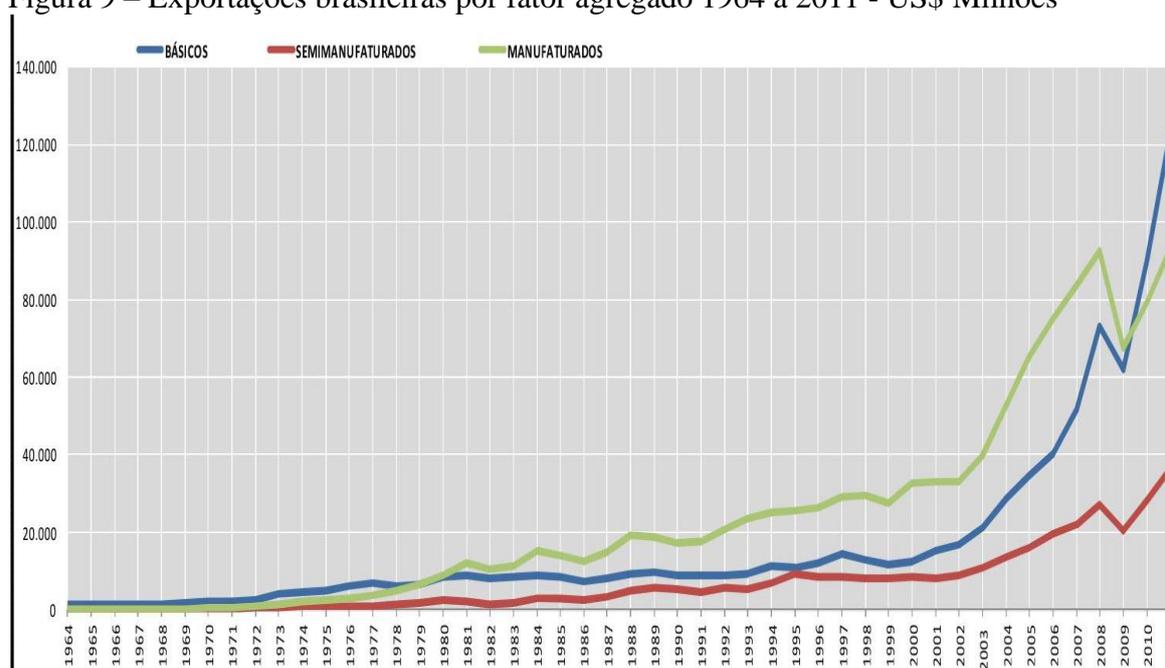
Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a, p.1).

Cabe ressaltar que o volume em dólares das exportações à América do Sul cresceu em 133% (BRASIL, 2016a) de 2000 a 2015, isso devido principalmente à implementação dos produtos negociados que passaram a ter um maior valor agregado.

Conforme ANEXO I, os cinco principais parceiros comerciais do Brasil são formados pelos Estados Unidos, China, Argentina, Países Baixos (Holanda) e Japão, pode-se observar que somente um destes países é integrante da América do Sul. Nota-se que o Brasil exporta em maiores proporções *commodities* para os principais parceiros, porém para a Argentina, país da América do Sul, os produtos exportados são, na grande maioria, manufaturas e semimanufaturados, contendo um maior valor agregado. Desta forma conclui-se que os países Sul-americanos apresentam uma economia primária, caracterizando-se em potenciais importadores de produtos industrializados, detentores de um maior valor agregado.

Com o processo de industrialização fomentado na década de 1960, nota-se no gráfico da Figura 9 que até 2008 a predominância na pauta exportadora brasileira era de produtos manufaturados, porém, a partir deste ano ocorreu a superação das exportações de produtos básicos que ultrapassaram o volume em dólares dos manufaturados. A causa desta troca está atrelada à intensificação da exportação de *commodities* ao mercado asiático. Pode-se considerar que o Brasil apresentou um retrocesso do fator agregado no volume dos produtos exportados, nesse ano.

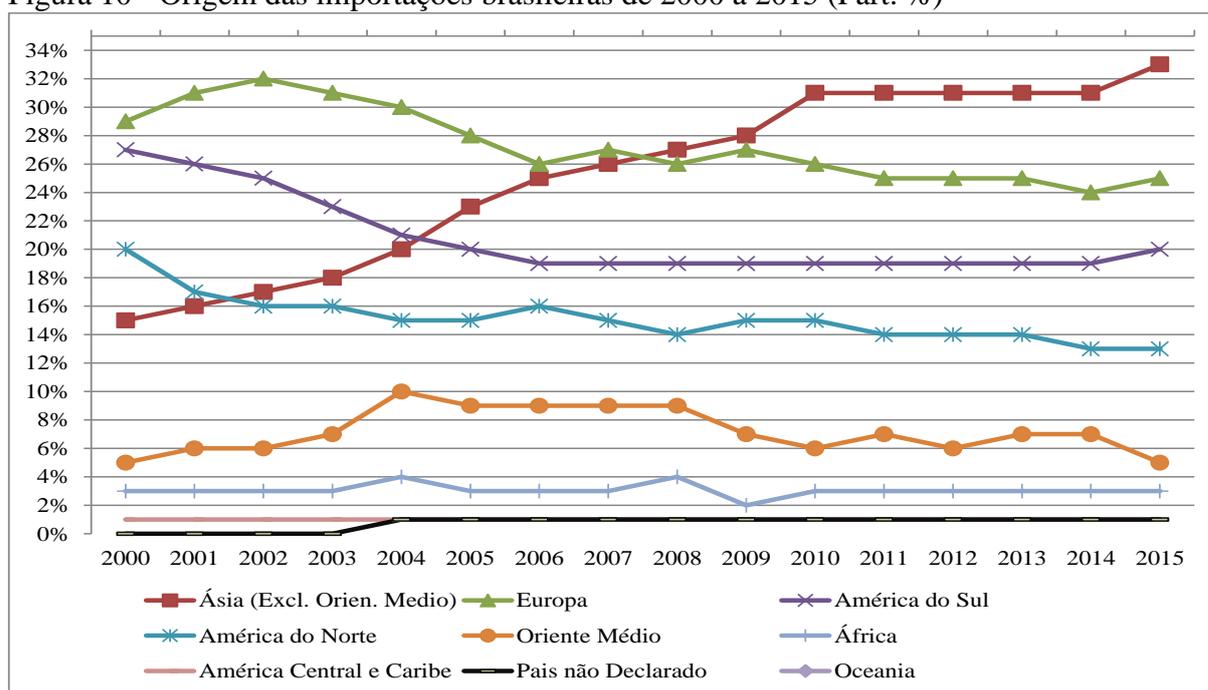
Figura 9 – Exportações brasileiras por fator agregado 1964 a 2011 - US\$ Milhões



Fonte: Brasil (2016a, p.1).

Com relação às importações brasileiras, da mesma forma que ocorreu com as exportações, a partir do ano 2000, o crescimento da participação da China no comércio internacional leva a um rearranjo nos seus países de destino. Conforme apresentado no gráfico da Figura 10 constata-se que com o avanço dos BRICs no comércio mundial, os outros parceiros de origem das importações brasileiras evidenciaram uma diminuição na sua participação.

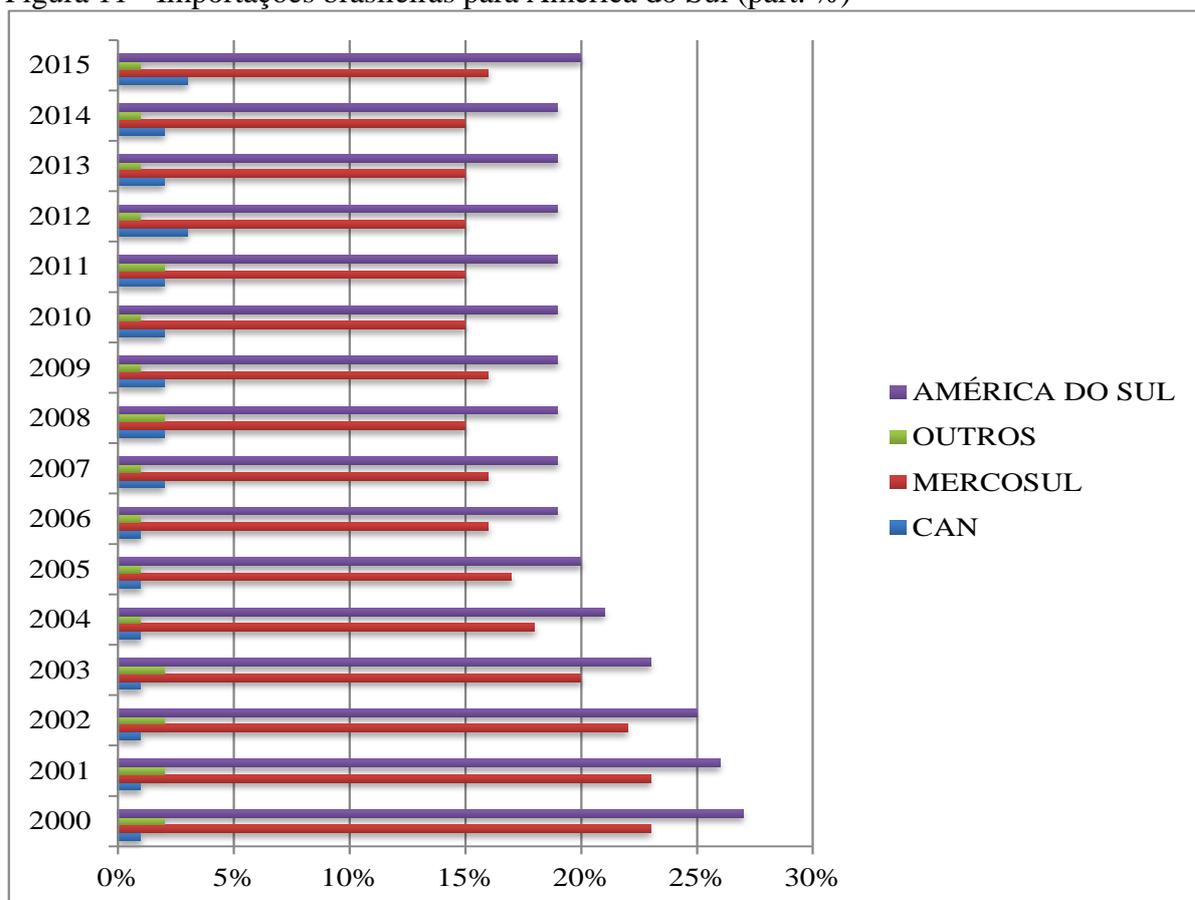
Figura 10 - Origem das importações brasileiras de 2000 a 2015 (Part. %)



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a, p.1).

Referente à América do Sul, conforme gráfico da Figura 11, houve uma redução na participação da região. Percebe-se que do período de 2000 a 2005 a participação da América do Sul como origem das importações brasileiras apresentou queda consecutiva, porém após o ano de 2005 a participação da região evidencia certa consolidação. A participação da CAN nas importações do Brasil registra uma evolução no período analisado, passando de 1% do total importado da América do Sul em 2000, para 3% no ano de 2015. Analisando o período, nota-se que houve assinaturas de acordos bilaterais e multilaterais com os países andinos, conforme apresentado no tópico 4.2.1, tendo a estimulação do Brasil às importações oriundas dos países da CAN por meio do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) estabelecidas nestes acordos.

Figura 11 - Importações brasileiras para América do Sul (part. %)



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a).

Conforme descrito, a perda de espaço da América do Sul, bem como outros parceiros comerciais está atrelada à inserção de novos mercados no cenário internacional. Nota-se, porém que apesar da participação total da maioria dos mercados terem caído, os mesmos apresentaram aumento nos volumes do fluxo comercial, conforme pode ser observado no Quadro 13. Verifica-se desta forma que não houve uma migração dos parceiros comerciais e sim uma expansão do comércio internacional em virtude do surgimento dos mercados emergentes.

Quadro 13 – Volume exportado e importado pelo Brasil nos anos de 2000 e 2015

(continua)

PAÍSES	VOLUME EXPORTAÇÕES (US\$)		VOLUME IMPORTAÇÕES (US\$)		CORRENTE COMÉRCIO (US\$)	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015
Ásia	6.337.732.534	63.438.317.646	8.634.026.161	55.932.752.974	14.971.758.695	119.371.070.620
Europa	16.900.988.879	40.872.625.368	16.347.409.007	43.223.120.420	33.248.397.886	84.095.745.788
América do Sul	11.116.039.839	31.071.409.831	14.878.862.773	33.560.827.153	25.994.902.612	64.632.236.984

Quadro 13 – Volume exportado e importado pelo Brasil nos anos de 2000 e 2015
(conclusão)

PAÍSES	VOLUME EXPORTAÇÕES (US\$)		VOLUME IMPORTAÇÕES (US\$)		CORRENTE COMÉRCIO (US\$)	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015
América do Norte	15.654.161.003	30.166.686.508	11.001.321.149	22.231.844.192	26.655.482.152	52.398.530.700
Oriente Médio	1.332.874.062	9.957.388.310	2.907.082.676	8.763.918.378	4.239.956.738	18.721.306.688
África	1.347.098.183	8.202.082.594	1.560.817.910	5.313.448.749	2.907.916.093	13.515.531.343
América Central e Caribe	1.109.214.687	4.508.564.465	334.482.821	1.111.752.268	1.443.697.508	5.620.316.733
País não declarado	945.178.745	2.426.898.875	186.660.641	1.311.383.696	1.131.839.386	3.738.282.571
Oceania	375.631.933	490.350.987	0	3.079	375.631.933	490.354.066

Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a).

Comparando a pauta dos destinos de importações do Brasil com a dos países andinos, verifica-se a similaridade dos parceiros comerciais, notando a influência da Ásia, dos Estados Unidos e da União Europeia na América do Sul.

Quadro 14 – Principais destinos das exportações dos países da CAN

Parceiros Comerciais	Bolívia (2015)		Colômbia (2015)		Equador (2015)		Peru (2014)	
Alemanha					6°	3,0%	6°	4,12%
Argentina	2°	16,9%						
Bélgica	9°	3,2%						
Brasil	1°	28,1%	7°	3,3%			10°	3,19%
Canadá							4°	6,63%
Chile					2°	6,2%	9°	3,21%
China	5°	5,3%	3°	6,3%	5°	3,9%	1°	18,27%
Colômbia	4°	6,6%			4°	4,3%		
Coreia do Sul	7°	4,3%					7°	4,00%
Equador			6°	4,0%				
Espanha			4°	4,4%	7°	2,6%	8°	3,54%
EUA	3°	12,1%	1°	27,6%	1°	39,4%	3°	6,87%
Holanda (Países Baixos)			5°	4,2%	8°	2,5%		
Índia	10°	2,3%						
Japão	6°	4,7%			10°	1,8%	5°	4,14%
México			10°	2,6%				
Panamá			2°	6,7%	9°	2,4%		
Peru	8°	3,6%	8°	3,2%	3°	5,1%		
Suíça							2°	16,00%
Venezuela			9°	3,0%				
Resto dos países		13,0%		34,7%		28,7%		30,03%

Fonte: Elaborado com base nos dados de IBCE (2016, p.4); DIAN (2015, p. 30); TRADEMAP (2015, p.1); SUNAT (2015, p.1).

Ao observar as informações dos principais países de destino das mercadorias dos integrantes da CAN, constata-se a tendência de manter relações comerciais com países com os quais foram estabelecidos acordos. Analisando os mercados da Bolívia, visualiza-se a efetividade dos acordos assinados com o Brasil para a isenção de impostos relacionados com a instalação do gasoduto Brasil-Bolívia, hoje o Brasil é o principal destino das exportações bolivianas, sendo o gás o principal produto exportado. Analisando os destinos das exportações da CAN, verifica-se a existência de acordos com praticamente todos os países, sendo estes constituídos com base nas preferências fornecidas pelos países desenvolvidos com o SGP, os acordos realizados no âmbito da ALADI, acordos bilaterais e com os próprios integrantes da CAN. Conforme apresentado na Figura 3, os acordos notificados a OMC neste milênio cresceram consideravelmente. Os Estados Unidos, ocupante da primeira colocação como destino das exportações do mercado da Colômbia, assinou em 2006 um Tratado de Livre Comércio (TLC) com o país, onde foram concedidos preferências de acesso ao mercado, reduzindo barreiras tarifárias e não tarifárias (OAS, [200_]).

A China que está dentro do *ranking* dos cinco principais destinos das exportações, é vista como um mercado potencial em razão do seu tamanho e avanço no crescimento no comércio mundial. Já existem acordos bilaterais como é o caso do Peru, cujo principal país de destino dos produtos é a China, estabelecendo um Tratado de Livre Comércio onde se negociaram entre outros temas as regras de origem e acesso aos mercados, entre os principais produtos negociados, encontram-se as frutas e a cevada (MCET, 2016).

Vale ressaltar a concordância da CAN na realização de acordos bilaterais dos seus membros com países não integrantes, porém tendo em conta a sensibilidade dos países andinos, os benefícios outorgados a outros países estendem-se aos membros do grupo, tendo como base o princípio da Nação mais Favorecida.

O Quadro 15, apresenta as principais origens das importações dos países andinos, onde é observado que os países desenvolvidos fornecedores de produtos tecnológicos, ocupam as primeiras colocações.

Quadro 15 – Principais origens das importações dos países da CAN

(continua)

PARCEIROS COMERCIAIS	Bolívia (2015)		Colômbia (2015)		Equador (2015)		Peru (2014)	
Alemanha	9°	2,39%	4°	4,20%	10°	2,32%	6°	3,50%
Argentina	3°	11,73%						2,97%
Brasil	2°	16,51%	5°	3,90%	7°	3,33%	4°	4,30%
Chile	7°	4,58%			9°	2,57%	8°	3,03%
China	1°	17,99%	2°	18,60%	2°	15,27%	1°	21,15%

Quadro 15 – Principais origens das importações dos países da CAN

(conclusão)

PARCEIROS COMERCIAIS	Bolívia (2015)		Colômbia (2015)		Equador (2015)		Peru (2014)	
Colômbia	10°	1,98%			3°	8,25%	9°	2,95%
Coreia do Sul					5°	3,70%	7°	3,27%
Equador							5	4,20%
EUA	4°	10,53%	1°	28,70%	1°	27,15%	2°	20,82%
França			6°	3,50%				
Japão	6°	5,14%						
México	8°	2,86%	3°	7,10%	8°	3,07%	3	4,56%
Panamá					4°	4,78%		
Peru	5°	6,22%			6°	3,69%		
Resto dos países		20,07%		34,00%		29,00%		28,82%

Fonte: Elaborado com base nos dados de IBCE (2016, p.28); DIAN (2015, p.16); TRADEMAP (2015, p.1); SUNAT (2015, p.1).

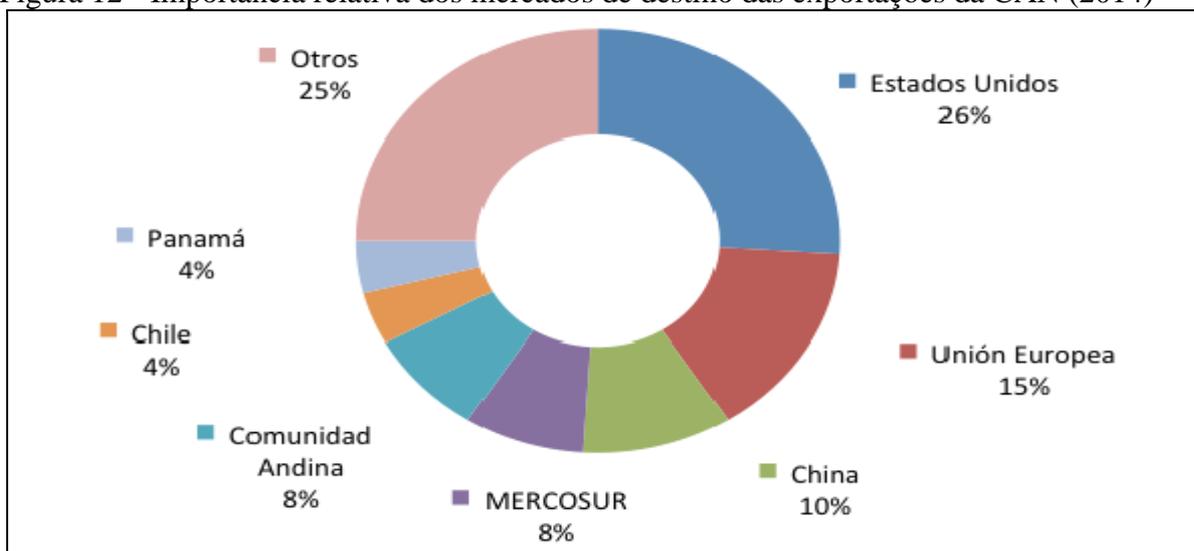
Percebe-se a concentração de 70% do mercado nos 10 principais parceiros, mais uma vez é possível notar a predominância dos países com os quais a CAN possui acordos comerciais.

Analisando a política externa adotada pelo Equador no período de 2010-2015, nota-se que o resultado está expresso nos parceiros comerciais adotados pelo país já que o mesmo buscou parcerias alternativas e saídas para os gargalos de financiamentos e desenvolvimento externo, contraindo empréstimos com a China e intensificando o fluxo de comércio com o principal ator do mercado asiático. Ainda assim apresentou uma postura de defesa referente relação com os sócios tradicionais como é o caso da União Europeia e a proteção do mercado para onde é destinada a maior pauta exportadora, os Estados Unidos.

A teoria proposta pelos autores Heckscher e Ohlin (SILVA, 2001), propõe que os países com rendas *per capita*s substancialmente diferentes tenderiam a estabelecer um fluxo de comércio mais significativo, partindo do pressuposto de que esta diferença econômica os tornaria parceiros comerciais já que ambos teriam cestas de produtos com características de interesse às partes.

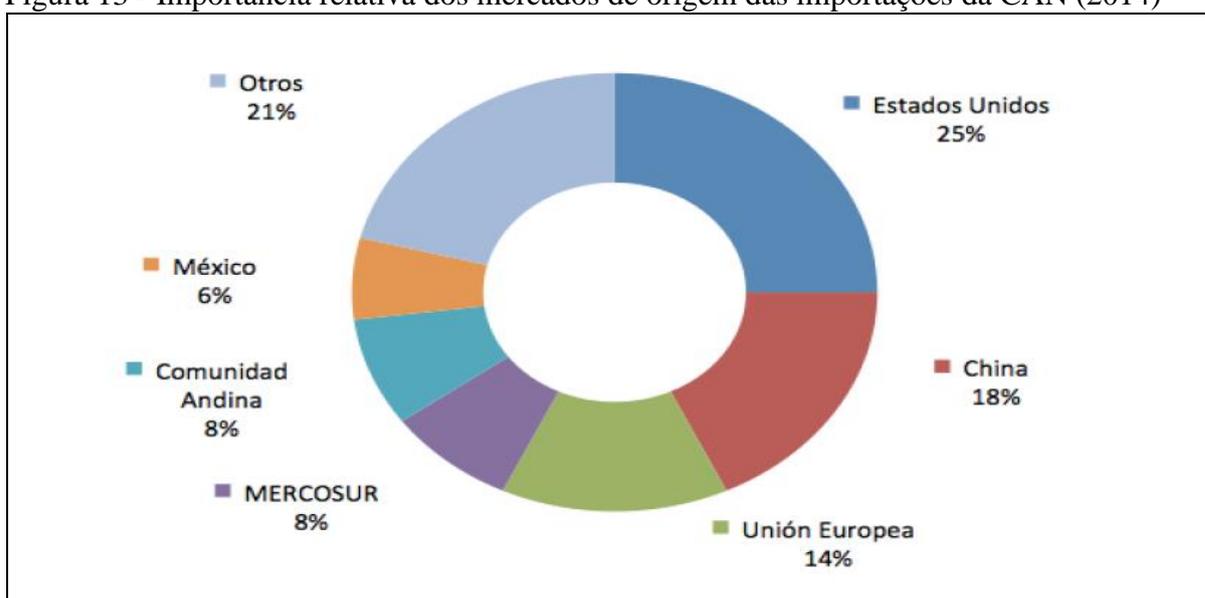
Conforme expresso nos gráficos da Figura 12 e Figura 13 é possível evidenciar a presença nas três primeiras colocações dos países desenvolvidos como origem e destino nas trocas comerciais dos países andinos.

Figura 12 - Importância relativa dos mercados de destino das exportações da CAN (2014)



Fonte: CAN (2015a, p. 4).

Figura 13 - Importância relativa dos mercados de origem das importações da CAN (2014)



Fonte: CAN (2015a, p. 6).

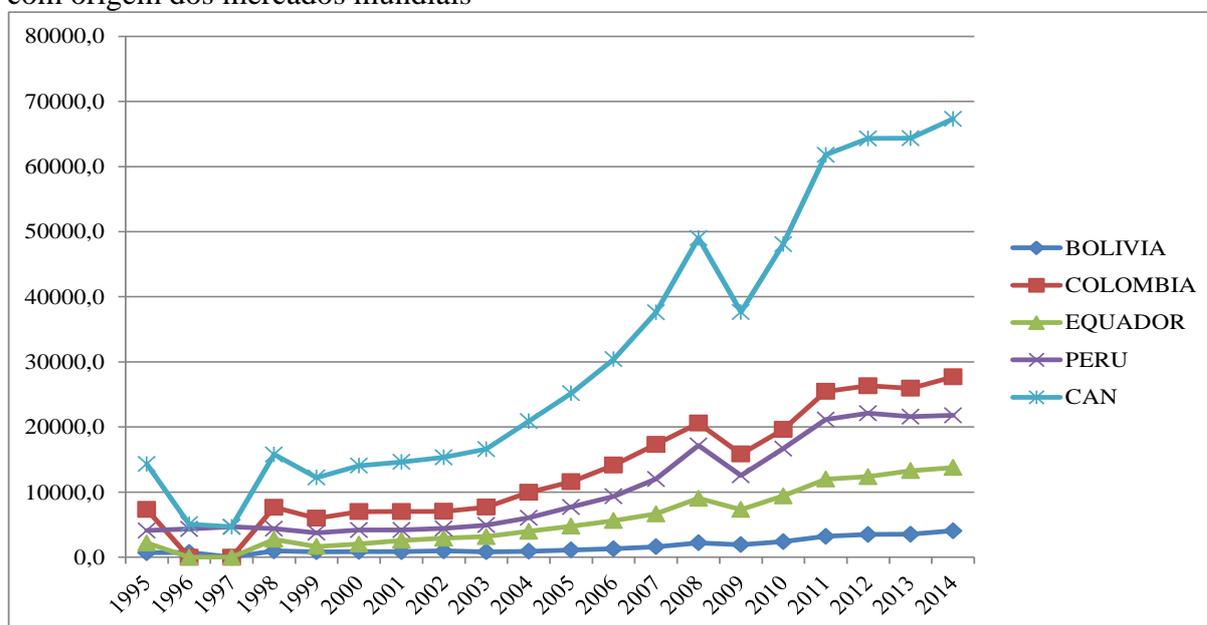
Analisando os gráficos da Figura 12 e Figura 13 percebe-se a influência dos acordos regionais estabelecidos pela ALADI. Dos principais destinos nas mercadorias dos produtos da CAN, 24% é referente aos países da ALADI e as importações oriundas do grupo representam 22% de participação nos mercados de origem dos produtos da CAN.

Os Estados Unidos, a União Europeia e a China possuem juntos mais da metade do mercado da CAN e o intercâmbio comercial realizado com países desenvolvidos tem como características a venda de produtos primários e a compra de produtos com fatores tecnológicos agregados no preço de venda.

Conforme relatório estatístico da CAN (2016b), em 2014 os principais destinos dos produtos manufaturados produzidos pelos países da CAN, foram os Estados Unidos (23,7%), Comunidade Andina (15,8%), União Europeia (11%), MERCOSUL (5,9%), Suíça (5,8%), China (5,6%) e Venezuela com (5,3%), já as origens dos produtos manufaturados se deram da seguinte forma Estados Unidos (24,4%), China (19,6%), União Europeia (14,6%), MERCOSUL (7,8%), estes números confirmam que a importação de produtos com maior valor agregado tem origem das potências comerciais, já o destino dos produtos manufaturados destina-se em maior volume ao mercado regional e aos países com menor desenvolvimento.

Os reflexos dos principais parceiros comerciais serem os países desenvolvidos é visualizado na composição do quadro de importações, de acordo com o montante em dólares expressos nos gráficos da Figura 14, Figura 15 e Figura 16 o crescimento no volume de produtos intermediários e de bens de capital cresceram consideravelmente, e todos foram alavancados após a crise de 2008, onde os países desenvolvidos sentiram com maior intensidade o efeito da crise abrindo espaço para que outras economias se inserissem com maior força no mercado.

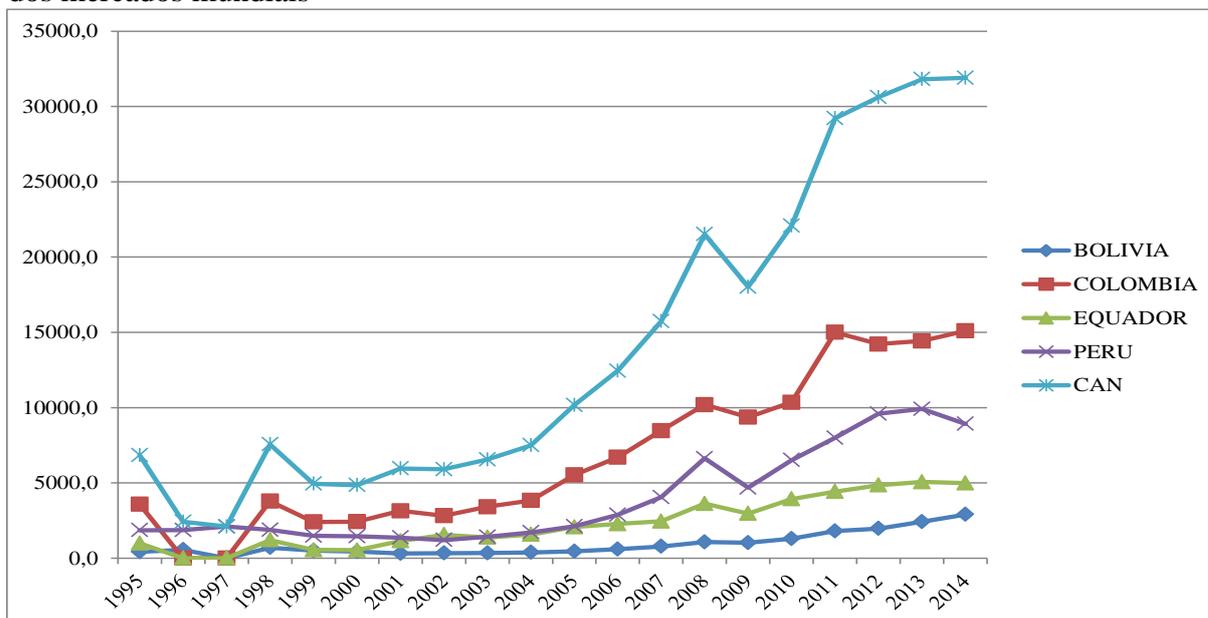
Figura 14 – Importações realizadas pela CAN de produtos intermediários em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais



Fonte: Elaborado com base nos dados da CEPAL (2016, p.1).

As importações realizadas pela CAN de bens de capital, também apresentaram crescimento, percebe-se desta forma que a importação destes tipos de produtos pode ser considerada como uma forma de atribuir para a economia interna tecnologia, incentivando o desenvolvimento econômico, um dos objetivos estipulado pela CAN (CAN, 2016a).

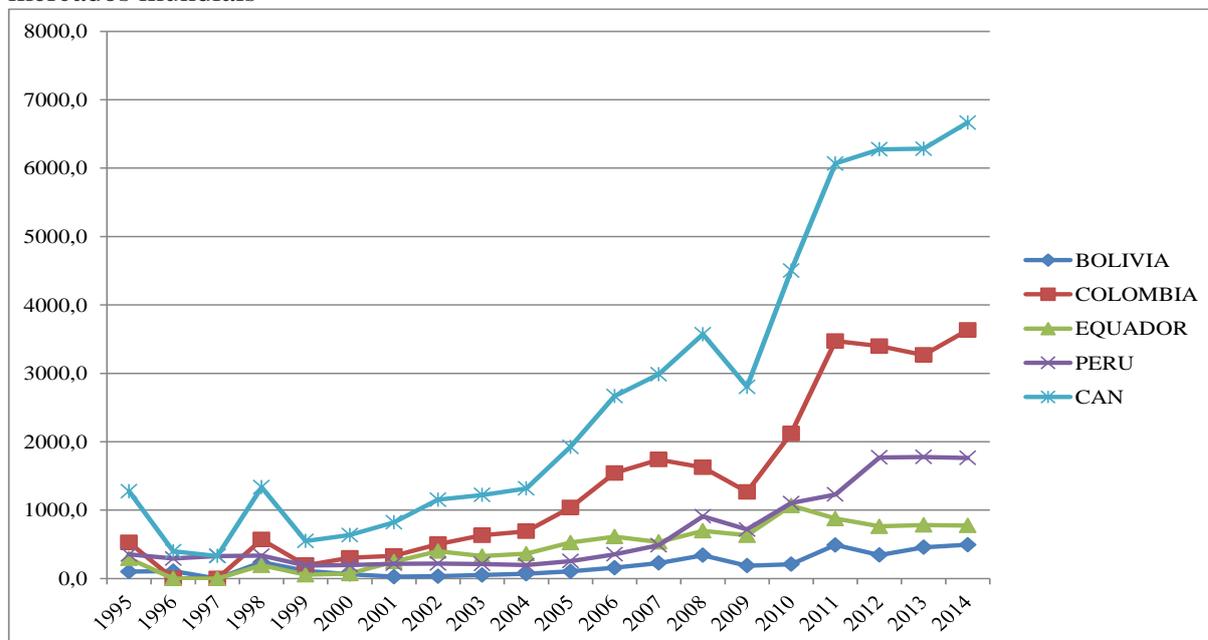
Figura 15 – Importações realizadas pela CAN de bens de capital em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais



Fonte: Elaborado com base nos dados da CEPAL (2016, p.1).

Outro ponto a ser considerado é o crescimento das importações de veículos realizadas pela CAN, um potencial mercado para a aproximação com o mercado brasileiro.

Figura 16 - Importações realizadas pela CAN de veículos em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais

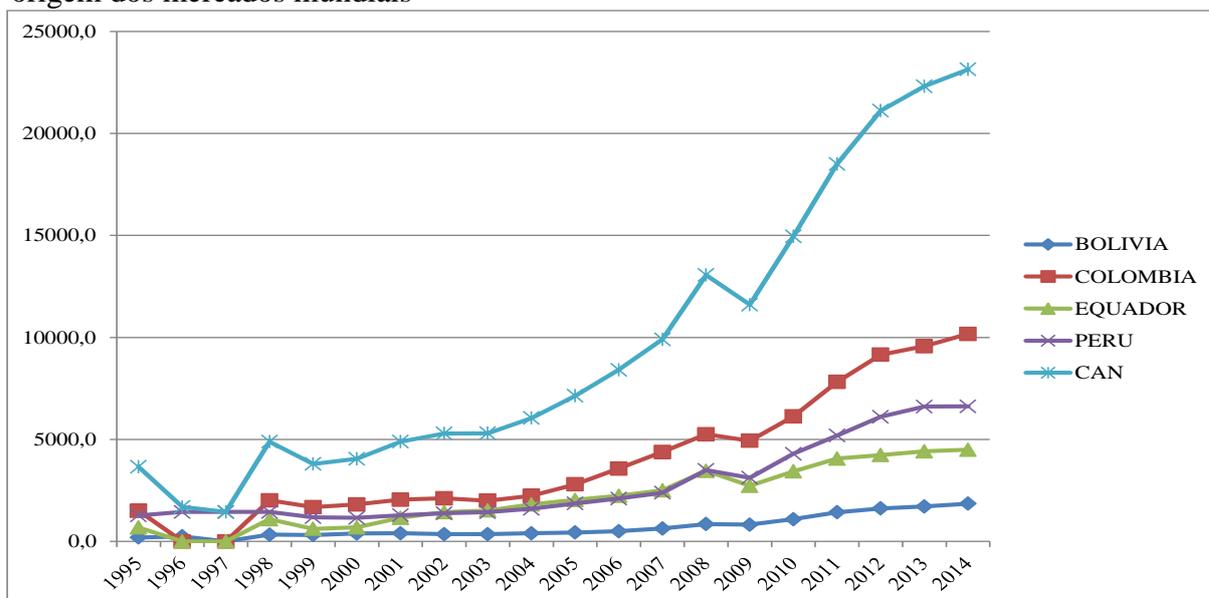


Fonte: Elaborado com base nos dados da CEPAL (2016, p.1).

Com relação ao gráfico de importação de produtos de bens de consumo, nota-se que houve um crescimento em proporções menores se comparadas com os produtos com

maior valor agregado. Esta tendência ao menor crescimento de importação dos produtos básicos é justificada pelo fato dos países da CAN terem a economia interna voltada para a produção de produtos básicos (ALADI, 2016).

Figura 17 - Importações realizadas pela CAN de bens de consumo em milhões US\$ com origem dos mercados mundiais



Fonte: Elaborado com base nos dados da CEPAL (2016, p.1).

Verificando também as barreiras comerciais aplicadas pela CAN, conforme abordado no tópico 4.2.2, existe certa proteção do grupo com relação aos produtos agropecuários.

A crise de 2008 demonstrou claramente a necessidade dos países diversificarem seus parceiros comerciais, pois como exposto nos gráficos apresentados, todas as economias sofreram nas suas correntes de comércio, o impacto ocasionado pela crise, sobretudo pelos Estados Unidos. Destinar uma grande parcela das exportações para poucos mercados constitui-se um fator de risco, como analisado historicamente, todas as economias dependentes sofreram com o impacto da crise de 1929 e recentemente a de 2008.

As dificuldades advindas destes períodos constituem-se muitas vezes como oportunidades devido à abertura dos mercados. A última crise deixou clara a necessidade de diversificação das fontes de crescimento dos países, por meio da inserção de novos mercados. A oportunidade para os países da América do Sul pode ser vista como a intensificação do comércio com os países regionais onde intensificação do comércio Sul-Sul entre os países em desenvolvimentos serviria não somente como saída da crise de curto prazo, mas também como uma estratégia de longo prazo para um desenvolvimento confiável e sustentável de

países com baixos rendimentos (BERNHARDT, 2016).

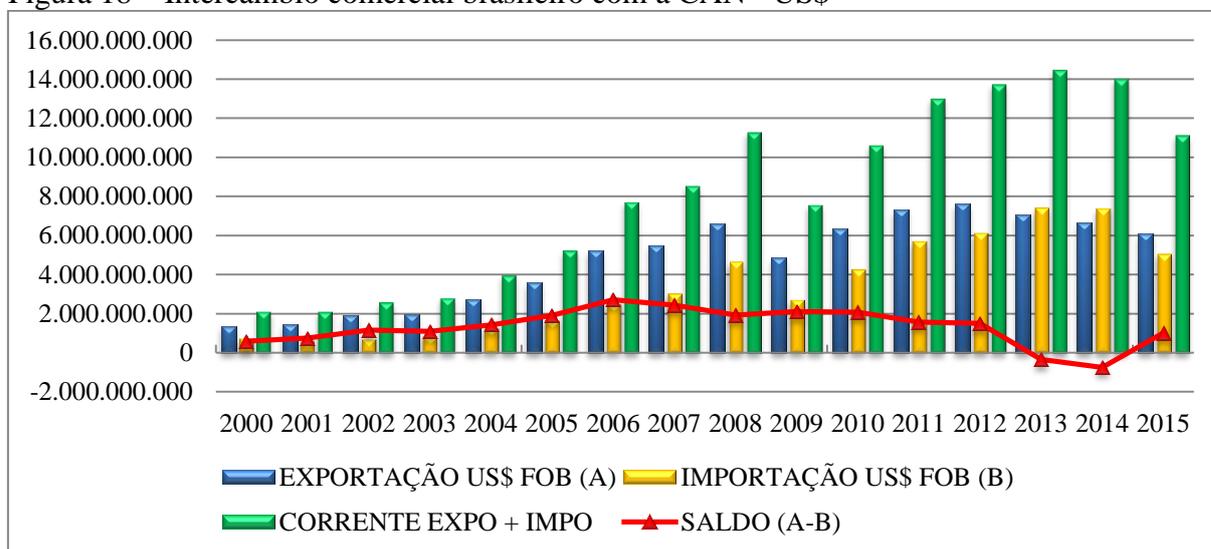
Economistas como Myrdal (1956) e Lewis (1980) (*apud* BERNHARDT, 2016) também fizeram referência ao potencial que comércio interno do Sul poderia proporcionar no desenvolvimento econômico destes países. Para eles a integração do Sul diminuiria a dependência dos países do Norte e contribuiria para superar os gargalos relacionados à dotação dos recursos e o tamanho dos mercados internos, contribuindo para a industrialização.

4.3.2 A corrente de comércio do Brasil com a CAN

Conforme abordado, a interação do Brasil com os países da CAN atraem benefícios para o país do ponto de vista político, econômico e comercial, pois são oportunidades para a inserção de novas empresas à internacionalização.

A Figura 18 apresenta a evolução da corrente de comércio entre estes países, observa-se o crescimento no valor das exportações, que pode ser entendida pelo aumento das vendas de produtos com maior valor agregado (ALADI, 2016).

Figura 18 – Intercâmbio comercial brasileiro com a CAN - US\$



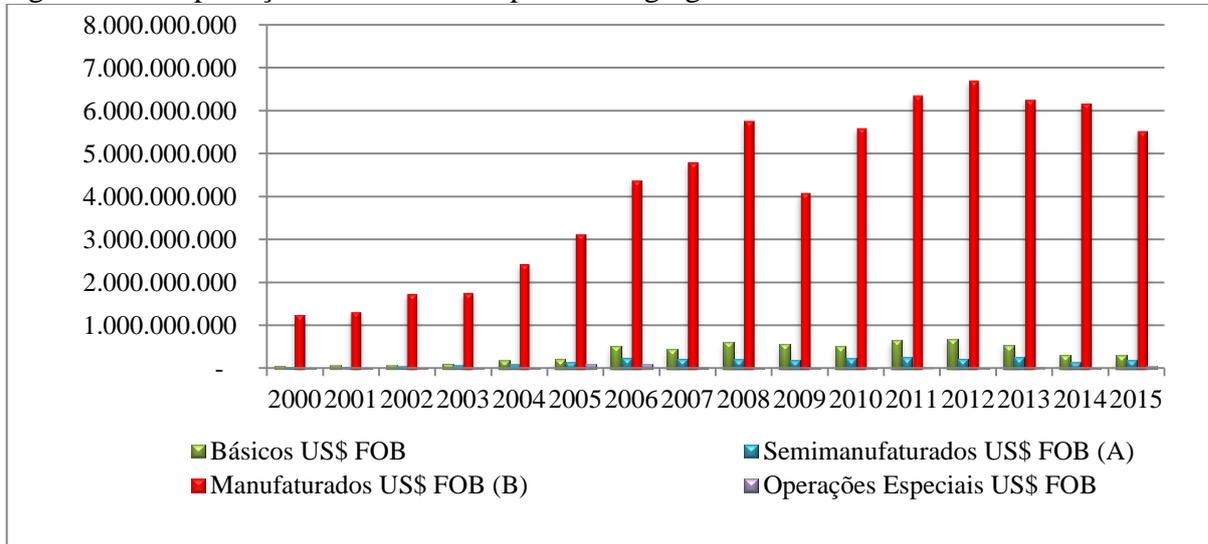
Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a, p.1).

Os principais produtos exportados do Brasil para a CAN são produtos manufaturados e alimentos (ALADI, 2016).

Conforme apresentado no gráfico da Figura 19 as exportações de manufaturas e produtos básicos aos países da CAN cresceram considerando o período de 2000 a 2015.

Comparando este crescimento com os acordos firmados no mesmo período observa-se o incentivo do governo para as interações entre os países e acordos específicos para a promoção do comércio.

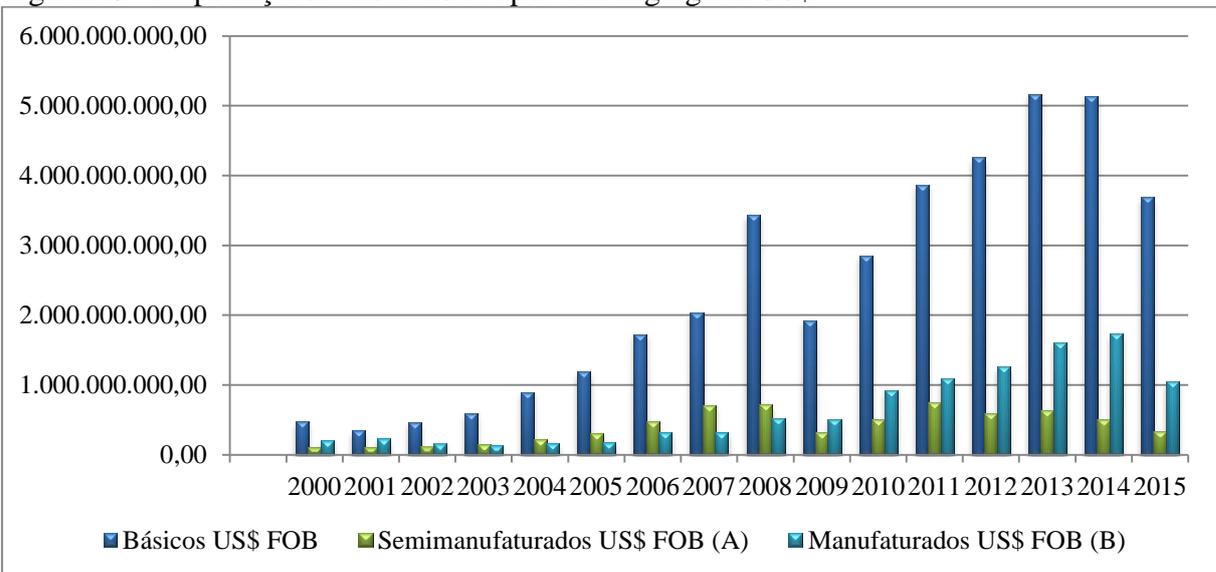
Figura 19 – Exportações Brasil x CAN por fator agregado US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016, p.1).

Com relação às importações brasileiras originadas dos países da CAN, conforme demonstrado no gráfico da Figura 20, os produtos básicos são os principais responsáveis pelas importações do Brasil, compostos principalmente por combustíveis, minerais, lubrificantes e conexos (ALADI, 2016), característicos dos países desta região.

Figura 20 – Importações Brasil x CAN por fator agregado US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016, p.1).

Analisando o percentual de participação dos países andino na balança comercial brasileira, nota-se que os valores da exportação e importação aumentaram, porém o índice da representatividade destes países permaneceu entre 2,42% a 3,47%.

Tabela 1 - Balança comercial brasileira x CAN - US\$

PAÍS	TOTAL EXPORTAÇÕES BRASIL	EXPORTAÇÃO BRASIL X CAN	Part. %	TOTAL IMPORTAÇÕES BRASIL	IMPORTAÇÃO BRASIL X CAN	Part. %
2000	55.118.919.865	1.367.910.777	2,48	55.850.663.138	785.504.559	1,41
2001	58.286.593.021	1.440.955.526	2,47	55.601.758.416	693.285.453	1,25
2002	60.438.653.035	1.888.679.964	3,12	47.242.654.199	737.019.168	1,56
2003	73.203.222.075	1.962.515.635	2,68	48.325.566.630	873.079.923	1,81
2004	96.677.498.766	2.715.028.006	2,81	62.835.615.629	1.288.795.200	2,05
2005	118.529.184.899	3.584.758.349	3,02	73.600.375.672	1.678.337.309	2,28
2006	137.807.469.531	5.228.546.167	3,79	91.350.840.805	2.514.695.096	2,75
2007	160.649.072.830	5.499.809.332	3,42	120.617.446.250	3.062.073.078	2,54
2008	197.942.442.909	6.607.263.432	3,34	172.984.767.614	4.685.735.374	2,71
2009	152.994.742.805	4.847.555.212	3,17	127.722.342.988	2.743.411.873	2,15
2010	201.915.285.335	6.358.144.577	3,15	181.768.427.438	4.276.797.180	2,35
2011	256.039.574.768	7.285.014.186	2,85	226.246.755.801	5.716.679.110	2,53
2012	242.578.013.546	7.621.277.876	2,98	223.183.476.643	6.119.045.319	2,70
2013	242.033.574.720	7.059.839.552	2,76	239.747.515.987	7.410.133.238	3,28
2014	225.100.884.831	6.636.419.117	2,59	229.154.462.583	7.386.222.218	3,26
2015	191.134.324.584	6.078.337.352	3,18	171.449.050.909	5.069.673.660	2,96

Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016, p.1).

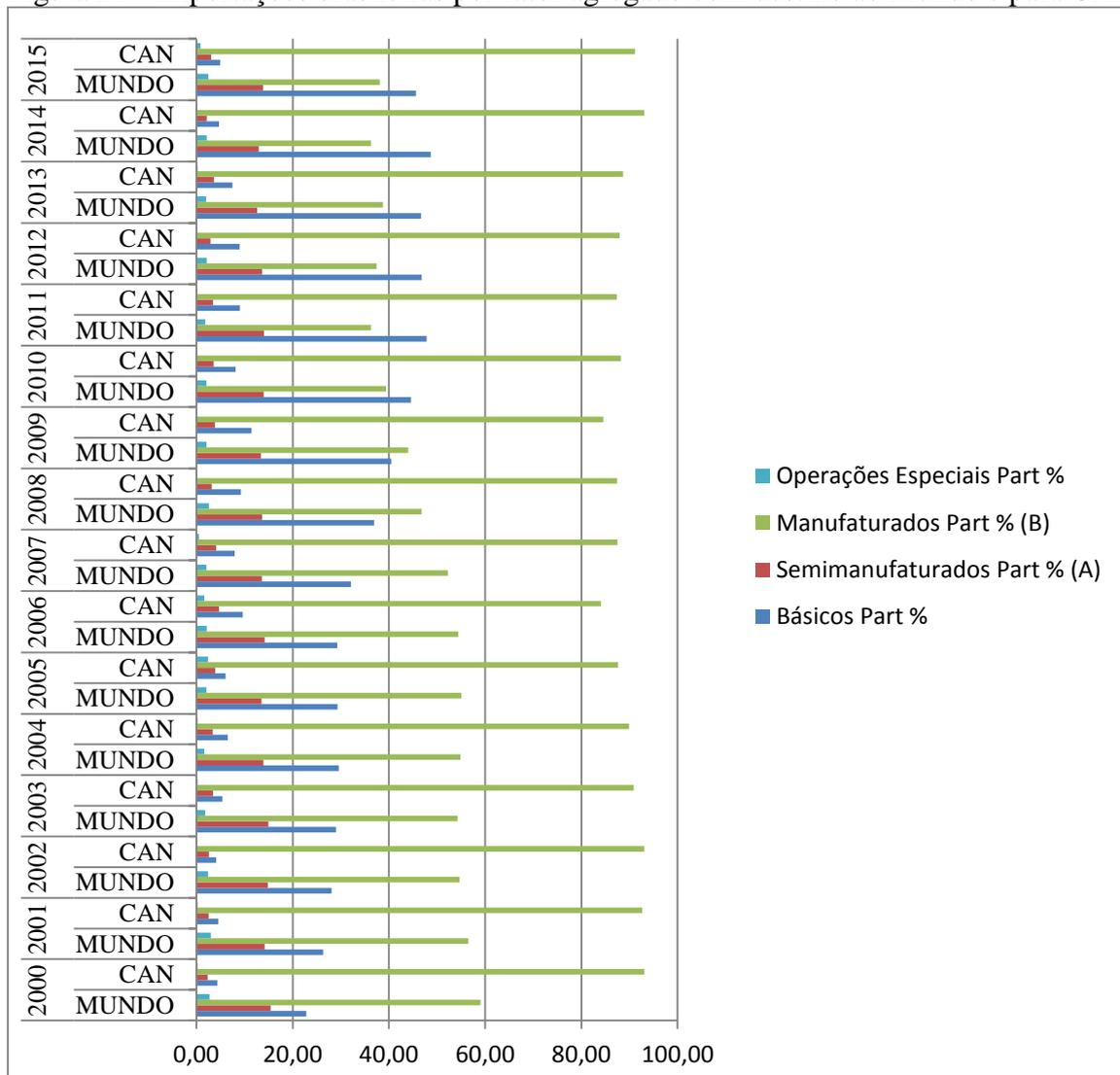
É possível visualizar que as participações dos países da CAN nas relações comerciais do Brasil com o exterior permaneceram e os volumes das trocas comerciais mundiais aumentaram, conforme apresentado no gráfico da Figura 4 com relação à evolução das exportações mundiais, onde a partir de 2000 ocorreu uma explosão de crescimento com a inserção de novas economias e avanços tecnológicos.

O posicionamento do Brasil em relação a este processo foi de utilizar a integração regional como alternativa para se posicionar perante as potências mundiais, sendo assim, o comércio com os países regionais não foi deixado de lado, mas manteve certa estabilidade e o volume de exportações aumentou em virtude de acordos assinados visando o desenvolvimento regional, fato que influenciou nos valores negociados apresentando resultado no montante da balança comercial devido à inclusão de produtos com um valor agregado maior.

Os parceiros comerciais de destino das exportações brasileiras são formados principalmente pelos países desenvolvidos como os EUA e China grandes importadores de *commodities*.

O gráfico da Figura 21 apresenta a relação dos produtos exportados pelo Brasil, percebe-se que enquanto a participação de produtos manufaturados exportados pelo Brasil aos países do mundo diminuiu as exportações destes produtos aos países da CAN aumentaram. Esta análise pode ser vista como uma oportunidade para empresas regionais iniciarem a internacionalização com os países vizinhos, com os quais existem acordos comerciais incentivadores, promovendo a venda de produtos industrializados na região, onde considerando o preço unitário se alcançará um ganho maior devido à margem de lucro existente na mercadoria industrializada.

Figura 21 - Exportações brasileiras por fator agregado com destino ao Mundo e para CAN



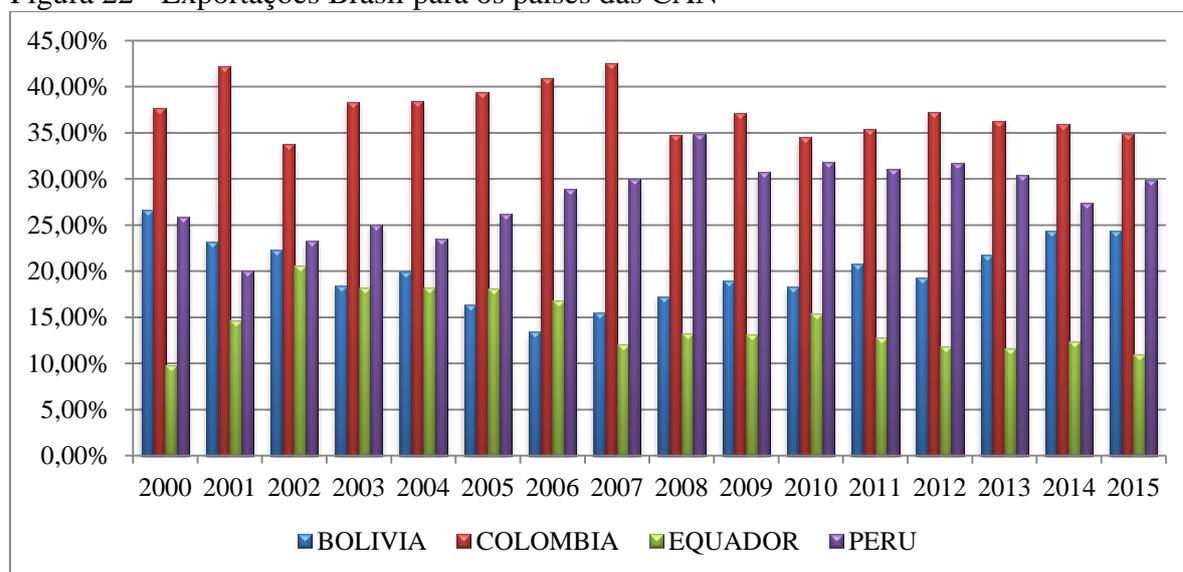
Fonte: Elaborada com base nos dados de Brasil (2016, p.1).

A relação comercial existente entre o Brasil e os países da CAN pode ser concebida diante da teoria formulada por Linder (1961), segundo o autor os países do mesmo nível social tendem a comercializarem entre si e quanto maior similaridade das estruturas de demandas dos países, mais intenso será o fluxo comercial, já que se os mesmos possuem a mesma estrutura de demanda. Sendo assim, todos os produtos exportáveis e importáveis de um serão válidos para o outro. Considerando a distância tecnológica existente entre os países do Norte e os países do Sul e considerando a proximidade do nível de desenvolvimento presente entre o Brasil e os países CAN, pode-se considerar que o comércio entre esses países irá ocorrer, pois conforme analisado nas balanças comerciais os mesmos são detentores dos produtos necessários a eles.

As políticas externas de regionalismo aberto pós-1990, impulsionaram a presença das empresas brasileiras na América do Sul, incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmado em 2003 para a industrialização brasileira proporcionou também o aumento da participação de empresas brasileiras no exterior, como exemplo pode-se citar o empréstimo ao Equador para a construção da hidrelétrica São Francisco, o que determinou a contratação de empresas brasileiras para a efetuação da obra e aquisição de insumos (GARCIA, 2009).

Com relação às exportações do Brasil para os países da CAN, conforme apresentado no gráfico da Figura 22, a Colômbia se destaca como principal país de destino, seguido pelo Peru, Bolívia e Equador.

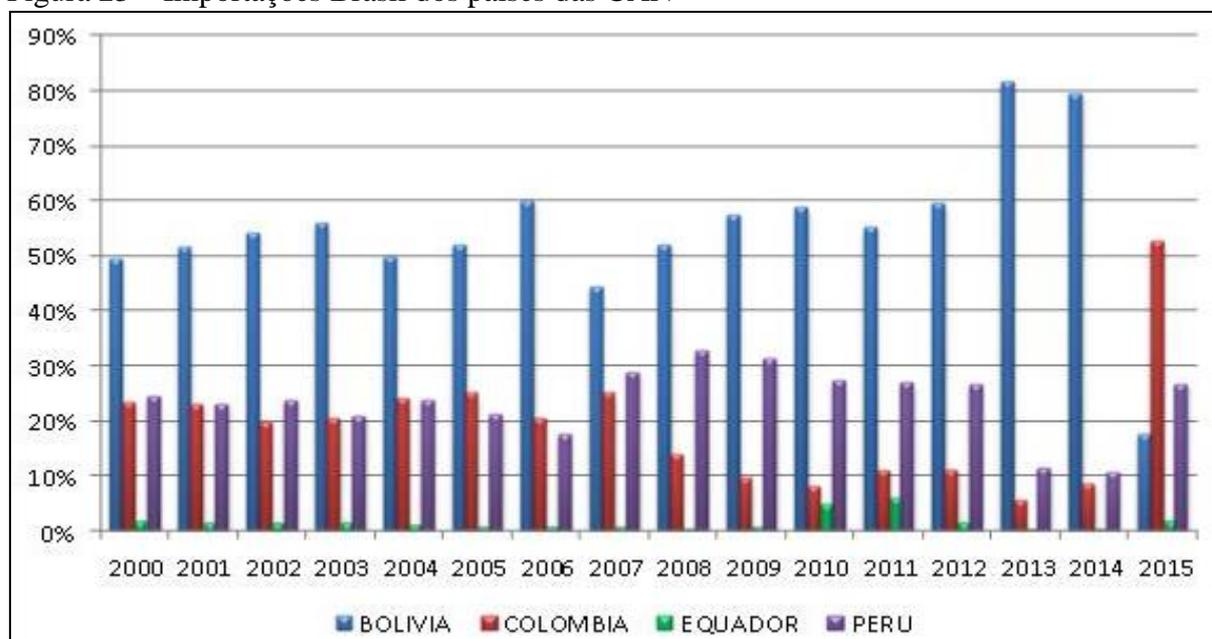
Figura 22 - Exportações Brasil para os países das CAN



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016b, p.1).

Com relação às importações do Brasil dos países da CAN, os principais parceiros comerciais em 2015 foram à Colômbia, o Peru, a Bolívia e o Equador, conforme gráfico da Figura 23.

Figura 23 – Importações Brasil dos países das CAN



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016, p.1).

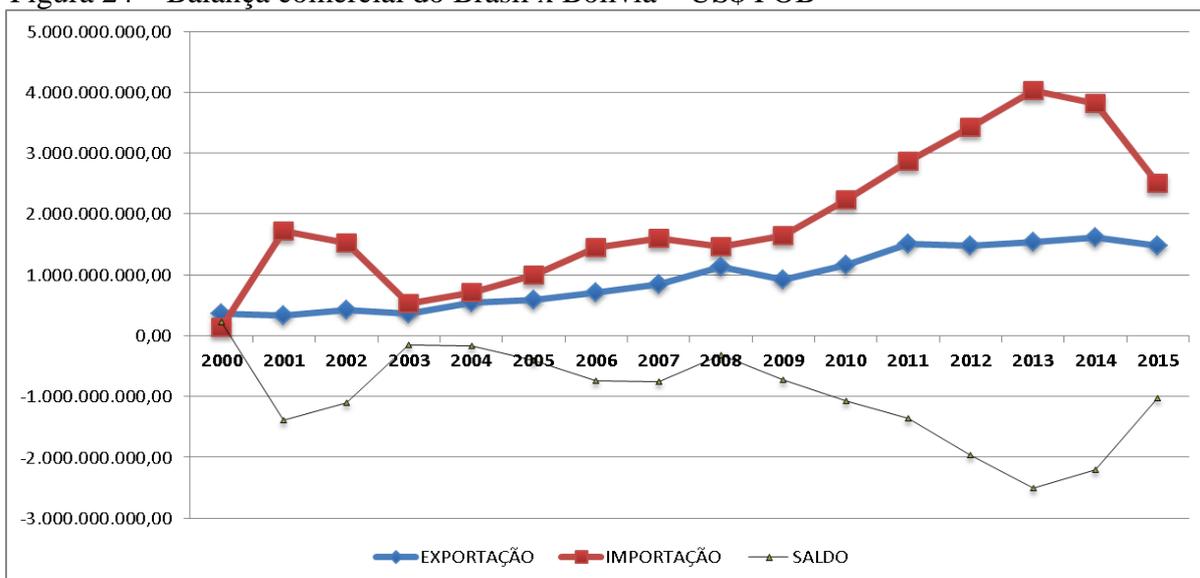
O destaque das importações da Bolívia é correspondente às compras de gás natural. A queda apresentada em 2015 pode ser atrelada a fatores como a diminuição da produção do gás na Bolívia, devido à diminuição dos campos no país, a retração econômica sofrida pelo Brasil no ano de 2015 e também a produção nacional do Brasil que está aumentando pela nova produção de gás pelo pré-sal.

O aumento das importações colombianas foi influenciado pelos acordos comerciais firmados buscando a intensificação do comércio. Atualmente a Colômbia exporta principalmente carvão e petróleo para o Brasil.

4.3.3 A Balança Comercial do Brasil com a Bolívia

Atualmente o Brasil é o principal destino das exportações bolivianas, constituindo-se o maior parceiro comercial do país e apresentando uma balança comercial deficitária em relação a Bolívia conforme gráfico da Figura 24.

Figura 24 – Balança comercial do Brasil x Bolívia – US\$ FOB



Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016).

Considerando as exportações do Brasil para a CAN, as vendas destinadas para a Bolívia ocupam o terceiro lugar e são formadas, sobretudo por produtos manufaturados, conforme apresentado no gráfico da Figura 25.

A queda nas importações do Brasil com origem boliviana em 2015 ocorreu devido a forte desvalorização cambial mundial que teve um efeito direto sobre os produtos tradicionais bolivianos (hidrocarbonetos e minerais), sendo o gás boliviano o principal produto importado, o qual teve suas cotações afetadas fortemente. No geral as exportações bolivianas de produtos tradicionais apresentaram baixas de 37% com relação ao total exportado em 2014 para o mundo, impactando diretamente a balança comercial do país (IBCE, 2016).

A Bolívia tem buscado o crescimento e desenvolvimento de sua produção interna, almejando desenvolver as áreas de produtos não tradicionais, pois são estas que geram maior quantidade de empregos e divisas para o país (IBCE, 2016). Este ponto pode ser visto pelo Brasil como uma oportunidade para a exportação de produtos com maior valor agregado, o que proporcionaria além dos ganhos comerciais uma contribuição para o fortalecimento econômico da Bolívia e consequentemente a intensificação da economia geral da América do Sul e o seu posicionamento global.

No ano de 2015 do total de importações realizada pela Bolívia originada do Mundo, 40,78% foram referentes a máquinas e equipamentos de transportes, seguidos por artigos manufaturados com 17,34% e em terceiro lugar produtos químicos e conexos com

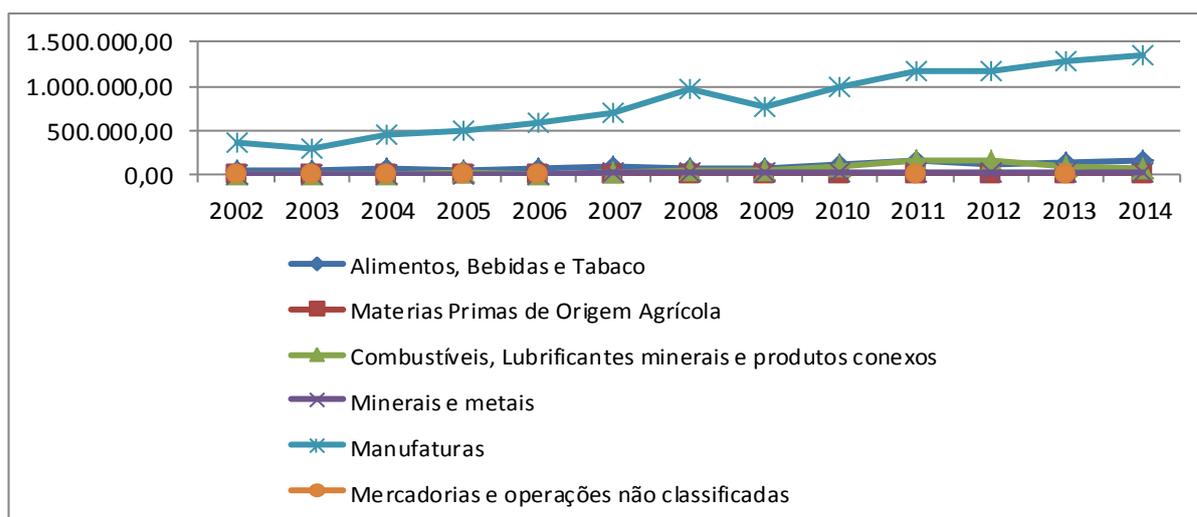
14,28% (IBCE, 2016). Estes percentuais demonstram a necessidade do mercado na aquisição de produtos com maior intensidade tecnológica e como consequência valor agregado.

As principais origens das importações de maquinários são dos países da Ásia e Europa, estando no topo da lista a Coreia do Sul, Itália, Estados Unidos, Espanha e Alemanha. O Brasil lidera as exportações de ferro para a Bolívia, seguido pelo Peru, Argentina, México e Espanha. No geral nota-se que os produtos com maior valor agregado, como veículos, aviões e aeronaves, são oriundos principalmente dos mercados asiáticos, europeus e americano (IBCE, 2016).

Analisando o gráfico da Figura 25, percebe-se o crescimento das exportações de produtos manufaturados do Brasil para a Bolívia, este resultado ocorreu devido ao crescimento das importações bolivianas que passaram de USD 1.708 milhões em 2001 para USD 10.554 milhões em 2014, justificado pela intensificação da industrialização que a Bolívia tem almejado (IBCE, 2016).

Este crescimento também é resultado do Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento assinado em 2003 entre Brasil e Bolívia, onde percebe-se um crescimento iniciado a partir de 2004, logo após a assinatura do acordo. Este memorando prevê a promoção do fluxo de comércio entre as partes, focando no desenvolvimento econômico da Bolívia (BRASIL, 2003).

Figura 25 – Classificação dos principais produtos exportados do Brasil x Bolívia em milhões de U\$S

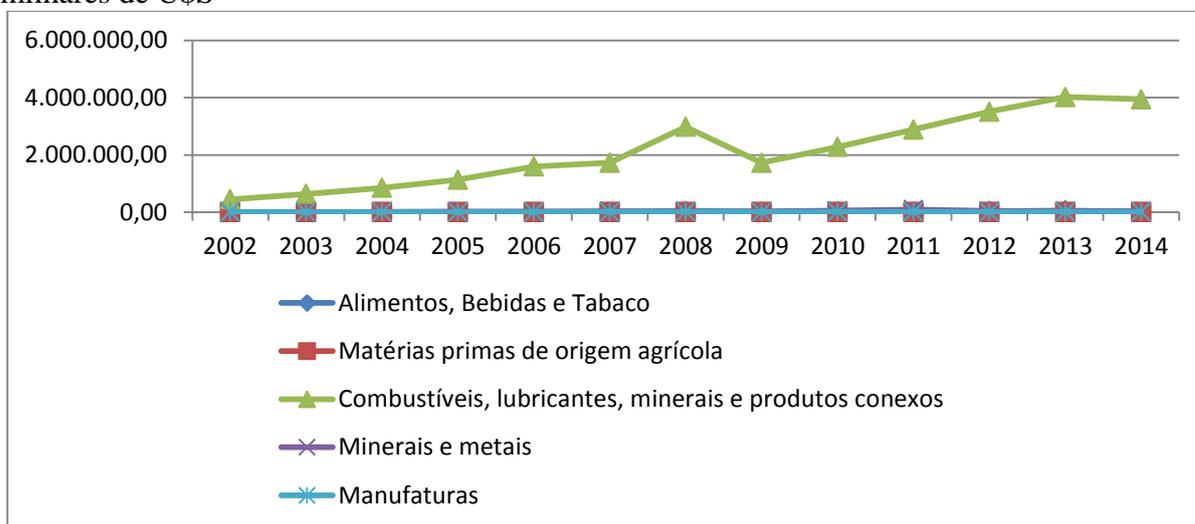


Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016).

Com relação às importações realizadas pelo Brasil com origem boliviana, os principais produtos são os combustíveis, lubrificantes, minerais e produtos conexos dos quais se destaca a participação do gás boliviano. Conforme apresentado no item 4.2.1, verificando

os acordos firmados entre Brasil e Bolívia, se evidencia a existência de temas voltados diretamente ao gás boliviano, como a isenção de impostos para a implantação de gasodutos.

Figura 26 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil x Bolívia em milhares de U\$S



Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016).

No geral os acordos firmados com a Bolívia incentivaram o comércio e a inserção do país no cenário internacional, o Acordo de Complementação Econômica ACE 36 incentivou consideravelmente o comércio da Bolívia com o MERCOSUL.

Entende-se que devido ao tamanho e a economia subdesenvolvida, a Bolívia possivelmente não terá grande participação do resultado comercial com o Brasil, porém o país constitui-se uma oportunidade para a internacionalização de empresas brasileiras principalmente para a exportação de produtos industrializados, o que contribui para o desenvolvimento dos países e a relevância da América do Sul no cenário internacional.

4.3.4 A Balança Comercial do Brasil com a Colômbia

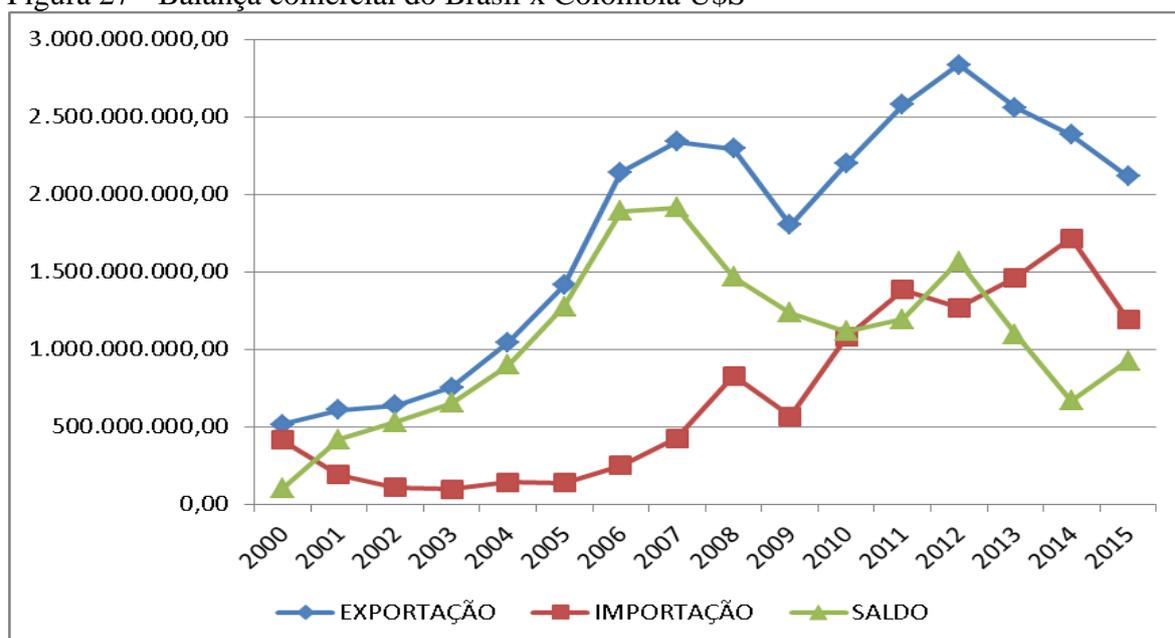
Dos países da CAN, a Colômbia é o principal destino das exportações brasileiras, posicionada em terceiro lugar no *ranking* de economias desenvolvidas na América do Sul, o país é considerando um importante parceiro comercial para o Brasil.

Atualmente o maior sócio comercial da Colômbia é os Estados Unidos, país com o qual a Colômbia firmou o Tratado de Livre Comércio que fornece preferências tarifárias e investimentos no país (OAS, [200_]).

Em relação ao comércio com o Brasil, segundo apresentado no gráfico da Figura 27, às exportações brasileiras sinalizaram um crescimento a partir de 2000, neste período

como já comentado, houve uma mudança de posicionamento do Brasil e a busca pela intensificação da inserção no mercado da América do Sul. Em 2005 foi assinado o Memorando de Entendimento para Promoção do Comércio e Investimento entre Brasil e Colômbia, este acordo teve como um dos seus objetivos fomentar o comércio bilateral dos países, buscando a intensificação das trocas comerciais no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) (BRASIL, 2005).

Figura 27 - Balança comercial do Brasil x Colômbia US\$

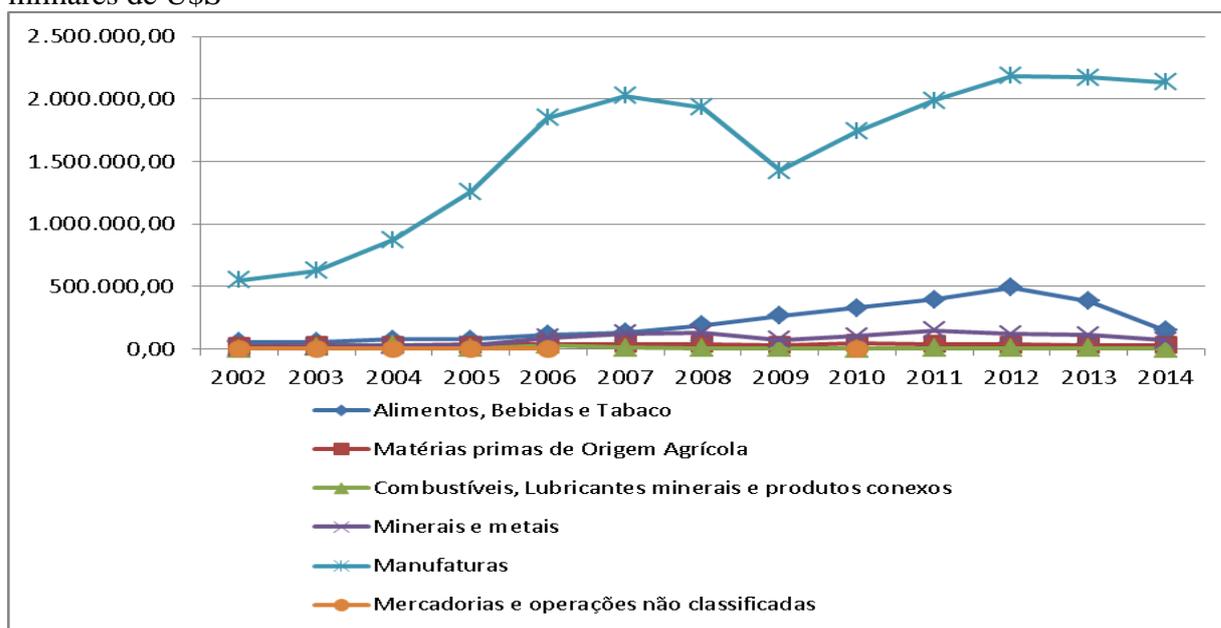


Fonte: Elaborado com base nos dados de BRASIL (2016a).

O declínio presente na balança comercial entre os dois países ocorreu no período da crise de 2008, porém a partir de 2009 as exportações e importações voltaram a crescer, demonstrando que a crise dos Estados Unidos proporcionou uma abertura para novos mercados.

Com relação aos produtos exportados para a Colômbia, conforme apresentado no gráfico da Figura 28, os manufaturados ocupam a liderança. O Acordo de Complementação econômica ACE 59, oferece reduções tarifárias para as trocas comerciais entre os países.

Figura 28– Classificação dos principais produtos exportados do Brasil x Colômbia valores em milhares de U\$\$



Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016, p. 1).

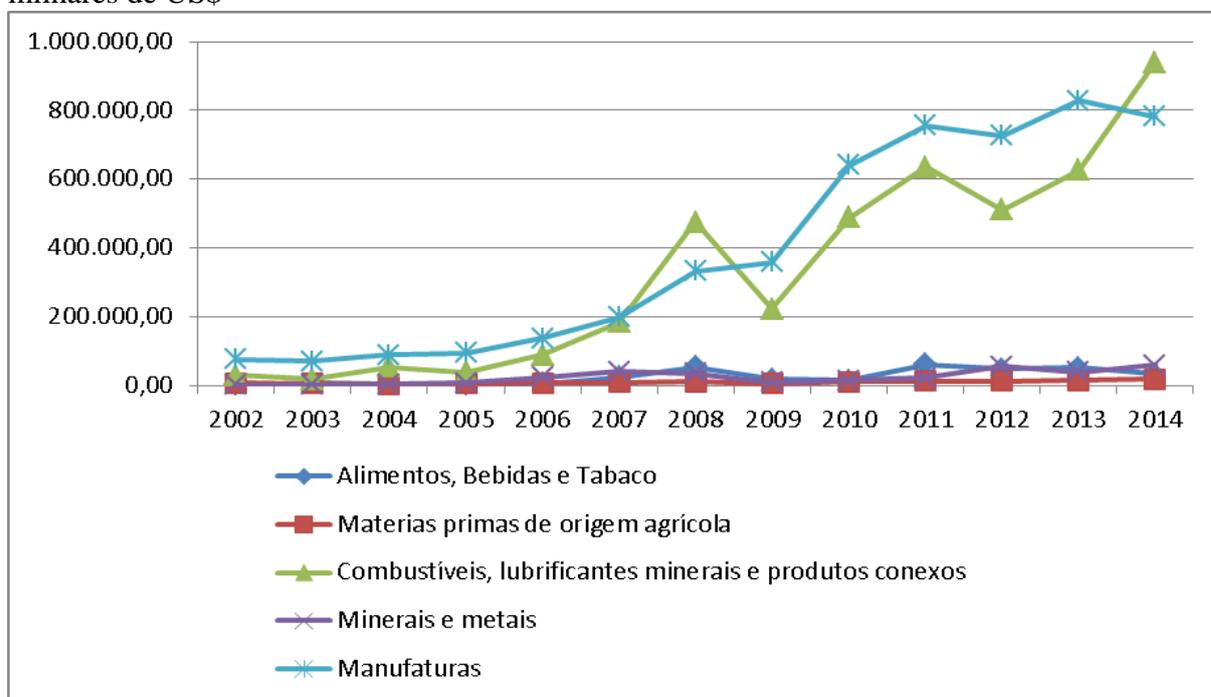
Dentre os produtos industrializados exportados para a Colômbia estão produtos químicos, peças de automotivas e semimanufaturados de ferro e aço (ALADI, 2016).

O Brasil e a Colômbia firmaram em 2015 o Entendimento sobre o Setor Automotivo ao amparo do ACE nº 59, o objetivo principal é promover o desenvolvimento da indústria automotriz dos setores associados, proporcionando o aumento no volume do comércio entre os dois países (BRASIL, 2016d).

A Colômbia é um importante parceiro comercial do Brasil na América do Sul, considerando as previsões de crescimento realizadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e investimentos (APEX) com base nos dados do FMI 2015 a previsão é para crescimento contínuo do PIB do país até 2019 (BRASIL, 2015a). O relatório da APEX (2015) analisou as oportunidades de negócios na Colômbia no contexto tecnológico e listou setores potenciais para a inserção de exportações dos produtos brasileiros na Colômbia, entre os quais **Equipamentos Médicos**, setor que apresenta um crescimento das importações colombianas com origem dos países do mundo; **Tecnologia da Informação** estimasse que até 2019 o mercado colombiano de TI chegará a US\$ 4,2 bilhões, sendo atualmente de US\$ 3,4 bilhões apresentando tendência de crescimento até 2019 em todos os produtos classificados (computadores, notebooks, impressoras entre outros), **Telecomunicações e Setor Agrícola** (BRASIL, 2015a).

Com relação às importações do Brasil oriundas da Colômbia, os principais produtos são combustíveis, lubrificantes minerais e manufaturas.

Figura 29 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil da Colômbia em milhares de US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016, p. 1).

Para o Brasil a Colômbia exporta principalmente o carvão e o petróleo e também produtos manufaturados.

Nota-se que a elevação do fluxo comercial ocorreu após a assinatura do Memorando de Entendimento para Promoção do Comércio e Investimento entre Brasil e Colômbia em 2005. O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) estipulado no acordo incentivou o crescimento das importações colombianas, o projeto tem por objetivo substituir a produção nacional por importações de produtos dos países da América do Sul, sempre que possível e de forma competitiva, visando o desenvolvimento regional (BRASIL, 2016c).

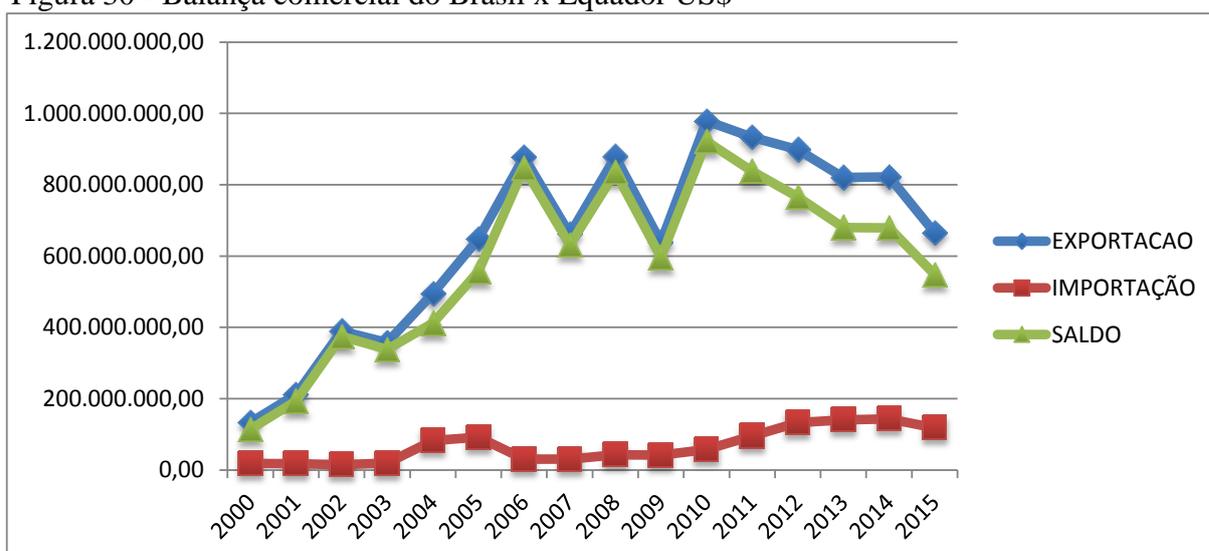
Como terceira maior economia da América do Sul, a Colômbia exerce um papel regional importante, a intensificação do fluxo comercial com o Brasil proporcionaria possíveis complementaridades em cadeias de produção semelhantes e o alinhamento de políticas internacionais, influenciariam no posicionamento regional da América do Sul.

4.3.5 A Balança Comercial do Brasil com o Equador

Desde 2008 o Estado vem sendo o motor do desenvolvimento nacional do Equador e como resultado o país tem apresentando as mais altas taxas de crescimento do PIB e redução das desigualdades sociais na América Latina. O país possui sua economia dolarizada, isto é, a moeda comercial interna é o dólar estadunidense. Com o Plano Nacional do Bom Viver estabelecido pelo governo, a política econômica do país está sendo conduzida sob a ordem de maior produtividade e substituição, reduzindo às importações e incentivando a indústria local com o objetivo de não afetá-la, isto significa que as importações podem ser fomentadas ou desencorajadas conforme a política aplicada pelo governo. Apesar dos planos futuros serem a industrialização da economia, atualmente a renda do Equador é baseado na extração de recursos naturais, e desta forma encontra-se condicionada à flutuação dos preços no mercado mundial. A alta dependência do petróleo faz com que as baixas atuais do mercado mundial nos preços limitem às importações equatorianas (BRASIL, 2015b).

Analisando a balança comercial do Brasil com Equador, percebe-se que existe um favorável superávit para o Brasil. De 2010 a 2014 ocorreu uma redução de 26,3% no saldo comercial brasileiro em relação ao Equador. As exportações brasileiras foram menores no ano de 2009 como consequência da crise de 2008 onde o Equador suspendeu temporariamente as preferências tarifárias outorgadas no Acordo de Complementação Econômica 59 (BRASIL, 2015b).

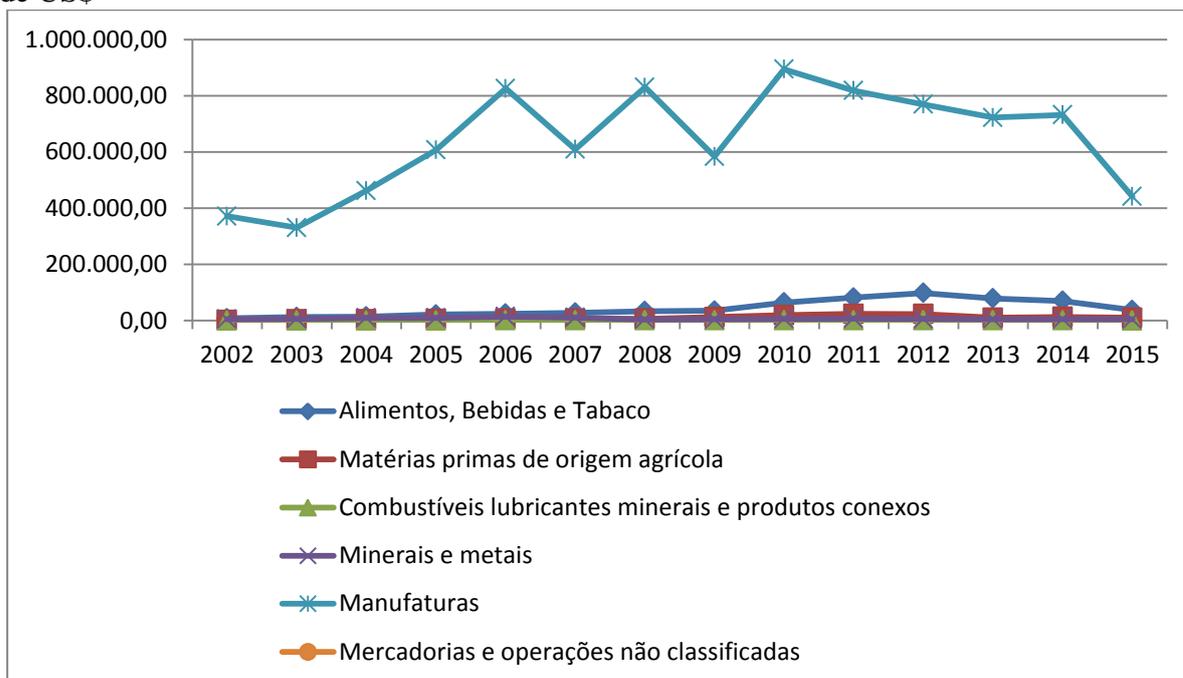
Figura 30 - Balança comercial do Brasil x Equador US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a).

Os principais produtos exportados pelo Brasil ao Equador são os manufaturados, sendo formados principalmente por máquinas mecânicas (17,3%), plásticos (12,2%), máquinas elétricas (9,2%), automóveis (7,3%), obras de ferro e aço (5,6%), farmacêuticos (5,1%) no ano de 2014 (BRASIL, 2015b).

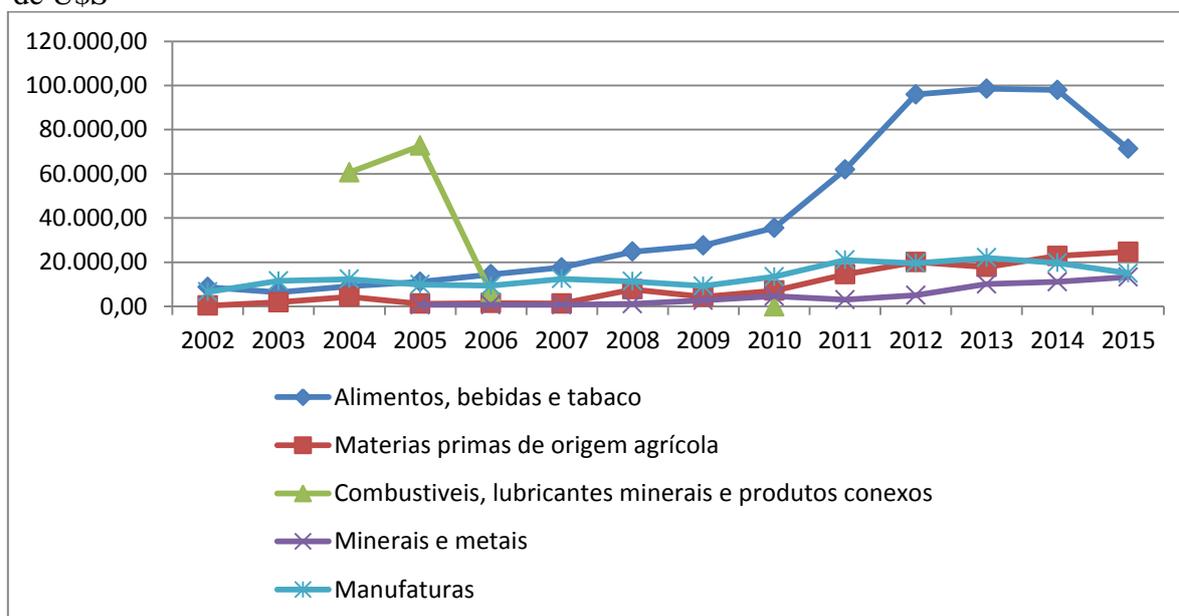
Figura 31 - Classificação dos principais produtos exportados do Brasil x Equador em milhares de US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016, p. 1).

Já às importações brasileiras são compostas principalmente por bens primários, como alimentos, bebidas e tabaco. O principal alimento exportado para Brasil é o pescado, o qual está presenciado fortemente no mercado brasileiro onde uma das marcas equatorianas ocupa a terceira colocação entre as marcas mais vendidas de atum no Brasil (PRO EQUADOR, 2016). A economia equatoriana é baseada na extração de recursos naturais e na exploração da terra, seu principal produto produzido não petroleiro é a banana (BRASIL, 2015b).

Figura 32 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil x Equador milhares de U\$\$



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados da ALADI (2016).

O crescimento nas importações foi amparado pelo Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador e acordos comerciais no âmbito da ALADI, os quais oferecem preferências tarifárias e incentivam a abertura do mercado em favor do Equador, como é o caso do acordo AAR.AM N° 2 firmados com os países da América Latina.

Dos principais destinos das exportações do Equador e origem das importações, destacam-se os países com o qual o mesmo possui acordos, como é o caso do Acordo de Cooperação com a União Europeia com o objetivo da desoneração tarifária tanto industrial quanto agrícola entre as partes (BRASIL, 2015b).

O Brasil pode-se constituir um importante parceiro comercial do Equador, já que possui produtos dos quais o país importa. Existem, entretanto empecilhos que impedem o aumento do fluxo comercial bilateral, entre os quais as preferências e investimentos oferecidos pelos Estados Unidos e União Europeia, a influência da política interna do Equador voltada para diminuição das importações e desenvolvimento da indústria local e os aspectos cambiais que influenciam diretamente na corrente de comércio dos países. Como forma de restrição às importações o Equador tem utilizado de barreiras não tarifárias como medidas técnicas, já que em razão da variação cambial o país precisa conservar suas reservas de dólares.

4.3.6 A Balança Comercial do Brasil com o Peru

A balança comercial do Brasil com o Peru apresenta crescimento na corrente de comércio de 2000 a 2015, os acordos bilaterais e multilaterais assinados entre as partes foram incentivadores desse processo.

O Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Brasil e o Peru, firmado em 2006 tem como objetivo fomentar os investimentos e fortalecer as relações entre os países, fortalecendo o comércio regional por meio do Programa Brasileiro de Substituições Competitivas das Importações (BRASIL, 2006).

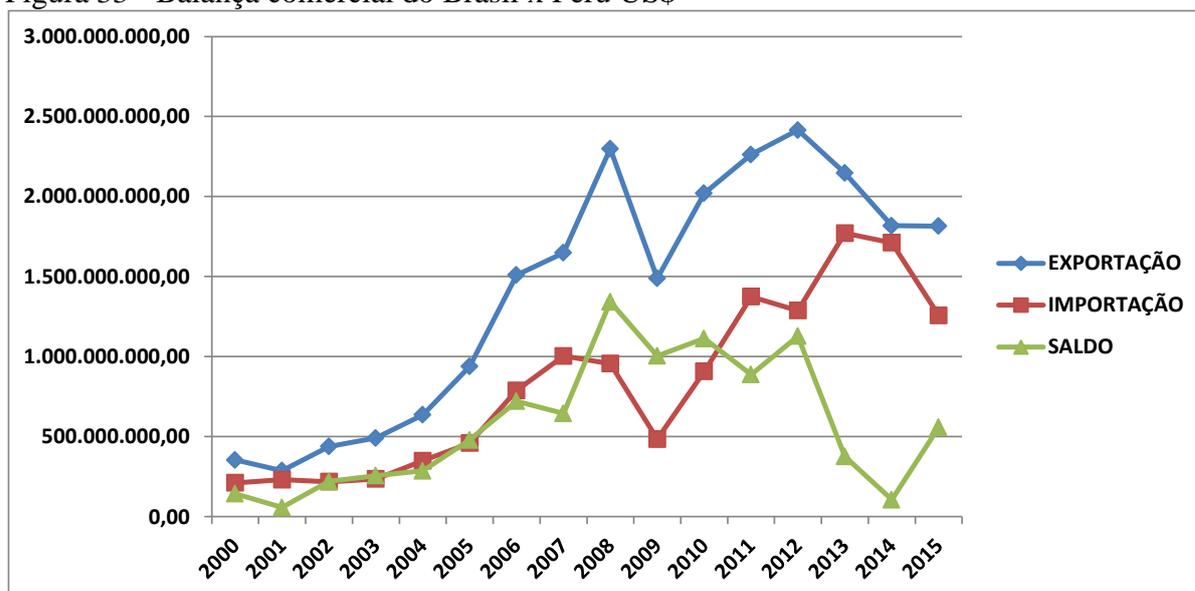
Como forma de estimular o crescimento das exportações peruanas para o Brasil foram tomadas algumas medidas como a promoção e organização de encontros de setores econômicos; apoio técnico e operacional à organização empresariais importadoras e exportadoras entre as partes, definindo setores e produtos potenciais para incremento imediato na corrente de comércio; apoio a projetos de complementação industrial para o desenvolvimento da economia do Peru (BRASIL, 2006).

O ACE 58, estabelecido no âmbito da ALADI em 2005 incentivou o comércio entre as partes por meio de reduções tarifárias.

O gráfico da Figura 33, apresenta essa intensificação comercial entre o Brasil e Peru, que sofreu a influência da crise econômica de 2008, porém os países conseguiram recuperar-se após o período.

A queda nas exportações para o Brasil iniciada em 2013 foi originada pela retração econômica que o Peru vem sofrendo, neste período o país registrou o menor índice de crescimento desde 2009, determinado pela desaceleração da demanda interna e redução dos preços dos produtos minerais exportados pelo país (BRASIL, 2014).

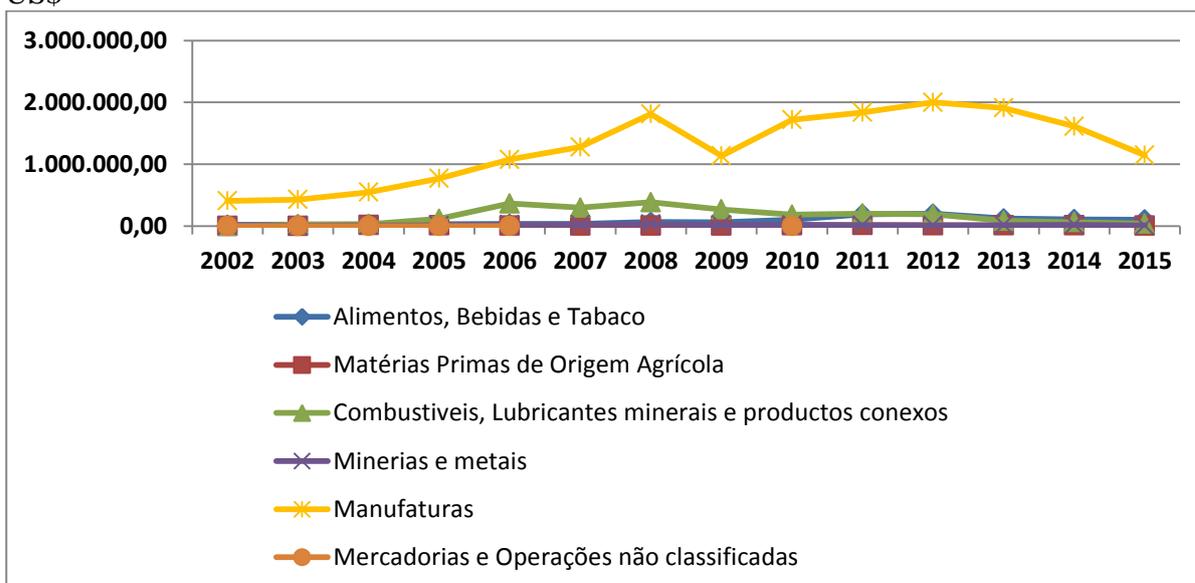
Figura 33 - Balança comercial do Brasil x Peru US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a).

Os principais produtos exportados do Brasil para o Peru, de acordo apresentado no gráfico da Figura 34, são os manufaturados, compostos principalmente por máquinas e aparelhos elétricos (20,68%), material de transporte (14,35%), metais comuns e suas obras (11,43%), plásticos e borracha (10,79%), produtos químicos (10,16%), produtos minerais (8,20%) considerando o ano de 2015 (BRASIL, 2016a).

Figura 34 - Classificação dos principais produtos exportados do Brasil e Peru em milhares de US\$

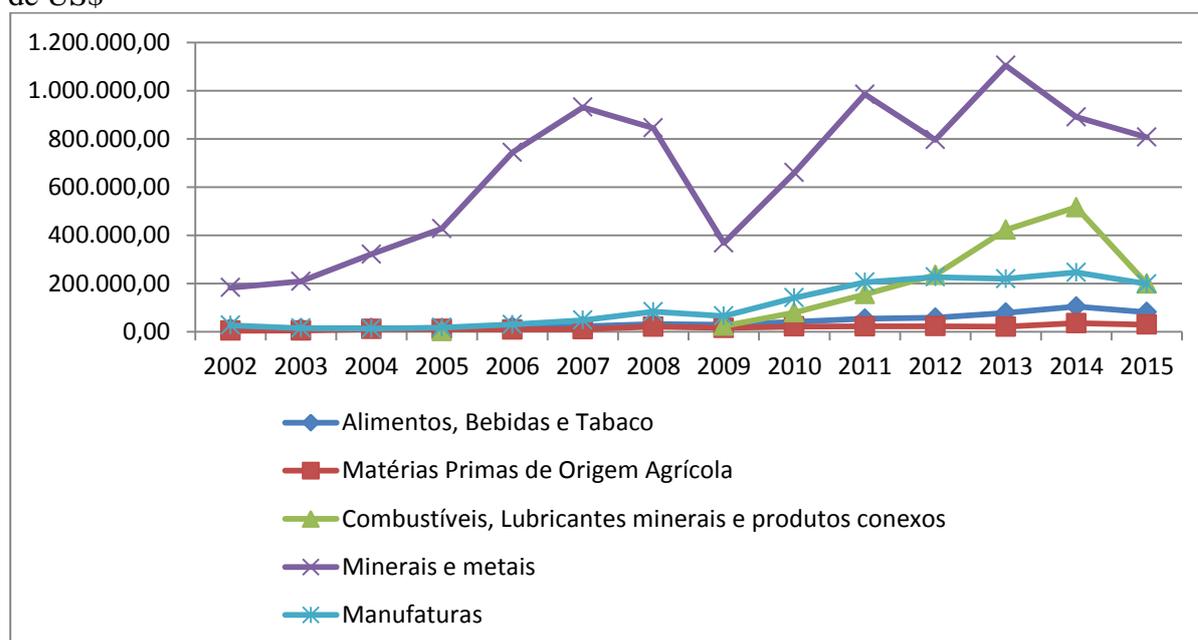


Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016, p. 1).

Com relação às importações brasileiras provenientes do Peru, de acordo observado no gráfico da Figura 35, as mesmas são agrupadas principalmente por minerais e metais, seguidos pelos combustíveis, lubrificantes minerais e produtos conexos.

Em 2013 houve a redução dos preços dos produtos no mercado internacional, influenciado pela demanda e retração da economia o que acabou por gerar a queda nas importações.

Figura 35 - Classificação dos principais produtos importados pelo Brasil do Peru em milhares de US\$



Fonte: Elaborado com base nos dados da ALADI (2016, p. 1).

Como oportunidades para a intensificação do comércio entre as partes, observando os produtos importados pelo Peru do Mundo nota-se que esta demanda constitui-se com base no que já é exportado do Brasil, sendo assim uma oportunidade para intensificação destas trocas (BRASIL, 2013). Outro benefício para o comércio entre os dois países é o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial da criação da Comissão Permanente de Facilitação de Comércio Peru-Brasil firmado em 29 de Abril de 2016, com vista à intensificação comercial (BRASIL, 2016a).

O Peru é o país da América Latina que apresenta maior previsão de crescimento do PIB até 2019 (BRASIL, 2015a), esse crescimento da economia peruana incentivada por acordos de redução tarifária e promoção ao comércio existente entre às partes é uma oportunidade ao mercado brasileiro e uma forma de incentivar o desenvolvimento econômico na América do Sul.

4.4 CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

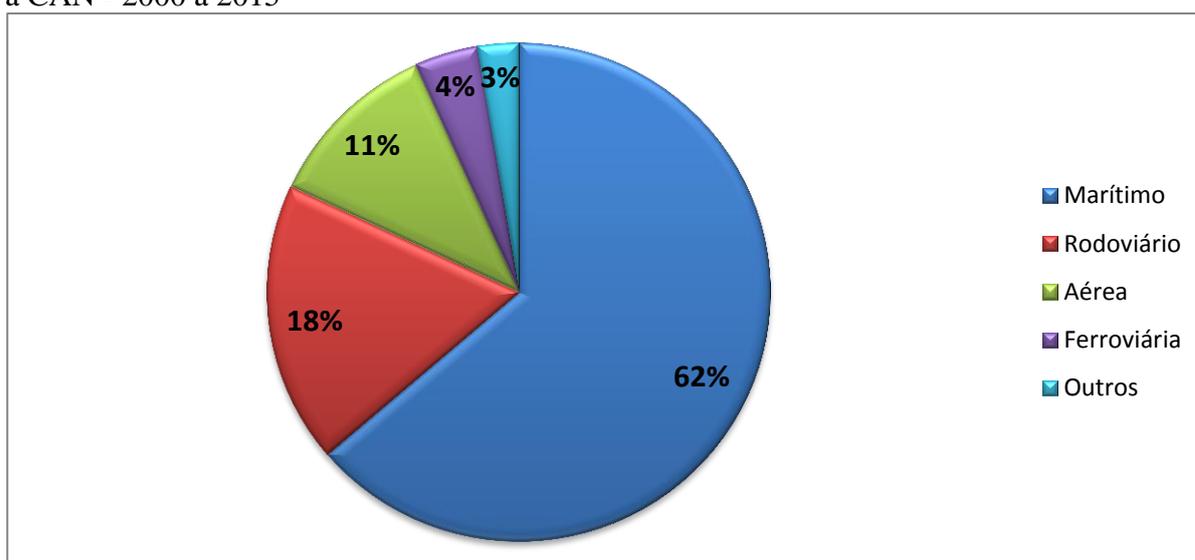
A liberalização do comércio proposta nas rodadas do GATT, e o processo de multilateralização fez com que o protecionismo e as barreiras comerciais fossem reduzidos, incentivando o crescimento do comércio internacional, porém o obstáculo que os agentes que atuam na América Latina e Caribe têm encontrado é o sub investimento em infraestrutura logística, tornando-se este um empecilho ao intercâmbio comercial (ESTADOS UNIDOS, 2013).

Os custos e a dificuldade de transportes podem ser considerados como fatores influentes na balança comercial do Brasil com a CAN, conforme pesquisa realizada pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior com exportadores dos países da CAN (BRASIL, 2006b), a deficiência e os elevados custos dos canais de transportes foram levantados como entraves das vendas ao Brasil.

O gráfico da Figura 36 apresenta a intensidade dos modais de transportes utilizados para o comércio entre o Brasil e os países andinos considerando o período de 2000 a 2015.

A predominância do modal marítimo pode ser entendida pelas barreiras naturais que dificultam o transporte terrestre.

Figura 36 – Participação dos modais de transportes na exportação dos produtos do Brasil para a CAN - 2000 a 2015



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016e).

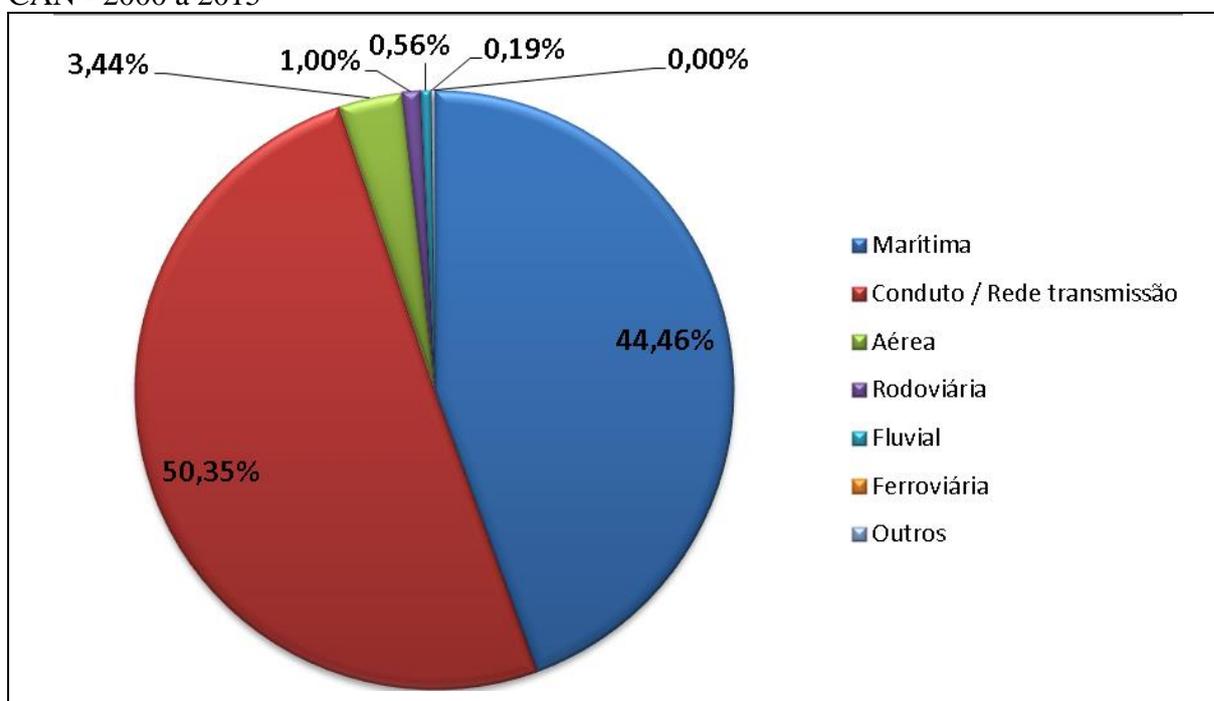
Com relação às exportações do Brasil para cada um dos países da CAN, a participação do modal marítimo com destino à Colômbia apresenta o percentual de 81,75% no

período de 2000 a 2015, para o Equador 78,85% utilizaram este modal e das exportações com destino ao Peru, à participação do transporte marítimo foi de 74,58% (BRASIL, 2016e). Por não ter saída para o mar às exportações para Bolívia são formadas principalmente pelo modal rodoviário, responsável por 67,44% e pelo modal ferroviário representando 20,93% (BRASIL, 2016e) (APÊNDICE D).

Com relação aos modais utilizados na importação realizada pelo Brasil dos produtos da CAN, o gráfico da Figura 37 destaca a utilização do conduto como meio de transporte em virtude da participação das importações da Bolívia serem 94,08% do gás boliviano. O gasoduto Brasil-Bolívia entra no território brasileiro pelos estados do Mato Grosso do Sul passando por São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Divide-se entre o trecho Sul de Paulínia (SP) a Canoas (RS), percorrendo 1.176 km e o trecho Norte, que liga Corumbá (MS) a Guararema (SP) com uma extensão de 1.147 km (PETROBRAS, 2016).

O modal marítimo se destaca na importação dos outros países da CAN, sendo o percentual com origem da Colômbia 96,67%, do Equador 89,01% e do Peru 86,89%, (APÊNDICE C).

Figura 37 - Participação dos modais de transportes da importação de produtos do Brasil da CAN - 2000 a 2015



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos por Brasil (2016e).

A Colômbia conta com quatro principais portos, sendo estes na cidade de Buenaventura, Santa Marta, Barranquilla e Cartagena. No geral a oferta de transporte marítimo é insuficiente, sendo algumas vezes necessário adotar rotas alternativas mais longas com maiores custos (BRASIL, 2016a).

O principal porto do Equador é o de Guayaquil, sendo responsável por 70% do fluxo de exportações e importações (BRASIL, 2014b).

O Peru conta com quatro principais portos, sendo eles El Callao (Callao) o principal porto do Peru, Paita (Piura), Salaverry (La Libertad) e Matarani (Arequipa) (BRASIL, 2016c).

As rotas disponíveis para o transporte marítimo é a utilização do Canal do Panamá que liga o oceano Atlântico ao Oceano Pacífico e a segunda opção é o Estreito de Magalhães, porém este possui características diferenciadas que dificultam o trajeto, conforme citado por Martinez (2014, p.1) “A passagem possui de 3 a 32 km de largura, é de difícil circulação, possui um curso cheio de obstáculos, ventos fortes de 55-60 nós, além do clima instável e suscetível a constantes tempestades, por isso o Estreito é tido como uma região de complicada navegação”.

Em virtude destes fatores, o Canal do Panamá é utilizado frequentemente para a ligação dos portos brasileiros aos portos da Colômbia, Equador e Peru.

No que diz respeito ao transporte rodoviário, as barreiras naturais constituídas pela Selva Amazônica e a Cordilheira dos Andes, dificultam o transporte, porém em 2010 com a inauguração da Rodovia Interoceânica, o acesso tornou-se possível. Entre os peruanos a rodovia é conhecida como *carretera interoceânica*. Criada a partir da iniciativa do sistema IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), a rodovia que começou a ser construída em 2001 foi entregue completamente em pavimentada em Dezembro de 2010. Partindo de Porto Velho (RO), a rodovia tem 777 km até a divisa entre Brasil e Peru. A partir do lado peruano a estrada segue em direção ao litoral, porém há uma ramificação que oferece dois percursos pra os portos do Peru. Uma das vantagens para a utilização da Rodovia Interoceânica é a redução dos custos das tarifas pagas para a travessia do Canal do Panamá (ALMEIDA; SELEME; CARDOSO, 2013). A Rodovia é uma ferramenta para a incorporação de áreas isoladas do Peru, permitindo a facilitação do intercâmbio comercial com o Brasil.

Figura 38 - Rota Rodovia Interoceânica



Fonte: Jornal do Comércio (2011, p. 1).

Com relação à Colômbia e ao Equador, não existem alternativas diretas para ligação por meio do modal terrestre, devido às barreiras naturais e ao fato de o Equador não fazer fronteira com Brasil.

O transporte Brasil e Bolívia pode ser realizado por via rodoviária e ferroviária, esta é representada pela Rede Oriental conectando o porto de Santos no oceano atlântico até Corumbá, fronteira do Brasil com a Bolívia.

Uma nova alternativa que está em processo de aprovação é a Ferrovia Transoceânica, cujo projeto é a ligação ferroviária saindo do Porto de Açu no Rio de Janeiro (pré-sal e petróleo), atravessando o quadrilátero fértil de Minas Gerais, passando pelo Centro Oeste e Norte (região onde há produção de soja e carne) até o porto de Paita no Peru. Trata-se de um ambicioso plano que a China quer implantar na América do Sul que beneficiaria não somente as trocas com o mercado asiático, como também a relação bilateral entre Brasil e Peru.

Figura 39 - Ferrovia Transoceânica



Fonte: BBC Brasil (2015, p.1).

A ligação dos países por meio de ferrovias é um projeto interessante considerando a redução de custos, a principal vantagem do modal ferroviário é a capacidade de carregamento oferecida, sendo comumente utilizado para o carregamento de cargas de alta tonelage e com percursos extensos. Destacam-se ainda nesse modal, os menores custos ambientais em decorrência da diminuição na emissão de poluentes, menor impacto ambiental na construção de infraestrutura utilizada e o maior nível de segurança em comparação com o modal rodoviário devido aos riscos de acidentes em locomotivas ser proporcionalmente menor (JUNIOR, 2013). O projeto ainda está em análise de viabilidade em razão dos altos custos logísticos e da aprovação de projetos em virtude da dificuldade de cruzar a Cordilheira dos Andes, porém caso realmente saia do papel, será sem dúvidas uma excelente oportunidade de redução de custos e aproximação dos mercados do Brasil com o Peru. Conforme respostas obtidas por meio das entrevistas a ferrovia seria um importante instrumento para minimização dos custos (APÊNDICE E).

Como alternativa para o comércio com os países da CAN, existe ainda o modal aéreo, porém deve-se considerar que os custos decorrentes dos fretes aéreos são mais elevados quando comparados com outro modal, portanto são indicados para produtos mais leves e em menor quantidade. O Quadro 16 apresenta os principais aeroportos dos países da Comunidade Andina.

Quadro 16 – Principais aeroportos dos países da CAN

AEROPORTOS	LOCALIZAÇÃO	NOME
BOLÍVIA	La Paz	Aeroporto Internacional de “El Alto”
	Santa Cruz	Aeroporto “Viru-Viru”
	Santa Cruz	Aeroporto “El Trompillo”
	Sucre	Aeroporto “Juana Azurduy de Padilla”
	Potosí	Aeroporto “Capitán Nicolás Rojas”.
	Trinidad	Aeroporto “Jorge Henry”.
	Tarija	Aeroporto “Oriol Lea Plaza”.
	San Borja	Aeroporto “Capitão Germán Quiroga Guardia”
COLÔMBIA	Bogotá	Aeroporto Internacional El Dorado
	Medellín	Aeroporto Olaya Herrera
	Cali	Aeroporto Internacional Alfonso Bonilla Aragón
	Barranquilla	Aeroporto Internacional Ernesto Cortissoz
	Cartagen	Aeroporto Internacional Rafael Núñez
	San Andres	Aeroporto Internacional Gustavo Rojas Pinilla
	Santa Marta	Aeroporto Simon Bolivar
EQUADOR	Quito	Aeroporto Internacional Mariscal Sucre
	Guayaquil	Aeroporto Internacional José Joaquín de Olmedo
	Manta	Eloy Alfaro International Airport
	Latacunga	Cotopaxi International Airport
PERU	Callao	Aeroporto internacional Jorge Chávez

Fonte: Elaborado com base nos dados de (BRASIL, 2012b); (BRASIL, 2015b); (BRASIL, 2013); (BRASIL, 2011).

Outro fator muito importante que deve ser considerado como influente na corrente de comércio, é o custo logístico interno dos países, o qual influencia diretamente no valor do produto, de acordo estudos realizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a diminuição dos custos de transportes internos são fundamentais para impulsar as exportações da América Latina, segundo apresentado o investimento em pavimentação de estradas e a promoção do uso de ferrovias e hidrovias ampliaria as exportações, uma redução interna de 1% nos custos logísticos, poderia aumentar as exportações da Colômbia em 7,9%, este resultado é em virtude da facilitação de escoamento dos produtos localizados em cidades distantes dos portos e meios de transportes utilizados (ESTADOS UNIDOS, 2013).

Os canais de distribuição podem ser considerados como fatores influenciadores no fluxo comercial, de acordo informações abordadas no presente tópico, apesar das possibilidades dos diferentes modais de transportes apresentados, ainda existem obstáculos que prejudicam a corrente de comércio, como é o caso dos custos e tempo de trânsito.

4.5 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA CAN

Com o intuito de obter informações de fontes primárias, foi aplicado pela pesquisadora entrevistas em forma de questionário fazendo-se uso da ferramenta de envio *google docs*. Foram enviados 15 formulários à membros dos países da CAN que trabalham diretamente no governo e/ou com comércio exterior e também ao Instituto Boliviano de Comércio Exterior, o qual foi contado diretamente por meio telefônico onde foi apresentado o interesse da pesquisa e solicitado as informações da entrevista, porém não foi obtido um retorno das respostas propostas no questionário.

Por medida de sigilo das respostas os nomes dos entrevistados não foram divulgados.

Um impasse encontrado nas entrevistas aplicadas foi à dificuldade em obter retorno dos participantes, sendo que somente três enviaram as respostas solicitadas.

As três respostas obtidas forma de pessoas que vivem no Peru. Apesar do baixo número de respostas, as mesmas apresentam relevância já que vão de encontro com as informações bibliográficas levantadas no trabalho e tem origem de participantes que atuam diretamente com o comércio internacional.

Segundo detalhado no questionário de entrevista (APÊNDICE V), as três respostas obtidas foram de participantes peruanos que ocupam os cargos de Importador e Distribuidor, Assessor do Congresso da República do Peru e Economista (na sequencia).

O Quadro 17 abaixo resume as informações coletadas tendo como base as respostas das obtidas das 06 perguntas colocadas nos questionários de entrevista enviados (APÊNDICE V).

Quadro 17 – Resumo do questionário de pesquisa aplicado

(continua)

QUESTÕES PERGUNTADAS	RESUMO DAS RESPOSTAS	ANÁLISES
1. De acordo com sua experiência em comercio internacional, quais são os principais fatores que influenciam na relação comercial do Brasil com os países da CAN afetando direta ou indiretamente o fluxo comercial?	As taxas administrativas e os custos para registros solicitados pela aduana brasileira constituem-se obstáculos ao comércio. Devido ao seu tamanho e potencial tecnológico o Brasil é um mercado que atrai interesses dos países da CAN.	Percebe-se que existe um interesse no comércio com o Brasil, mas as taxas impostas pela a aduana brasileira acabam por dificultar o processo do fluxo comercial.

Quadro 17 – Resumo do questionário de pesquisa aplicado

(conclusão)

QUESTÕES PERGUNTADAS	RESUMO DAS RESPOSTAS	ANÁLISES
2. De acordo com seu conhecimento e experiência, quais são as principais barreiras do comércio internacional que você considera que mais afetam diretamente o comércio entre esses países?	Barreiras administrativas impostas pelo Brasil; Sistema de faixa de comércio da CAN para produtos agropecuários; Fatores logísticos.	As principais barreiras que afetam na relação comercial são as medidas impostas pelo governo brasileiro e pelo governo dos países da CAN, caracterizadas como tarifárias e não tarifárias e fatores logísticos.
3. Quais os acordos políticos e econômicos que mais afetam a relação comercial entre estes países?	Acordos comerciais firmados entre EUA e União Europeia e o MERCOSUL.	Os acordos firmados com os Estados Unidos e União Europeia limitam a relação comercial com o Brasil. Da mesma forma o acordo do MERCOSUL, acaba por incentivar o comércio primeiramente com os países do bloco.
4. Quais os fatores internos dos países citados que tem mais influência na relação comercial entre os países da CAN e o Brasil?	Taxas administrativas; corrupção política. A similaridade dos governos da Bolívia e do Equador com o Brasil.	Os fatores internos que afetam a relação comercial são o posicionamento e decisões políticas, sendo que os países que tem o mesmo estilo de governo acabam por alinhar o comércio com maior facilidade.
5. Com relação à infraestrutura disponível, você a considera adequada para a realização do comércio entre o Brasil e os países da CAN?	Infraestrutura apresenta custos altos. Necessidade de uma ferrovia.	A infraestrutura não é adequada, falta canais de transportes com baixo custo e menor tempo de trânsito.
6. Quais os meios de transportes mais usados no comércio com o Brasil?	Marítimo	O modelo mais utilizado é o marítimo.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas respostas de entrevista obtidas (2016).

As análises das respostas coletadas são citadas no capítulo 4 do trabalho, embasando e agregando valor ao conteúdo bibliográfico dos objetivos específicos relacionados com fatores políticos e comerciais.

Os pontos levantados pelos participantes resumem claramente a interferência das decisões políticas, acordos comerciais do Brasil e da CAN com outros países e blocos econômicos, barreiras tarifárias e não tarifárias e não tarifárias e fatores logísticos que exercem papel dificultador ou influenciados sobre a corrente comercial do Brasil e da CAN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações internacionais sofreram mudanças ao longo do Século XX, influenciadas pelo processo de globalização e liberalização comercial. Os mercados antes considerados dominantes como os Estados Unidos e União Europeia, vivenciaram com a liberalização do comércio a ascensão de novos entrantes no cenário internacional. Este movimento influenciou a busca dos países em concretizarem acordos comerciais e se integrarem regionalmente.

Estas novas tendências refletiram no comércio internacional do Brasil e dos países da CAN. Conforme levantamento das informações da pesquisa visualizou-se que houve a inclusão de novos parceiros comerciais a exemplo da China e como forma de manter o domínio sobre os mercados, países como os Estados Unidos e a União Europeia aumentaram o número de acordos comerciais com os países do Sul.

Estas medidas refletiram diretamente na corrente de comércio entre o Brasil e a CAN, pois de acordo analisado na pesquisa o domínio dos países desenvolvidos e a inserção da China na balança comercial destes países é um dos fatores que acabam por limitar as trocas comerciais, já que além dos acordos estabelecidos, existem ainda os benefícios de preferências tarifárias oferecidos pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento.

Visualizou-se ainda que as decisões políticas internas dos países influencia na corrente de comércio, como é o caso da política protecionista adotada pelo Equador que ocasionou a queda das exportações brasileiras para este destino, as quais também foram prejudicadas em virtude da adoção de barreiras tarifárias e não tarifárias à produtos específicos.

Com a realização da pesquisa pode-se constatar o interesse do Brasil em estabelecer alianças com os países da CAN não somente com o interesse comercial, mas também como forma de posicionar os países do Sul no cenário internacional. Neste sentido foram estabelecidos acordos comerciais com objetivos para o auxílio no desenvolvimento dos países da Comunidade Andina.

Outro ponto levantado na pesquisa são os reflexos da carência ainda existente nos meios logísticos na América do Sul, conforme relatórios apontados na pesquisa e entrevistas com os membros dos países da CAN, ainda há uma grande debilidade nos meios de transportes, o que acaba por aumentar o tempo de trânsito e os custos para as empresas atuantes no mercado externo.

Com relação às exportações brasileiras, os levantamentos estatísticos e bibliográficos classificaram os produtos manufaturados como os principais exportados aos países da CAN, constituindo-se um atrativo para as empresas brasileiras em razão do maior valor agregado destas mercadorias.

Por fim verificou-se que os fatores apontados na pesquisa refletem de forma direta e indireta sobre as trocas comerciais entre os países, porém apesar das dificuldades ainda existentes, a pesquisa visualizou que medidas estão sendo tomadas para impulsionar o comércio destes países, como projetos logísticos, crescimento no número de acordos comerciais e interesse das empresas em negociarem com os países vizinhos.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados com o auxílio de sites e arquivos disponibilizados pelos Governos, instituições mundiais e trabalhos acadêmicos já realizados na área. A dificuldade, porém foi em conseguir unir estas informações de forma lógica e que proporcionasse a visualização dos efeitos destas decisões nas balanças comerciais, pode-se citar, por exemplo, o caso das barreiras comerciais, já que este tópico não é evidenciado pelos países importadores foi necessária à busca pela informação junto aos exportadores que sofrem o efeito destas medidas.

Outra dificuldade encontrada durante a realização do trabalho foi em obter o retorno dos destinatários para os quais foram enviados os questionários de entrevistas, este ponto acabou por torna-se uma limitação da pesquisa tendo em vista que somente se obteve retorno de participantes do Peru, faltando desta forma informações relativas ao restante dos países.

Como possibilidades para trabalhos futuros, visualiza-se a possibilidade em analisar e aprofundar isoladamente os reflexos quantitativos e qualitativos de cada um dos fatores abordados no trabalho sobre a corrente comercial do Brasil com a CAN.

Por fim como principal consideração final, o trabalho apresentou que além de viável, a relação comercial do Brasil com a CAN aponta uma série de setores que são oportunidades aos mercados para as empresas destes países e podem ser aprofundados proporcionando o desenvolvimento a cada um deles e também para toda a região. Sendo assim a corrente de comércio do Brasil com a CAN é uma janela de oportunidades que trará ganhos bilaterais aos países e multilaterais para a região Sul-americana.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **Ecuador: ¿un país maniatado frente a la crisis?**. 2009. Friedrich Ebert Stgtung - Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/06813.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.
- ALADI. **Associação Latino Americana de Integração**. 2016. Disponível em: <<http://www.aladi.org/sitioAladi/index.html>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da guerra fria**. Petrópolis: Vozes, 2005. 197 p.
- ALCÂNTARA, Marco. Relações Externas do MERCOSUL: um balanço dos Acordos comerciais firmados pelo bloco regional (1995-2011). **Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações internacionais ISSN 2175 - 2052**, Brasília, v. 1, n. 1, p.1-1, 056 jul. 2013. Disponível em: <http://www.mundorama.net/2013/07/06/relacoes-externas-do-mercosul-um-balanco-dos-acordos-comerciais-firmados-pelo-bloco-regional-1995-2011-por-marco-alcantara/?subscribe=success#blog_subscription-3>. Acesso em: 05 set. 2015.
- ALMEIDA, Cleibson Aparecido de; SELEME, Robson; CARDOSO NETO, João. Rodovia Transoceânica: uma alternativa logística para o escoamento das exportações da soja brasileira com destino à China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 51, n. 2, p.351-368, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032013000200008>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005. 175 p.
- ANFACER. **Barreiras Técnicas às Exportações de Placas Cerâmicas ao Equador**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <marina.nagel@hotmail.com>. em: 26 jun. 2014.
- ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 40, n. 2, p.49-75, dez. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73291997000200003>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n2/a03v40n2.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.
- BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio internacional**. Belo Horizonte: Editora del Rey Ltda, 2007. 168 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=YSk97XHhyEwC&oi=fnd&pg=PA3&dq=comercio+internacional&ots=_IimvgONMj&sig=5Eqm06M69VhCqIxaHarXaj8sf4w#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 set. 2015.
- BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: Um guia para a iniciação científica. São Paulo: Mcgraw-hill Ltda, 1986. 132 p.

BERNHARDT, Thomas. El comercio Sur-Sur y Sur-Norte: ¿cuál contribuye más al desarrollo de Asia y América del Sur? Ideas a partir de la estimación de elasticidades-ingreso de la demanda de importaciones. **Revista CEPAL**, Santiago, v. 1, n. 118, p.101-120, abr. 2016.

Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40032/RVE118_Bernhardt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BERTO, André Rogério. Barreiras ao comércio internacional. In: CONVIBRA CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 04., 2004, **.Proceedings...** . Londrina, Maringá: Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2004. p. 1 - 14. Disponível em:

<<http://www.convibra.org/2004/pdf/65.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. **A oposição de direita ao populismo no Cone Sul**: Proposta para uma história latino-americana e comparativa. In: Beired, José Luís Bendicho; Barbosa, Carlos Alberto Sampaio (orgs) Política e identidade cultural na América Latina. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em:

<<http://static.scielo.org/scielobooks/xy95h/pdf/beired-9788579831218.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016

BRASIL. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos APEX.

Colômbia: Oportunidade de negócios no contexto do Brasil tecnológico 2015. 2015a.

Disponível em:<<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/12db7f2f-5d66-4b1a-aa65-344141482e78.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, APEX. **Colômbia perfil e oportunidades comerciais**. 2012b. Disponível

em:<<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/0a92b5cc-f1c4-4829-873a-475ada907a22.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Invest & Export Brasil. **Programa de promoção de importações brasileiras oriundas dos países da Comunidade Andina**. FUNCEX, 2006b. Disponível em:

<<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/PSCI/PSCIEstudoFuncex1.pdf>>. Acesso em 05 set. 2015.

_____. _____. **Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)**. 2016c.

Disponível em:<<http://www.investexportbrasil.gov.br/o-psci>>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. _____. **Como Exportar Bolívia**. 2011. Disponível em:<

<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXBolivia.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016

_____. _____. **Como Exportar Equador**. 2015b. Disponível

em:<<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXEquador.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2016.

_____. _____. **Como Exportar Peru**. 2013. Disponível

em:<<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXPeru.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2016

_____. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, INMETRO. **Cartilha barreiras técnicas e a competitividade empresarial**. 2016f. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/PDF/cartilha_btce.pdf>. Acesso em: 08 maio 2016.

_____. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, MDIC**. 2016a. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//sio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Barreiras Externas às Exportações Brasileiras 1999**. FUNCEX, 1999. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1196772454.pdf>. Acesso em: 11 maio 2016.

_____. Secretaria de Comércio Exterior. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, AliceWeb**. 2016e. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Ministério da Fazenda. Assuntos Internacionais. **Destaques de Conjuntura Econômica – América Latina 2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/integracao-regional-e-comercio-exterior/arquivos/acompanhamento-economico-da-america-latina/setembro-de-2014-1a-quinzena.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2016

_____. Ministério das Relações Exteriores, MRE. **Atos assinados por ocasião da Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à Colômbia – Bogotá, 9 de Outubro de 2015**. 2016d. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12089:atos-assinados-por-ocasio-da-visita-de-estado-da-presidenta-dilma-rousseff-a-colombia-bogota-9-de-outubro-de-2015&catid=42:notas&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. **Memorandum de entendimento para a promoção do comércio e investimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia**. 2003. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_162/at_download/arquivo>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. **Memorandum de entendimento para a promoção do comércio e dos investimentos entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Colômbia**. 2005. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_106/at_download/arquivo>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. **Memorandum de entendimento para a promoção do comércio e investimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Peru**. 2006a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_33/at_download/arquivo>. Acesso em: 08 maio 2016.

_____. **Sistema de Atos Internacionais**. 2016b. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Portal Brasil. **Atos Internacionais**. 2012a. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atos-internacionais>>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. SENADO. **Relatório de Gestão Embaixada do Brasil na República do Equador Embaixador Fernando Sias Magalhães**. 2015c. Disponível em:<<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=168861&tp=1>>. Acesso em: 10 maio 2016

CAN. **Comunidade Andina**. 2016a. Disponível em:<<http://www.comunidadandina.org/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Estadísticas de Comercio Exterior. **Comércio Exterior de Bienes Manufacturados 2005-2014**. 2016b. Disponível em:<<http://intranet.comunidadandina.org/Documentos/DEstadisticos/SGDE713.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. Estadísticas de Comercio Exterior. **Comercio Exterior de Bienes 2005-2014**. 2015a. Disponível em:<http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/contenidos/2462_8.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2016.

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. **Geopolítica e Relações internacionais**. Curitiba: Juruá Editora, 2002. 300 p.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**. 2016. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

CHRISTIANO BRAGA (Brasília). SEBRAE (Org.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Sebrae Nacional, 2004. 352 p. Disponível em: <<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf#page=24>>. Acesso em: 17 out. 2015

COUTINHO, Eduardo Senra et al. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Revista de Gestão Usp, São Paulo, v. 12, n. 4, p.101-113, out/dez, 2005. Trimestral.

DEIRO, Daniel G; MALLMANN, Maria Izabel. **O GATT e a Organização Mundial do Comércio no cenário econômico internacional desde Bretton-Woods**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002. 4 p. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ffch/neroi/artigodaniel.pdf>>. Acesso em 17 out. 2015

DIAN. Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales. **Boletín de Comercio Exterior Enero - Diciembre de 2015**. 2016. Disponível em:<http://www.dian.gov.co/descargas/cifrasyg/EEconomicos/BoletinesComex/2015/Boletin_Comercio_Exterior_Enero_Diciembre_2015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016

DUARTE, Sérgio. **La política de desarrollo regional en Brasil**. In: Memoria del primer Encuentro de Expertos Gubernamentales en Políticas de Desarrollo Territorial en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 2012, CEPAL ISSN 1680-9033. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39741/S1420898_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2016.

EM DISCUSSÃO: Brasil ainda longe dos líderes. Brasília: Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações — SEEP, v. 12, n. 3, set. 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201203-setembro/pdf/em%20discussao!_setembro_2012_internet.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

ESTADOS UNIDOS. Mauricio Mesquita Moreira. Banco Interamericano de Desenvolvimento (Org.). **Longe demais para exportar: Custos internos de transporte e disparidades regionais das exportações na América Latina e no Caribe**. Washington: Biblioteca Felipe Herrera do Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2013. 259 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Too far to export PORT 10-30-13final web\[1\].pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Too%20far%20to%20export%20PORT%2010-30-13final%20web[1].pdf)>. Acesso em: 01 maio 2016.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2013, v. 1. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública FGV EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.367-383, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FILHO, Francisco Ferdinando Andrekowisk. **Um estudo sobre a Teoria do Comércio Internacional de Linder**. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12240/4/2010_FranciscoFerdinandoAndrekowskiFilho.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p.61-72, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a05n73.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FITZGERALD, Valpy. **La CEPAL y la teoría de la industrialización. Publicaciones CEPAL**. St. Antony's, [199?]. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19229/valpy.htm#1>>. Acesso em: 06 maio 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 277 p.

GARCIA, Ana Saggiaro. **Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta**. IN: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 13. Disponível em: <[http://www.rls.org.br/sites/default/files/\(9\)%20Transnacionais%20-%20miolo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.rls.org.br/sites/default/files/(9)%20Transnacionais%20-%20miolo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 176 p.

GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos Econômicos Solução de Controvérsias**: Uma análise comparativa a partir da União Europeia e Mercosul. Curitiba: Juruá Editora, 2001. 290 p.

IBCE. Instituto Boliviano de Comércio Exterior. **Cifras del Comercio Exterior Boliviano 2015. 2016**. Disponível em: <<http://ibce.org.bo/images/publicaciones/ce-239-Cifras-Comercio-Exterior-Bolivia-2015.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

JUNIOR, Humberto Santana. **Transporte ferroviário no desenvolvimento do Brasil**: os corredores ferroviários bioceânicos. Brasília: UND, 2013. 23 p. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8198/1/2013_HumbertoSantanaJunior.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214 p.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Gestão de Negócios Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. 376 p.

LISSARDY, Gerardo. **A polêmica ferrovia que a China quer construir na América do Sul**. BBC Mundo. 18 maio. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb. Acesso em: 26 mar. 2016.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 3. ed. São Paulo: Atlas SA, 1997. 422 p.

MADDISON, Angus. **The World Economy. Development Center Studies**. Paris: OCDE. 2001. Disponível em: <<http://theunbrokenwindow.com/Development/MADDISON%20The%20World%20Economy--A%20Millennial.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

MARTINEZ, Marina. **Estreito de Magalhães**. 2014. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/estreito-de-magalhaes/>>. Acesso em: 01 maio 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; TEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas Sa, 2009.

MCET. **Ministerio de Comercio Exterior y Turismo. Acuerdos Comerciales del Perú**. 2016. Disponível em: <http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=42&Itemid=59>. Acesso em: 06 maio 2016.

MERCOSUL. **Mercado Comum do Sul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

NAFTA. **North American Free Trade Agreement**. Disponível em: <<http://www.naftanow.org/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

NASSER, Rabih Ali. **A OMC e os Países em Desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 334 p.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

OAS. Organization of American States. Foreign Trade Information System. **Tratado de Libre Comercio Colombia – Estados Unidos Resumo**. [200?]. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/TPD/AND_USA/Studies/COLResumen_s.pdf>. Acesso em: 03 maio 2016.

PETRI, Fernanda Calil; WEBER, Beatriz Teixeira. Os efeitos da globalização nos processos de integração dos blocos econômicos. **Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Integração Latino-americana – UFSM**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p.78-93, 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao02-2006/2006%20%20artigo%205.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2015.

PÉREZ, Marvin Carvajal. O presente dos sistemas de governo na América Latina. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial**, Brasília, v. 5, n. 1, p.35-50, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/viewFile/655/491>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PETROBRAS. **Gasoduto Brasil-Bolívia - trecho sul**. 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/gasodutos/gasoduto-brasil-bolivia-trecho-sul.htm>>. Acesso em: 01 maio 2016.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PRO EQUADOR. **Instituto de Promoción de Exportaciones e inversiones**. 2016. Disponível em: <<http://www.proecuador.gob.ec>>. Acesso em: 08 maio 2016.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do Caos**. Petrópolis: Vozes, 1999. 155 p.

RIGUETTI, Renato César; MICHEL, Murilo. O comércio Internacional como fonte geradora de desenvolvimento econômico e social do país. **Revista Científica Eletrônica de Administração** ISSN: 1676-6822, Garça, v. 12, n. 6, p.2-6, jun. 2007. Semestral. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/jojw3KnzKUga25w_2013-4-29-17-13-54.pdf>. Acesso em: 06 set. 2015.

JORNAL DO COMÉRCIO (Rio Grande do Sul). **Rodovia liga o Brasil ao Pacífico na costa do Peru**. 2011. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=69917>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 583p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Mcgraw-hill, 2013. 624 p.

SANCHEZ, Iniê. Para entender a internacionalização da economia. São Paulo: SENAC, 1999. 239 p.

SARAIVA, Miriam Gomes. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul: o caso brasileiro. **Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.3-21, jun. 2013. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/79>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SARQUIS, José Buiainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 248 p. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/com%C3%A9rcio-internacional.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2015.

SILVA, Betânea Pereira. **Brasil: Desnacionalização e dependência de commodities agrícolas e minerais**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/2401/1/BrasilDesnacionaliza%C3%A7%C3%A3oDepend%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SILVA, José Ultemar da. A importância da Comunidade Andina para a economia da América Latina. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.71-82, 10 Não é um mês valido! 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Silva_2006_A-importancia-da-Comunidade-An_26885\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Silva_2006_A-importancia-da-Comunidade-An_26885(1).pdf)>. Acesso em: 07 set. 2015.

SILVA, Mozart Foshete da. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 246p.

SIMÕES, Regina Célia Faria; MORINI, Cristiano. A ordem econômica mundial: considerações sobre a formação de blocos econômicos e o MERCOSUL. **Impulso: Integração Regional novos blocos econômicos continentais**, Piracicaba, v. 13, n. 31, p.139-149, maio 2002. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/impulso31.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do Comércio Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. 223 p.

SUNAT. **Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria. Estadísticas del Comercio Exterior**. Disponível em: <http://www.sunat.gob.pe/estad-comExt/modelo_web/Bol2015.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: As Regras do Comércio Internacional e a nova Rodada de Negociações Multilaterais**. 2. Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 517 p.

TRADE MAP. **Trade Statistics for International Business Development**. Disponível em: <<http://www.trademap.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2016

UE. **União Europeia**. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm>. Acesso em: 05 jun. 2016.

VALLS, Lia. **Histórico da Rodada Uruguai do GATT**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/ecex/arquivos/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 277 p.

UNASUR. **União de Nações Sul Americanas**. 2016. Disponível em: <<http://www.unasursg.org>>. Acesso em: 06 maio 2016.

WTO. **World Trade Organization**. 2016. Disponível em: <<https://www.wto.org/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. World Trade Organization. **Generalized System Of Preferences List of Beneficiaries**. 2015. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/itcdtsbmisc62rev6_en.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

VANGRASSTEK, Craig. **The History and Future of the World Trade Organization**. Suíça: Wto Publications, 2013. 698 p. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/historywto_e.pdf>. Acesso em: 20 maio 2016.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001. 288 p.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Destino das exportações brasileiras no período de 2000 a 2015

Períodos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ásia (Excl. Orient. Médio)	11%	12%	15%	16%	15%	16%	15%	16%	19%	26%	28%	30%	31%	32%	33%	33%
China, Hong Kong e Macau	3%	4%	5%	7%	6%	7%	7%	8%	9%	15%	16%	18%	18%	20%	20%	20%
ASEN	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	5%	6%
Outros	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	4%	3%	3%	4%	3%	4%	4%
Japão	4%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	3%	3%	3%	3%
Coréia do Sul	1%	1%	1%	2%	1%	2%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Europa	31%	30%	29%	29%	29%	27%	27%	29%	28%	26%	26%	24%	24%	23%	23%	21%
União Europeia	28%	27%	26%	26%	26%	23%	23%	25%	24%	22%	21%	21%	20%	20%	19%	18%
Outros	2%	1%	2%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Rússia	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	1%	2%	1%
América do Sul	20%	18%	12%	14%	16%	18%	19%	20%	19%	18%	18%	18%	17%	17%	16%	16%
MERCOSUL	15%	13%	7%	9%	11%	12%	13%	14%	14%	13%	13%	13%	11%	12%	11%	11%
CAN	2%	2%	3%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Outros	2%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
América do Norte	28%	29%	31%	28%	26%	24%	23%	20%	17%	13%	13%	13%	14%	13%	15%	16%
EUA e Porto Rico	24%	25%	26%	23%	21%	19%	18%	16%	14%	10%	10%	10%	11%	10%	12%	13%
México	3%	3%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Canáda	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Oriente Médio	2%	3%	4%	5%												
Oriente Médio	2%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
África	2%	3%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	6%	5%	5%	5%	5%	4%	4%
África	2%	3%	4%	4%	4%	5%	5%	5%	5%	6%	5%	5%	5%	5%	4%	4%
América Central e Caribe	2%	2%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	2%
América Central e Caribe	2%	2%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	2%
Pais não Declarado	2%	2%	2%	2%	1%	2%	1%									
Pais não Declarado	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	1%
Oceania	1%	0%	1%	0%												
Oceania	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100%															

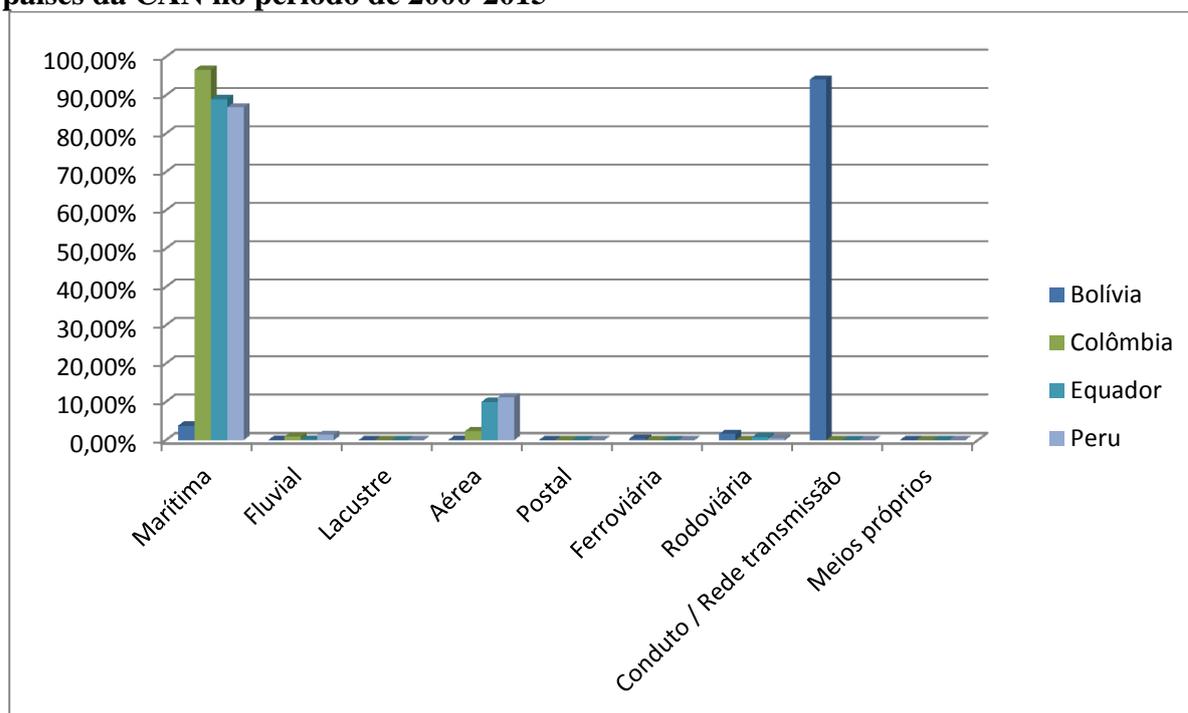
Fonte: Elaborado com base nos dados de BRASIL (2016a).

APÊNDICE II - Origem das Importações brasileiras no período de 2000 a 2015

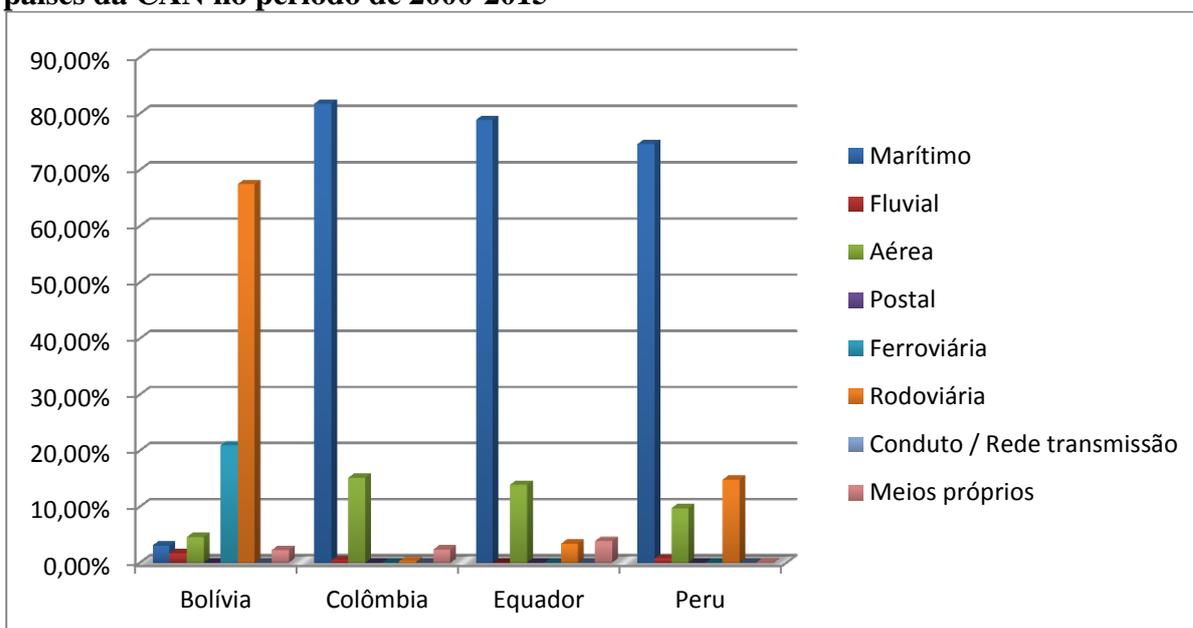
Períodos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ásia (Excl. Orien. Médio)	15%	16%	17%	18%	20%	23%	25%	26%	27%	28%	31%	31%	31%	31%	31%	33%
China, Hong Kong e Macau	3%	3%	4%	5%	6%	8%	9%	11%	12%	13%	14%	15%	16%	16%	17%	18%
ASEN	2%	2%	3%	4%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Outros	2%	2%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Japão	3%	3%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	5%	4%	4%	4%	4%	3%
Coreia do Sul	5%	6%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	3%	3%	3%
Europa	29%	31%	32%	31%	30%	28%	26%	27%	26%	27%	26%	25%	25%	25%	24%	25%
União Europeia	26%	28%	29%	27%	25%	25%	22%	22%	21%	23%	22%	21%	21%	21%	20%	21%
Outros	2%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Rússia	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
América do Sul	27%	26%	25%	23%	21%	20%	19%	20%								
MERCOSUL	23%	23%	22%	20%	18%	17%	16%	16%	15%	16%	15%	15%	15%	15%	15%	16%
CAN	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	3%
Outros	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%
América do Norte	20%	17%	16%	16%	15%	15%	16%	15%	14%	15%	15%	14%	14%	14%	13%	13%
EUA e Porto Rico	17%	14%	13%	13%	11%	10%	11%	10%	9%	11%	10%	9%	9%	9%	8%	8%
México	1%	1%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%
Canadá	2%	2%	1%	2%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Oriente Médio	5%	6%	6%	7%	10%	9%	9%	9%	9%	7%	6%	7%	6%	7%	7%	5%
Oriente Médio	5%	6%	6%	7%	10%	9%	9%	9%	9%	7%	6%	7%	6%	7%	7%	5%
África	3%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
África	3%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
América Central e Caribe	1%															
América Central e Caribe	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Pais não Declarado	0%	0%	0%	0%	1%											
Pais não Declarado	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Oceania	0%															
Oceania	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
TOTAL	100%															

Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016a).

APÊNDICE III - Modais de transportes utilizados para a importação do Brasil dos países da CAN no período de 2000-2015



Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016e, p. 1).

APÊNDICE IV - Modais de transportes utilizados para a exportação do Brasil aos países da CAN no período de 2000-2015

Fonte: Elaborado com base nos dados de Brasil (2016e, p. 1).

APÊNDICE V– Questionário de entrevista realizada via *google docs* com integrantes dos países da CAN

País de origen:	1	Perú
	2	Perú
	3	Perú
Actuación profesional:	1	Importador y Distribuidor
	2	Asesor del Congreso de la República
	3	Economía
1. ¿De acuerdo con su experiencia en comercio internacional, cuáles son los principales factores que influyen en la relación comercial del Brasil con los países de la Comunidad Andina afectando directa o indirectamente el intercambio de comercio?	1	Es muy complicado ingresar al mercado brasileño, debido a trabas administrativas (tiempo y costo de los registros sanitarios, y los registros de marca, por ejemplo). Por el lado de las importaciones, no veo gran interés de los brasileños en el mercado peruano, quizá por el tamaño.
	2	Brazil representa un mercado potencial muy grande y esto hace atractivo para los exportadores de la CAN. También el hecho de que Brazil tenga un sector industrial y tecnológico mucho más desarrollado representa oportunidades de aprendizaje importantes
	3	El primer factor es el mercado potencial de 280 millones de habitantes El segundo es la conexión con el Atlántico es una ubicación estratégica para llegar al mercado asiático y europeo con nuestros productos
2. ¿De acuerdo con sus conocimientos y experiencias, cuáles son las principales barreras del comercio internacional que Ud. considera que más afectan directamente el comercio entre estos países?	1	Barreras, sólo administrativas. Brasil tiene una muy buena industria y Perú un mercado interesante.
	2	Las franjas de precios a los productos agrícolas generan ineficiencias importantes. Esto perjudica en gran medida a los consumidores que son los que tienen que pagar mucho más por los productos. Además este tipo de medidas impiden la diversificación productiva en base a ventajas competitivas que son las que deberían primar en cada estado.
	3	El no haber terminado las vías de comunicación terrestres y el no finalizar un acuerdo comercial agresivo de libre comercio e industria para poder trabajar en conjunto y atacar otros mercados con precios y ofertas competitivos
3. ¿Qué acuerdos políticos y económicos más afectan la relación comercial entre estos países?	1	Mercosur, claramente.
	2	Hay algunos acuerdos de libre comercio firmados unilateralmente por los países miembros con países como Estados Unidos o la Unión Europea que genera tensión
	3	La falta de un convenio bilateral abierto
4. ¿Cuáles son los factores internos de los citados países que tienen más influencia en la relación comercial entre los países de la Comunidad Andina y el Brasil?	1	Lo mencionado: trabas administrativas-burocráticas
	2	En el caso particular de Ecuador y Bolivia sin duda la similitud en los planes de gobierno con la actual y previa administración brasileña ayudaron mucho a tener un contacto fluido y fuerte. La vocación democrática y el fortalecimiento de nuestros aparatos productivos en general son un incentivo que coadyuvan a buscar mayor cercanía con Brazil.
	3	La corrupción y la falta de decisión política
5. ¿Con relación a la infraestructura logística disponible, usted la considera adecuada para la realización del comercio entre Brasil y los países de la Comunidad Andina, en especial con su país.	1	Aún no. La interoceánica ayudaría muchísimo.
	2	La infraestructura disponible es muy deficiente y aún existe una brecha enorme que acortar. Faltan ferrocarriles, buenas carreteras, más aeropuertos, y mejores puertos.
	3	Solo nos falta una vía ferroviaria para abaratar costos
6. ¿Cuáles son los medios de transportes más usados en el comercio con Brasil?	1	Vía marítima, principalmente
	2	Aéreo, fluvial, terrestre
	3	Terrestre

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2016).

ANEXO

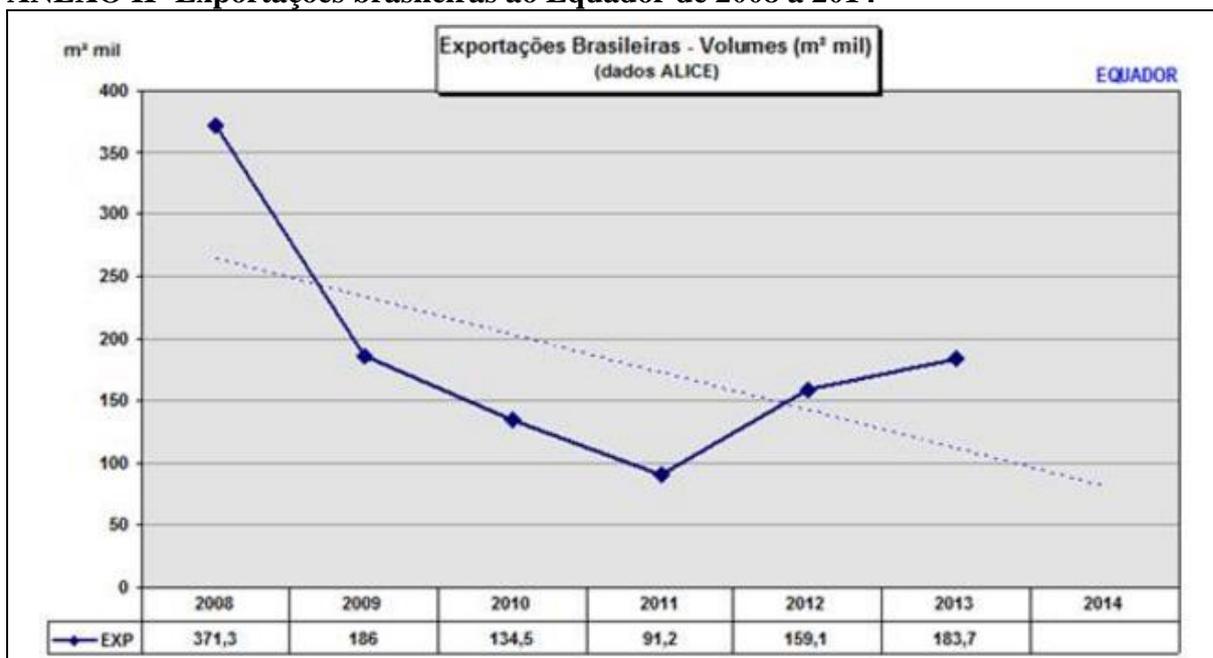
**ANEXO I - Exportações brasileiras: principais países e produtos - ordem decrescente
Janeiro / Fevereiro – 2015-2016**

PERÍODO	Jan Part %		Fev Part %	
	2016	2015	2016	2015
-DISCRIMINAÇÃO	2016	2015	2016	2015
TOTAL GERAL	100	100	100	100
1 – CHINA	13,1	11,2	13,7	12,7
MINERIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS	2,78	3,74	2,71	4,13
SOJA MESMO TRITURADA	2,73	0,75	4,16	1,60
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	1,87	2,44	1,74	2,77
CELULOSE	1,42	1,16	1,25	1,13
CATODOS DE COBRE	0,44	0,27	0,45	0,29
COURO E PELES, DEPILADOS, EXCETO EM BRUTO	0,42	0,43	0,40	0,48
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	0,41	0,41	0,46	0,31
AQUECEDOR, SECADOR OU TROCADOR DE CALOR, PARTES E PECAS	0,38	0,00	0,03	-
CARNE DE FRANGO CONGELADA, FRESCA OU REFRIG.INCL.MIUDOS	0,37	0,32	0,39	0,34
CARNE DE BOVINO CONGELADA, FRESCA OU REFRIGERADA	0,36	-	0,36	-
DEMAIS PRODUTOS	1,86	1,65	1,70	1,62
2 - ESTADOS UNIDOS	12,8	14,5	13,1	14,8
AVIOES	1,30	1,51	1,56	2,11
PARTES DE MOTORES E TURBINAS PARA AVIACAO	1,10	0,88	1,00	1,00
CELULOSE	0,62	0,45	0,77	0,59
CAFE CRU EM GRAO	0,59	0,74	0,55	0,80
PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS DE FERRO OU ACOS	0,59	1,24	0,68	0,53
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	0,56	1,27	0,18	1,00
OBRAS DE MARMORE E GRANITO	0,33	0,35	0,33	0,43
PRODUTOS LAMINADOS PLANOS DE FERRO OU ACOS	0,29	0,34	0,21	0,21
ETANOL	0,29	0,32	0,45	0,20
MAQUINAS E APARELHOS P/TERRAPLANAGEM,PERFURACAO,ETC.	0,29	0,28	0,37	0,29
DEMAIS PRODUTOS	6,84	7,16	6,99	7,62
3 – ARGENTINA	7,73	7,06	8,05	8,01
AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	2,11	1,10	2,41	1,63
PARTES E PECAS PARA VEICULOS AUTOMOVEIS E TRATORES	0,51	0,72	0,60	0,83
VEICULOS DE CARGA	0,45	0,32	0,58	0,56
POLIMERS DE ETILENO, PROPILENO E ESTIRENO	0,23	0,24	0,20	0,21
PNEUMATICOS	0,19	0,19	0,21	0,18
TRATORES	0,18	0,16	0,22	0,20
PRODUTOS LAMINADOS PLANOS DE FERRO OU ACOS	0,17	0,18	0,20	0,13
MOTORES PARA VEICULOS AUTOMOVEIS E SUAS PARTES	0,15	0,24	0,18	0,26
MINERIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS	0,15	0,32	0,10	0,36
CHASSIS COM MOTOR E CARROCARIAS P/ VEICULOS AUTOMOVEIS	0,13	0,06	0,13	0,09
DEMAIS PRODUTOS	3,44	3,52	3,24	3,57
4 - PAISES BAIXOS (HOLANDA)	5,99	5,36	6,02	5,05
TUBOS FLEXIVEIS, DE FERRO OU ACO	1,09	0,45	1,12	0,19
CELULOSE	0,80	0,54	0,90	0,39
FARELO E RESIDUOS DA EXTRACAO DE OLEO DE SOJA	0,68	0,63	0,46	0,52
TORNEIRAS, VALVULAS E DISPOSITIVOS SEMELHANTES E PARTES	0,44	0,23	0,52	0,29
MINERIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS	0,40	0,48	0,43	0,73
FERRO-LIGAS	0,33	0,44	0,29	0,57
SUCO DE LARANJA NAO CONGELADO	0,28	0,32	0,44	0,37

TUBOS E SEUS ACESSORIOS,DE PLASTICOS	0,20	0,17	0,09	0,13
CARNES SALGADAS,INCLUIDAS AS DE FRANGO	0,14	0,16	0,14	0,19
FERRO FUNDIDO BRUTO E FERRO SPIEGEL (EX FERRO GUSA)	0,09	0,10	0,05	0,08
DEMAIS PRODUTOS	1,54	1,86	1,60	1,59
5 - JAPAO	3,53	3,00	3,09	2,90
MILHO EM GRAOS	1,07	0,12	0,87	0,00
MINERIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS	0,49	1,02	0,43	1,06
CARNE DE FRANGO CONGELADA, FRESCA OU REFRIG.INCL.MIUDOS	0,42	0,43	0,36	0,42
CAFE CRU EM GRAO	0,29	0,33	0,29	0,33
FERRO-LIGAS	0,20	0,12	0,20	0,06
ALUMINIO EM BRUTO	0,15	0,29	0,14	0,31
SUCO DE LARANJA CONGELADO	0,14	0,10	0,11	0,02
CELULOSE	0,10	0,07	0,11	0,07
FARELO E RESIDUOS DA EXTRACAO DE OLEO DE SOJA	0,07	0,03	0,14	0,02
MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS	0,07	-	-	-
DEMAIS PRODUTOS	0,51	0,49	0,45	0,61

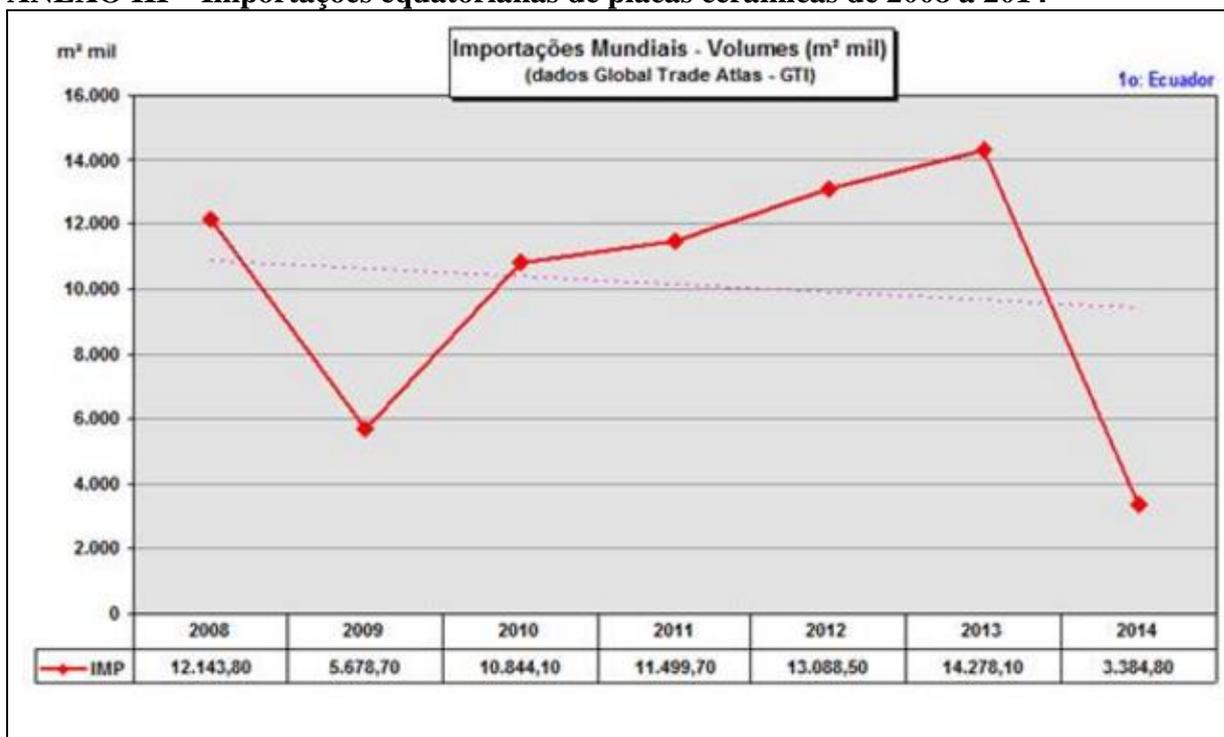
Fonte: BRASIL (2016a, p.1).

ANEXO II- Exportações brasileiras ao Equador de 2008 a 2014



Fonte: ANFACER (2014, p. 1). Elaborado a partir dos dados de Brasil (2016e).

ANEXO III – Importações equatorianas de placas cerâmicas de 2008 a 2014



Fonte: ANFACER (2014, p. 1).